



Escola Superior de Guerra

ELEMENTOS PARA UM PENSAMENTO BRASILEIRO SOBRE A GUERRA



EdESG

Rio de Janeiro
2023

ELEMENTOS PARA UM PENSAMENTO BRASILEIRO SOBRE A GUERRA

Ronaldo Gomes Carmona
Organizador

João Cesar Zambão da Silva
Diretor do Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC)

Rio de Janeiro
2023

Comandante da Escola Superior de Guerra

Vice-Almirante
Gilberto Santos Kerr

Subcomandante da Escola Superior de Guerra

General de Brigada
Himario Brandão Trinas

Revisão

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Professor José Augusto Pereira da Costa
Professor Heitor de Sá Rodrigues
Estagiário Eduardo Jorge Frutuoso de Andrade

Produção Editorial

Maria Celia Barbosa Reis da Silva
Bibliotecária Patrícia Imbroizi Ajus

Projeto Gráfico e Capa

Anério Ferreira Matos

Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E38

Elementos para um pensamento brasileiro sobre a guerra /
organização Ronaldo Gomes Carmona; apresentação João Cesar
Zambão da Silva. - Rio de Janeiro: ESG, 2023.

191 p.; 22 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-00-83455-0

1. História militar. 2. Guerra - História. 3. Guerra e civilização. 4. Ciência
política - Brasil. 5. Geopolítica - Brasil. I. Carmona, Ronaldo Gomes. II. Silva, João
Cesar Zambão da.

CDD 355.009

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>João Cesar Zambão da Silva</i>	
Homenagem Póstuma	9
Agradecimentos	11
A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO	13
<i>Alipio Jorge Rodrigues da Silva</i>	
Seção I – GEOPOLÍTICA E GUERRA	23
CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOPOLÍTICA E GUERRA	
<i>Ronaldo Gomes Carmona</i>	
OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS, A GEOPOLÍTICA E A GUERRA	40
<i>Eurico de Lima Figueiredo</i>	
Seção II – AS GUERRAS E SUAS LIÇÕES HISTÓRICAS: impactos sobre o pensamento militar brasileiro	64
A GUERRA BRASÍLICA E A DEFESA DA NOVA LUSITÂNIA: o nascimento da nação luso-brasílica nos trópicos	
<i>Severino Bezerra Cabral Filho (in memoriam)</i>	
O BRASIL EM FACE DA GUERRA MODERNA/INDUSTRIAL (1890-1945)	76
<i>Vágner Camilo Alves</i>	

Seção III – O FENÔMENO DA GUERRA: estudos sobre seus fundamentos 96

DIGRESSÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DA GUERRA

Darc Costa

BASES FILOSÓFICAS DE UMA EPISTEMOLOGIA DA GUERRA 107

Danilo Marcondes Filho

A GUERRA E A COGNIÇÃO SOCIAL PRIMATA: por que lutamos? 116

Daniel Barreiros

Seção IV – AS GUERRAS DO FUTURO 142

O FUTURO DA GUERRA E A GUERRA DO FUTURO

William de Sousa Moreira

GUERRA DO FUTURO: tendências político-econômicas de longa duração e a inserção brasileira 156

Ricardo Zortéa Vieira

IMPLICAÇÕES DA EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS 172

*Alexandre Gonçalves,
Diogo Barcellos da Silveira
João Spencer Ferreira da Costa Junior*

PREFÁCIO

Antes de efetivamente iniciarmos a apresentação deste livro, “Elementos para um Pensamento Brasileiro sobre a Guerra” consideramos que seria importante fazer a apresentação do Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra (GPEG).

Em setembro de 2018, o professor Ronaldo Carmona, então recém-incorporado ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), procurou o Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC) da ESG para apresentar uma proposta instigante: criar um grupo de pesquisa com o objetivo realizar pesquisas a fim de melhorar a compreensão sobre os fenômenos da guerra e contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos sobre segurança e defesa junto à sociedade, por intermédio de três linhas de pesquisa: Guerras Brasileiras e suas consequências para a Doutrina Militar Brasileira; a Epistemologia da Guerra; e as Guerras Contemporâneas e Guerras do Futuro.

Nós do IDOC, ao percebermos o alcance de tal ideia, imediatamente a acolhemos e a submetemos à apreciação do General de Exército Décio Luís Schons, então comandante da ESG, que de pronto sancionou a criação do GPEG, com o professor Carmona como pesquisador líder e cabendo ao IDOC incumbência de prestar todo o apoio necessário à efetiva instauração funcionamento do GPEG. A ideia tornou-se uma realidade.

Como era de se esperar, a acolhida do GPEG no seio do Corpo Permanente da ESG foi das melhores e o grupo, ainda em 2018 já estava em plena atividade e produzindo conhecimentos.

Então, ao planejarmos as atividades do GPEG para o ano de 2019, o professor Carmona, mais uma vez, nos apresentou uma proposta estimulante: a realização de um seminário sobre o tema “Um Pensamento Brasileiro sobre a Guerra”, reunindo acadêmicos, civis e militares, com o objetivo de, não só debater o tema, mas, também de que os conhecimentos advindos serem compilados em um livro a ser por ele organizado.

De novo, essa iniciativa foi apresentada ao Comando da ESG, então exercido pelo Almirante de Esquadra Alipio Jorge Rodrigues da

Silva, que não só a avalizou como se propôs a realizar a conferência de abertura do seminário, que ocorreu nos dias 26 e 27 de agosto daquele ano.

Assim, o livro “Elementos para um Pensamento Brasileiro sobre a Guerra”, que finalmente passaremos apresentar, reflete integralmente o conteúdo das conferências proferidas naquele seminário, e se inicia com a transcrição da conferência de abertura, proferida pelo Almirante de Esquadra Alipio Jorge Rodrigues da Silva, sobre a Batalha Naval do Riachuelo, ponto de inflexão da Guerra da Tríplice Aliança e um marco da História Militar do Brasil. A ela seguem-se 10 capítulos agrupados em quatro diferentes seções conforme as mesas constituídas por ocasião do seminário “Pensamento Brasileiro sobre a Guerra”.

A primeira dessas seções abordou um tema especialmente caro e representativo das tradições da ESG, que vem a ser “Geopolítica e Guerra”, com artigos produzidos pelos professores Eurico Figueiredo e Ronaldo Carmona. As três seções seguintes tratam de temas diretamente relacionados com as linhas de pesquisa do GPEG.

Desta forma, a segunda seção aborda o tema “As Guerras e suas Lições Históricas: Impactos sobre o Pensamento Militar Brasileiro”, com os trabalhos apresentados pelos professores Severino Cabral, de saudosa memória, e Vagner Camilo Alves, explorando a linha de pesquisa: Guerras Brasileiras e suas Consequências para a Doutrina Militar Brasileira.

Já a linha de pesquisa Epistemologia da Guerra foi a base para a terceira seção desse livro, com o tema “o fenômeno da guerra: estudos sobre seus fundamentos” e nela apresentamos as contribuições dos professores Darc Costa, Danilo Marcondes Filho e Daniel Barreiros, nesta sequência.

Finalmente, na quarta seção foi explorado o tema “As Guerras do Futuro”, dentro do escopo da terceira linha de pesquisa do GPEG, “Guerras Contemporâneas e Guerras do Futuro” em que tivemos a participação de representantes das Escolas de Altos Estudos Militares das três Forças Armadas, com o Capitão de Mar e Guerra William de Souza Moreira, pela Escola de Guerra Naval (EGN); o professor Ricardo Zortéa Vieira, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e pelo tenente coronel Diogo Barcellos da Silveira, com

artigo elaborado juntamente com os coronéis Alexandre Gonçalves e João Spencer Ferreira da Costa Junior, todos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Infelizmente, razões de naturezas diversas nos levaram a retardar a publicação deste livro e, neste ponto, temos que destacar que tal só foi possível pelo apoio incondicional proporcionado pelo atual Comandante da ESG, o Vice-Almirante Gilberto Santos Kerr.

Dessa forma é com grande contentamento que apresentamos o livro “Elementos para um Pensamento Brasileiro sobre a Guerra” desejando que a sua leitura proporcione a todos o mesmo grau de satisfação que tivemos ao participar de sua elaboração.

Uma boa leitura a todos!

General de Brigada R/1 João Cesar Zambão da Silva
Diretor do Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC)

HOMENAGEM PÓSTUMA

Dedicamos este livro à memória do Professor Severino Bezerra Cabral Filho, cuja contribuição foi fundamental para a realização desta obra, não só pelo artigo que elaborou, mas também pelo seu conhecimento, sabedoria e experiência e pela participação como um dos membros fundadores do Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra.

O Professor Severino Cabral deixou-nos antes da publicação deste livro, mas seu espírito, dedicação e paixão pelo trabalho permanecerão conosco. Sentiremos sua falta, mas nos confortamos em saber que seu legado continuará vivo através destas páginas, juntando-se à herança que deixou para a Escola Superior de Guerra após tantos anos de valiosa atividade docente.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste livro. Agradecemos aos Comandantes da Escola Superior de Guerra (ESG), inicialmente ao General de Exército Décio Luís Schons, que permitiu a criação do Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra; ao Almirante de Esquadra Alipio Jorge Rodrigues da Silva que, além de ter incentivado a realização do Seminário “Pensamento Brasileiro sobre a Guerra”, dele participou realizando a conferência de abertura, aqui reproduzida; ao Vice Almirante Gilberto Santos Kerr, atual comandante da ESG, que viabilizou a publicação deste livro. Agradecemos também aos nossos editores, revisores e *designers* gráficos pelo excelente trabalho e dedicação.

Um agradecimento especial vai para a Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva; Coronel Aviador Julio Cesar Menescal Carneiro; Capitão de Mar e Guerra Patrícia Imbroizi Ajus; e para o 1º Tenente Antonio Rocha Freire Milhomens, sem cujas ajudas e orientações este livro não teria sido possível.

Nossos sinceros agradecimentos a todos.

A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

Alípio Jorge Rodrigues da Silva¹

Meu objetivo com este texto será o de contribuir para os estudos sendo conduzidos sobre o tema, descrevendo o contexto que levou quatro países da região a entrarem em guerra e destacando as razões que permitiram ao Poder Naval Brasileiro estar em condições de, tempestivamente, intervir em uma guerra que, até a Batalha Naval do Riachuelo, se mostrava altamente favorável ao Paraguai.

Para tal, irei relembrar fatos históricos que comprovam a importância da marinha para o Estado Brasileiro, desde o seu descobrimento pelo mar, começando pela maior relevância atribuída pelos portugueses ao binômio “navio-homem do mar”, fato decisivo para lançá-los numa aventura marítima, sob o impulso da “mítica” Escola de Sagres.

Portugal obteve a posse das duas costas do Atlântico – o caminho marítimo para as Índias – e, devido à cobiça estrangeira, logo tratou de ocupar e defender a nossa terra. Ao longo da costa, os engenhos e as fortificações gradualmente estabeleceram a continuidade da fronteira marítima, formando os primeiros povoados à semelhança de verdadeiras “ilhas”.

É de domínio público que o povoamento e a proteção da costa brasileira somente foram realizados devido a uma grande mobilização pelo mar. Porém, é fato pouco divulgado a influência decisiva exercida pela Marinha Portuguesa sobre a ocupação do interior e sobre a expansão das fronteiras a oeste e sul do país, por meio do cumprimento de duas outras tarefas:

- Impedir o acesso de navios inimigos à Baía Amazônica; e
- Manter abertas as comunicações fluviais com a Região do Pantanal.

Sobre a primeira tarefa, considera-se conveniente apenas citar que réplicas das “canoas artilhadas”, empregadas pelos portugueses para

1 Almirante de Esquadra e Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), no período de 03 de abril de 2019 a 16 de abril de 2020.

impedir o acesso de navios estrangeiros ao Rio Amazonas, podem ser admiradas no museu naval, cuja visita será certamente mais interessante do que as palavras. Assim, poder-se-á alongar a narração sobre o emprego dos nossos navios para o cumprimento da segunda tarefa.

Gostaria de destacar a tentativa de ocupação da área do Delta do Amazonas por diversos países, onde navios franceses, holandeses, ingleses, irlandeses e franceses foram combatidos por canoas artilhadas. O local de construção dessas canoas, na cidade de Belém, foi o precursor de um arsenal de marinha.

A presença exploratória lusitana no Rio da Prata e a decorrente declaração de posse da metade setentrional daquele estuário, já em 1531, foram favorecidas pelo relativo abandono em que os espanhóis, inicialmente, deixaram essa região, por onde saía o metal precioso contrabandeado da Bolívia pelos portugueses.

Somente a partir da fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, os espanhóis realizaram um esforço contínuo para impedir a colonização portuguesa dos territórios que ligavam a colônia ao restante do Brasil e, justamente para diminuir a vantagem obtida pela existência de um porto lusitano no Prata, acabaram por fundar, em 1726, a cidade de Montevidéu.

Perante a pressão castelhana, a fundação da cidade de Rio Grande, em 1737, pelos portugueses, concorreu para a fixação do limite atual da fronteira meridional do Brasil, fato este que poderia ter contribuído para abrandar os conflitos no Prata antes da nossa independência. Porém, as relações entre as coroas ibéricas continuariam frágeis por outro motivo: a constituição, pelos espanhóis, em 1776, do Vice-Reinado do Prata, formado pelos territórios hoje pertencentes à Argentina, Paraguai, Uruguai e grande parte da Bolívia.

Destaco que os espanhóis demoraram 46 anos para fundar Montevidéu, enquanto que os portugueses fundariam a cidade de Rio Grande logo em seguida: apenas 11 anos depois. Os indícios levam a crer que o “objetivo” da fronteira sul do Brasil sobre o Rio da Prata havia deixado de ser relevante ainda no domínio português. O problema passaria a ser outro.

Os frágeis laços existentes entre os territórios platinos acabariam por provocar o seu prematuro desmembramento, mas a recriação do

vice-reinado como um estado fortemente organizado seria identificada como uma grave ameaça também ao Império do Brasil, tanto à sua integridade territorial, quanto ao acesso fluvial à Região do Pantanal, contribuindo para que os nossos navios permanecessem operando na mesopotâmia platina para defender os interesses nacionais.

A política da Coroa Portuguesa para a Região do Rio da Prata, causa de três séculos de conflitos, evoluiu, assim, da tentativa inicial de colonização da Região Cisplatina até a busca pelo equilíbrio de poder na região, contexto que impôs à Marinha se consolidar como instrumento indispensável de coesão territorial e de influência sobre a solução de questões diplomáticas.

Vemos, assim, a Marinha sendo inicialmente empregada como instrumento da política externa brasileira.

Quando a guerra contra o Paraguai irrompeu, o Brasil não alimentava mais ilusões sobre a fronteira natural do Prata. Não obstante, a população rural formada nos dois lados da fronteira entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul havia se tornado muito parecida, acabando por gerar uma nova economia, além de um personagem característico da região: o gaúcho.

De fato, o estado de agitação permanente enfrentado pelo Uruguai, desde que havia se tornado uma república independente, podia ser sentido na vida da província do Rio Grande. Em 1864, a situação daquele país, onde residiam 40.000 brasileiros, proprietários de terras, e com participação na política local, era de virtual guerra civil entre os partidos “Blanco”, então no poder, e “Colorado”.

Existia uma forte identidade entre os habitantes da região formada pelos três países: Argentina, Brasil e Uruguai. Vamos imaginar o que existe hoje ocorrendo há 150 anos.

A Esquadra Brasileira, que já havia tomado parte nas guerras contra o Uruguai, da Cisplatina e contra Oribe e Rosas, mais uma vez encontrava-se presente por ocasião da missão diplomática atribuída ao deputado José Antônio Saraiva, enviada ao Uruguai para obter a proteção dos interesses dos brasileiros e a reparação por danos sofridos.

O Presidente Aguirre, do Uruguai, reagiu contra a proposta porque estava convencido de que, em uma luta contra o Brasil,

alcançaria o respaldo do Paraguai e das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, lideradas por Urquiza, que desejavam maior autonomia em relação à Buenos Aires.

Também podemos dizer que a guerra foi mais importante para a união da Argentina do que para a do Brasil.

O Conselheiro Saraiva, diante da resposta negativa a um acordo, retornou ao Brasil a bordo da corveta Niterói, deixando o Almirante Tamandaré na direção dos acontecimentos. Criou-se, então, uma situação de iminente intervenção militar brasileira.

O início das represálias coube à Força Naval, pois o Brasil não possuía tropas no Sul em condições de invadir o território uruguaio. A ação da Esquadra, logo imobilizando os navios de guerra uruguaios, quebrou o impasse reinante na guerra civil uruguaia, favorecendo a Venâncio Flores, líder do Partido Colorado.

O ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, que também possuía interesse no estabelecimento de uma aliança com o Uruguai, porque vislumbrava a oportunidade de garantir ao Paraguai a saída para o mar, muitas vezes dificultada por Buenos Aires, protestou contra o ultimato brasileiro. Entretanto, o protesto não foi percebido como uma ameaça.

Após o Presidente Aguirre romper, formalmente, as relações diplomáticas com o Brasil e continuar a evitar o diálogo, Tamandaré recebeu ordens do governo imperial para ocupar Paissandu, Salto e Cerro Largo e para reconhecer oficialmente os colorados como parte beligerante, mesmo ante os protestos do Paraguai.

O fato de os países envolvidos não possuírem muitas informações sobre os demais contribuiu para aumentar as suspeitas mútuas. O Almirante Tamandaré, em vão, ainda buscou enviar informações ao ministro brasileiro em Assunção, por meio do paquete Marquês de Olinda, para que este pudesse dar explicações à Solano Lopes sobre suas reais intenções, assegurando que a independência da República Oriental do Uruguai não seria ameaçada. Mas o governo paraguaio, ao tomar conhecimento da ocupação da Vila de Melo por uma brigada brasileira, capturou aquele paquete, cortou relações diplomáticas com o Brasil e impediu a navegação fluvial aos nossos navios.

Cabe, aqui, destacar a importância da manutenção de um canal de comunicações entre as partes envolvidas em um conflito. A falta de

informações entre as partes contribui para a escalada de uma crise. Infelizmente, esse era o quadro entre todos os países da região.

Solano Lopez, por possuir um exército de 77.000 homens mobilizado e superior aos dos demais países vizinhos, além de contar com outras vantagens militares, decidiu pela guerra, invadindo o sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul e solicitando à Argentina autorização para cruzar sua fronteira, a fim de invadir também a Província do Rio Grande.

Para o bem dos países aliados, a intervenção de Tamandaré no Uruguai surtiu efeito em pouco tempo. O presidente Aguirre perdeu o seu mandato, em fevereiro de 1865, e Venâncio Flores, logo em seguida, nosso aliado, assumiu a presidência daquela república. Somente depois disso, é que as tropas paraguaias cruzaram a fronteira argentina, tomaram Corrientes e avançaram em direção ao Uruguai e ao Rio Grande do Sul, derrotando, no caminho, todas as tentativas argentinas e brasileiras de resistência.

Por certo, Lopez ainda contava em obter o apoio dos “blancos” uruguaios e das facções argentinas de Entre-Rios e Corrientes.

Como resposta aos ataques, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, no dia primeiro de maio, com o objetivo explícito de pôr fim à ditadura de Solano Lopez, terminar com os litígios de fronteiras, ainda existentes, e estabelecer a livre navegação nos rios da região. O comando dos exércitos aliados foi atribuído ao presidente da Argentina, General Bartolomeu Mitre, enquanto que o da Força Naval, constituída quase que exclusivamente por nossos navios, coube ao Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, então Barão de Tamandaré.

Tamandaré tratou logo de dividir sua força, a fim de apoiar o esforço das tropas em terra e estabelecer um bloqueio naval, para estrangular a economia do Paraguai e para impedir que Lopez recebesse os navios encomendados à Inglaterra antes do início do conflito armado. Não apenas o estabelecimento do bloqueio naval como também a solicitação anterior de reaparelhamento da Marinha Imperial, para atender, inclusive, a uma hipótese de emprego em ambiente fluvial, atestam a visão estratégica e o alto grau de preparo do nosso patrono.

O país que estava investindo em suas Forças Armadas era o Paraguai. Nessa época, a Esquadra Brasileira não estava sendo adequadamente reaparelhada, mas contava com tripulações adestradas.

Ademais, de forma a compensar as características inadequadas para a navegação fluvial dos navios que deveriam subir o Rio Paraná, ele designou o seu Chefe de Estado-Maior e amigo, Chefe-de-Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, para assumir o Comando da Segunda Divisão. Sem perda de tempo, Barroso atacou a cidade de Corrientes, no dia 25 de maio, buscando recuperá-la com o emprego de tropas aliadas e, em seguida, fundeou na margem direita do rio, no interior da região dominada pelo inimigo.

A presença dos navios brasileiros, dominando o Rio Paraná na retaguarda das tropas paraguaias, representou uma grave ameaça, interrompendo o avanço do General Hobbles para o sul. Preocupado, Lopez orientou, pessoalmente, os preparativos para o ataque à Força Naval aliada, pretendendo surpreendê-la fundeada, antes do nascer do dia, a fim de abordar e capturar os nossos navios. Com o objetivo de executar essa manobra, embarcou uma grande quantidade de tropa, rebocou chatas artilhadas e instalou 22 peças de artilharia e 2.000 soldados na margem esquerda de um pequeno riacho, conhecido como “Riachuelo”, nas proximidades da sua foz.

Todavia, alguns problemas causaram o atraso na chegada das embarcações guaranis à cena de ação, o que provocou o cancelamento da manobra inicial de abordagem. Ainda assim, a situação permanecia favorável ao Paraguai do Comodoro Mezza, pois a região não era ideal à manobra dos navios brasileiros, de maior calado e que, na manhã do dia 11 de junho, ainda possuíam parte das guarnições realizando fainas em terra.

Ao romper do Domingo da Santíssima Trindade, os navios inimigos foram avistados pelo vigia do mastro de proa da canhoneira Mearim, que içou o sinal de bandeira “inimigo à vista”. Às 09h25, enquanto os navios brasileiros prepararam-se para suspender, foram disparados os primeiros tiros de artilharia, com a coluna paraguaia, formada por oito vapores, cruzando em direção ao local onde a tropa paraguaia do Tenente Coronel Bruguez se encontrava escondida.

Às 10h50, a Força Naval Brasileira, composta pela fragata Amazonas, corvetas Belmonte, Jequitinhonha, Beberibe e Parnaíba e canhoneiras Iguatemi, Mearim, Araguay e Ipiranga, com o sinal de bandeira “o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”, içado no capitânia, também começou a descer o Rio Paraná e logo avistou os inimigos parados na curva do Rincão de Lagraña.

Durante manobras nas proximidades das baterias de terra, a Jequitinhonha, cumprindo o sinal de “bater o inimigo o mais próximo possível”, acabou encalhando em um banco de areia no meio do canal, atraindo o fogo inimigo sobre si e sobre a Belmonte, primeiro navio da coluna, que, após sofrer 37 impactos, também necessitou encalhar para não ir a pique.

Os vapores Taquari, Salto Oriental e Marques de Olinda tentaram abordar a Jequitinhonha, mas foram repelidos prontamente. Ato contínuo, os navios inimigos investiram sobre a Parnaíba, que vinha em socorro da corveta encalhada e que, antes de por eles ser abordada, conseguiu atingir o Paraguay.

Com arrojo, a tripulação da Jequitinhonha respondeu ao fogo da artilharia de terra, até ao anoitecer, e a da Parnaíba resistiu a um dos mais sangrentos combates da batalha, com destaque para a coragem demonstrada pelo Capitão do Exército Brasileiro Pedro Afonso Ferreira e pelo Guarda-Marinha Greenhalgh, ambos mortos na defesa do Pavilhão Nacional, e pelo Imperial Marinheiro Marcílio Dias, que lutou heroicamente contra quatro adversários, ao mesmo tempo, matando dois deles antes de sucumbir.

Às 12h10, seis dos nove navios brasileiros concluíram a passagem pela região da Foz do Riachuelo. Embora a situação lhe fosse totalmente desfavorável, Barroso não se intimidou e, após conseguir guinar a coluna, decidiu voltar ao combate e socorrer a Parnaíba.

Destaco que a ultrapassagem da força brasileira pela armadilha montada pelos paraguaios poderia ter sido considerada um ganho parcial, a fim de possibilitar a continuação posterior das ações em situação mais controlada.

A visão da aproximação da fragata Amazonas encheu ainda mais de ânimo a tripulação daquela corveta, fazendo com que os paraguaios desatrasassem de seu contrabordo, deixando para trás vários dos

seus companheiros mortos, incluindo o tenente do Taquari que havia arriado a Bandeira Imperial.

Em um gesto de brilhante improviso, Barroso decidiu tirar vantagem do maior porte da Amazonas para usar a tática do abalroamento, investindo com a proa do navio sobre o Jejuí, o Marques de Olinda, o Salto, o Paraguay e sobre uma das baterias flutuantes. Em seguida, tomou todas as demais chatas artilhadas, que foram abandonadas por ocasião da aproximação da Amazonas.

Antes do pôr do sol, após mais de nove horas de luta, a vitória já era brasileira. Enquanto Barroso buscava auxiliar os navios encalhados, que se encontravam sob bombardeio de terra, os vapores paraguaios Taquari, Igurey, Pirabebe e Iporá, perseguidos, fugiam rio acima, levando o comandante Mezza mortalmente ferido.

O que restou da marinha paraguaia não teria mais papel relevante no conflito. De maneira distinta, a Marinha Imperial, que mais uma vez havia comprovado o seu valor sob condições adversas, encontrava-se pronta para manter o bloqueio fluvial, transportar as tropas, bater e envolver as fortalezas e continuar apoiando as ações em terra no avanço sobre território paraguaio.

Por tudo isso, sinto-me seguro em afirmar que a vitória brasileira na Batalha Naval do Riachuelo, que alterou o rumo da guerra, não ocorreu por acaso, mesmo o Brasil estando despreparado ao eclodir o conflito. Contribuiu para esse triunfo o fato de a Marinha, como principal fonte do poder político do império, ter sido mantida permanentemente em ação, combatendo nas lutas pela independência, nas batalhas e revoltas regionais e nas questões no Prata.

Se, por um lado, a têmpera dos nossos homens já havia sido forjada pela água salgada antes da Guerra da Tríplice Aliança, não menos importante foi a contribuição do atual Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). Tendo alcançado um nível de capacitação que o deixava em condições de igualdade com congêneres da Europa e dos EUA, o Arsenal de Marinha da corte completou o binômio navio-homem do mar ao contribuir para tornar o nosso poder naval um dos mais fortes do mundo em 1869.

Antes do início da guerra, o AMRJ possuía capacidade para construir não somente a estrutura dos navios, como também as

máquinas principais e auxiliares e itens relevantes. Ao mesmo tempo, o estaleiro do Barão de Mauá também construía navios mercantes.

Infelizmente, o trabalho realizado pela Marinha, desde então, ocorreu longe dos olhos da população, impedindo que fossem criados laços efetivos entre o **mar e a Nação Brasileira**. Com o passar das gerações, a percepção da vulnerabilidade das fronteiras terrestres influenciou a retirada do apoio governamental ao desenvolvimento do poder marítimo, tornando nossa força a única instituição dedicada, permanentemente, à divulgação da importância do **mar** para a sobrevivência e o crescimento do Brasil.

Tendo aprendido na guerra, contra o governo do Paraguai, e em outros exemplos a ser **previdente** e seguindo o sinal içado por Barroso – “sustentar o fogo que a vitória é nossa” – a Marinha lançou, em 2004, o conceito de “Amazônia Azul”, com o propósito de impedir que o Brasil continue a viver com as costas voltadas para o mar. Em 2009, entre outros, também lançou o programa de obtenção de meios de superfície – PROSUPER – para dotar o Poder Naval das capacidades necessárias à defesa dos interesses nacionais no mar, considerando a cada vez maior inserção político-estratégica do nosso país no cenário internacional.

A compreensão da importância do mar para o desenvolvimento e para a segurança de um país é fator relevante para a manutenção de uma adequada Força Naval. Nossas águas jurisdicionais possuem recursos naturais que podem ser transformados em riquezas para a nossa população. Caso contrário, a Convenção da Jamaica e a prática darão aos demais países essa oportunidade. O conceito de “Amazônia Azul” busca lembrar que, pelo mar, fazemos fronteira com todos os estados do mundo.

Como oficial de superfície, a ocasião ainda me faz querer voltar no tempo para recordar o ambiente de profissionalismo e camaradagem existente no navio em que iniciei minha carreira na Esquadra, a quem aprendi a chamar pelo nome – União – e em quem reconhecia a presença de uma alma e de um vínculo com cada integrante da sua tripulação. Lembro-me também da amizade e da confiança de oficiais e praças em seus primeiros comandantes, bem como da experiência adquirida nas lides de bordo, em ambiente de saudável competição

entre navios, durante as diversas fainas e exercícios, em contato com a força maior da natureza e longe do conforto do lar e da família. Eram todos motivados pelos feitos de bravura em Riachuelo.

Neste parágrafo, eu busquei descrever, através da minha experiência profissional, a importância do homem para o Poder Naval: dos comandantes e dos oficiais e praças mais antigos; do contínuo adestramento, dentro de um ambiente de contínua superação; e da ideia de pertencimento, ao navio e à Marinha.

Em remate, gostaria de externar a minha confiança no reconhecimento, pelo Governo Federal, da necessidade do reaparelhamento da Marinha. Portanto, que as futuras gerações, que irão animar os novos meios, desenvolvam os valores éticos e profissionais dos marinheiros que lutaram no Rio da Prata, sob o comando dos respeitáveis chefes navais Tamandaré e Barroso; que sejam comprometidos com o destino da nossa Força e com o dos próximos escoltas e navios-patrolha oceânicos a serem construídos no país; que sonhem neles servir; e que possam ambicionar comandá-los e a uma Força Naval na vigilância e na proteção das águas jurisdicionais brasileiras, seguindo os exemplos de competência, patriotismo e sacrifício deixados pelos heróis que legaram aos brasileiros um inestimável patrimônio.

Esse parágrafo merece uma explicação sobre a importância do navio para o Poder Naval. Infelizmente, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que já possuiu uma força de trabalho com cerca de 10.000 homens, vem observando uma gradativa redução. Com isso, o novo modelo de apoio logístico deverá contemplar a participação das empresas, estrangeiras e nacionais, em conjunto com o pessoal das bases navais. As reduzidas tripulações, em virtude da maior automação dos equipamentos de bordo, terão que contar com o pessoal militar e civil de terra, para a obtenção e manutenção das condições de pronto-emprego dos diversos sistemas. A participação do pessoal militar na manutenção dos navios mais antigos já está sendo primordial para o aprestamento da Esquadra.

SEÇÃO I – GEOPOLÍTICA E GUERRA

CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOPOLÍTICA E GUERRA

Ronaldo Gomes Carmona¹

1 INTRODUÇÃO

A guerra, como evento político e social com emprego do Poder Militar combinado com elementos não bélicos voltado à resolução de diferenças em última instância entre dois ou mais contendores, tende a “mudanças contínuas”, seja pelo aparecimento de novas tecnologias, seja pela própria evolução da estratégia, isto é, pela evolução das “gerações da guerra”, como se diz na literatura.

A guerra visa, essencialmente, fazer seu oponente aceitar sua vontade por meio da força. Assim, pode-se dizer que a guerra é, essencialmente, um meio para uma Nação – ou no interior dela, ou de um segmento social – acumular poder. Nesse sentido o vínculo entre guerra e geopolítica é estreito, se for compreendido a primeira como uma ciência voltada ao adensamento das Expressões do Poder Nacional no contexto de um sistema de Nações estruturalmente em competição.

As definições até aqui propostas, de forma introdutória, correspondem às “leis” gerais da guerra, que são constantes e invariáveis, por sua natureza estrutural. Contudo, a geoestratégia, os meios e a organização de forças para desenvolver a guerra estão sujeitos a evoluções contínuas.

No que diz respeito ao progresso técnico, pode-se dizer que se está em meio ao que tem sido chamado de “quarta revolução industrial”, caracterizada pela emergência de várias novas tecnologias que, combinadas, explicitam sua condição revolucionária, isto é, disruptiva do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas.

1 Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), onde coordena o Grupo de Pesquisa Estudos de Guerra (GPEG). Doutor e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Contato: ronaldocarmona@gmail.com

Essas tecnologias incluem a inteligência artificial, a internet de 5ª geração e a digitalização das forças produtivas em geral.

O impacto das revoluções industriais precedentes sobre a guerra é conhecido. A primeira revolução industrial marcou a ascensão da Inglaterra como potência dominante no sistema internacional. A Alemanha protagonizou duas grandes guerras mundiais e os Estados Unidos iniciaram sua ascensão a *hegemon*² sistêmico com o advento da segunda revolução industrial.

Já a terceira revolução industrial deflagrou uma corrida pela atualização das forças produtivas que acabou por colapsar a União Soviética e a vitória do “bloco ocidental”, liderado pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que possibilitou um deslocamento de forças produtivas que marcaria o início da ascensão chinesa.

A atual quarta revolução industrial tem, na sua raiz, um conflito sistêmico de grande porte entre Estados Unidos e China, o que se desenvolverá mais adiante.

Novamente, se é chamado a observar o que são mudanças na natureza da guerra e o que são repaginações de meios e métodos que persistem de outros períodos. Assim, a questão metodológica fundamental é que não cabe se apegar ao conservadorismo da não mudança, o que é antidialético, tampouco a uma superestimação da mudança, quer no plano tático, à moda “jominiana”, quer ainda na esfera de um “tecnologismo”, à moda de certos filmes futuristas, nos quais robôs se sobrepõem à política, isto é, à atividade humana.

No que diz respeito ao fenômeno da guerra, essa disjuntiva metodológica é falsa, pois há aspectos reais e exageros em ambas as opções antagônicas aqui apresentadas. Por tanto, as mudanças nesse cenário da guerra exigem uma atualização da visão brasileira a respeito.

Dessa maneira, como grande massa territorial autônoma, o Brasil precisa realizar esta reflexão sobre a natureza da guerra contemporânea, tendo em vista seus próprios interesses. Pois é um grande e potencialmente rico país, cujos interesses, como dizem os documentos de Defesa Nacional, podem ser contraditados a depender da evolução do cenário internacional.

2 Relativo à hegemonia, aquele que exerce influência preponderante sobre outros.

Nesse sentido, vale lembrar que, ao final da Segunda Grande Guerra, decidiu o comando de nossas Forças Armadas, então vitorioso no engajamento europeu nessa guerra mundial, pela criação da Escola Superior de Guerra (ESG). O Marechal Cordeiro de Farias, “febiano”³ e primeiro comandante da ESG, justificou sua criação pela necessidade de se compreender com perspectiva própria, brasílica, a evolução do fenômeno do conflito bélico. A este desafio cabe novamente mobilizar energias e inteligência coletiva dos brasileiros para levá-lo adiante.

Nesse contexto introdutório, busca-se discutir, adiante, aspectos ontológicos da guerra em meio as características estruturais do sistema interestatal. Em segundo momento, discorre-se sobre o cenário atual de transição e o conflito na desordem geopolítica global contemporânea. A terceira parte versa sobre novas e velhas formas de guerra. Por fim, busca-se extrair alguns possíveis ensinamentos ao Brasil.

2 NATUREZA DA GUERRA E DO SISTEMA INTERESTATAL

As reflexões clássicas sobre o problema da guerra partem da discussão sobre sua natureza ética ou moral, isto é, de sua justeza. O conceito de guerra justa, cunhado inicialmente por Cícero, tornou-se relativo para Thomas Hobbes (1974), o qual afirma: “o que é, para um, crueldade, para outro é justiça”.

A “justeza” da guerra viria a ganhar nova força com sua acepção religiosa, na qual: a guerra se realiza pela vontade ou por desígnio divino. São as guerras santas, de Santo Agostinho, combustível, no passado, das cruzadas e da inquisição – que na era moderna, passou a ter seu equivalente na *jihad*⁴ islâmica ou na reação a esta, a guerra global ao terror, de George W. Bush, em que desígnios messiânicos foram invocados na sua realização.

O próprio início da colonização brasileira, com o advento das expedições da Escola de Sagres, teve como seu componente material

3 Militar que combateu pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial.

4 Guerra santa muçulmana; dever religioso dos muçulmanos de defender o Islã através de luta.

as “especiarias” do Oriente, o que também foi seu combustível anímico, na forma de missão civilizatória divina, algo que se viu em outras iniciativas europeias, a seguir da espanhola.

A guerra, e mais amplamente o funcionamento do sistema de Nações, também se situa, mais amplamente, dentro de duas tradições teórico-filosóficas singulares.

A primeira, sintetizada, inicialmente, em autores como Hobbes⁵ e Hegel⁶, concebe a guerra como decorrência da natureza do sistema internacional, no qual as unidades autônomas (as Nações) encontram-se num ambiente de competição estrutural e permanente. A paz, nesse contexto, será produto de um equilíbrio de forças precário e instável. Os princípios da filosofia do direito de Hegel consagram a ideia de que a natureza de todo Estado é a vontade de poder.

A segunda tradição, inicialmente em autores como Grotius⁷ e Kant⁸, preconiza sobre a irracionalidade da guerra e define a meta de alcançar a paz perpétua por meio de um governo mundial que se realizaria, buscando valores culturais comuns e baseado na interdependência econômica.

Contudo, o debate remonta a período muito anterior. Tucídides, historiador grego que viveu, aproximadamente, em 400 a.C., autor do célebre relato sobre a Guerra do Peloponeso, lembrava na obra que “em negócios humanos, os litigantes se submetem às regras da justiça, quando se veem obrigados por necessidades mútuas. Todavia, para

5 Thomas Hobbes (1588-1679) foi um filósofo inglês cuja obra de maior destaque, “Leviatã”, versa sobre um tratado político onde a ideia central é a defesa do absolutismo e a elaboração da tese do contrato social.

6 Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo alemão e criador do sistema filosófico chamado idealismo absoluto. Também foi precursor do existencialismo e do marxismo.

7 Hugo Grotius (1583-1645) foi um jurista holandês e considerado um dos fundadores do Direito Internacional. Autor da obra “O Direito da Guerra e Paz”, onde desenvolveu a doutrina da “guerra justa”, de autoria de St. Agostinho.

8 Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão e fundador da “Filosofia Crítica” sobre os limites da razão humana. Em “A Paz Perpétua” (1795) defende que um Estado não pode interferir em outro sob pena de pôr em perigo a autonomia deste e que o Estado não é patrimônio, mas sim uma “sociedade de homens” que só a eles mesmos podem mandar ou dispor, fazendo com isso suas próprias leis e costumes.

os fortes, o poder é a única regra; para os fracos, a submissão”. No pensamento oriental, embora muito menos conhecido e apropriado pelo debate acadêmico ocidental, se vê ideias semelhantes, como nos populares escritos do chinês Sun Tzu.

Mais recentemente, no século XIX, Clausewitz⁹ asseverou que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, sua frase mais conhecida, sobretudo por sintetizar uma dependência da guerra à política ou, pode-se dizer, a geopolítica, se esta for concebida com a grande política de um Estado nacional realizada em função de suas condicionantes geográficas. Noutras palavras, com Clausewitz, a guerra é transportada para o centro da atividade humana – a política – tornando-se um fenômeno social.

Assim, a guerra passa a ser compreendida como a busca, por meio da violência e compulsão, para que o inimigo faça algo contra sua vontade. Ou seja, a guerra é um ato de força para obrigar o inimigo a fazer algo fora de sua vontade.

Apresentada estas definições conceituais, passa-se a repercutir a relação entre guerra e geopolítica no atual contexto de disputa sistêmica entre grandes potências que se apresenta na “ordem” mundial contemporânea.

3 CENÁRIO DE *GREAT POWER COMPETITION*

A ordem internacional, nestas primeiras décadas do século XXI, apresenta, na sua plenitude, a natureza estrutural do sistema de Nações, sendo marcada pela competição entre as grandes potências por poder, recursos e influência – como, aliás, vistos em outros momentos históricos como, por exemplo, no período entre guerras, ou seja, com o cenário vivenciado entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Isso porque o contexto da segunda metade do século XX, de outra forma, o período da “guerra fria”, guardou grande ineditismo em termos da situação internacional contemporânea exatamente por opor duas superpotências num confronto, cujo sentido de fundo guardava traços ideológicos.

9 Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) foi um General do Reino da Prússia e considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra “Da Guerra” escrita após as guerras napoleônicas.

A vitória do bloco norte-atlântico liberal, liderado pelos Estados Unidos, como a desintegração do oponente, a União Soviética, foi produto de uma manobra de natureza mais geopolítica do que propriamente ideológica. Mesmo que a narrativa do bloco vitorioso tenha sido de uma vitória ideológica, que pode ser sintetizada na tese de Francis Fukuyama sobre o fim da história. Isto é, de que se abriria um período “eterno” de supremacia das forças de mercado e de uma ordem internacional “kantiana” (Immanuel Kant), de um sistema baseado em regras.

A manobra americana, no início dos anos 1970, consistiu-se, basicamente, em aproveitar-se de uma oportunidade – as diferenças ideológicas entre o governo de Moscou e o governo de Pequim quanto às caracterizações de um regime socialista – para desenvolver relações diplomáticas com a China no sentido de isolar, inicialmente falando, a URSS e seu núcleo mais duro, representado pelo Pacto de Varsóvia (Carmona, 2018).

As quatro décadas que se seguiram à manobra de Kissinger-Nixon foram marcadas, além do colapso soviético, pela meteórica ascensão chinesa, resultando no fato de que, na virada da segunda para a terceira década do século XXI, o grande “Império do Meio” venha a estar em vias de se tornar a primeira economia do mundo.

A ascensão chinesa – melhor denominada de reascensão, dado o papel anteriormente exercido por este país por muitos séculos de história – não representa, todavia, que este país já goze de condição de potência hegemônica no sistema internacional. Ao contrário, os Estados Unidos buscam se reposicionar no sentido de relançar sua condição de potência hegemônica neste século XXI. Já na presidência de Obama, os Estados Unidos abandonaram a política de guerra ao terror, fruto dos atentados às torres gêmeas, de 11 de setembro de 2001, para adotar a política de *Pivot to China*¹⁰. Sob a presidência de Donald Trump, essa tendência relancionista da condição de potência

10 Política externa para o Leste Asiático adotada pela administração americana de Barack Obama, na qual o pivô deve ser um “reequilíbrio” estratégico dos interesses dos EUA, da Europa e do Oriente Médio em direção ao Leste da Ásia.

dominante, por parte dos Estados Unidos, exponencializou-se sob a ideia do *America First*¹¹.

A notável ascensão chinesa revelou toda a disfuncionalidade para os objetivos americanos da ordem liberal internacional, melhor dizendo, de um sistema baseado em regras como acordadas ao final da Segunda Guerra Mundial. Com isso, os Estados Unidos, agindo como criador que se volta contra a criatura, iniciaram um período de desprestígio do sistema multilateral, mergulhando a ordem liberal numa profunda crise.

A política *America First* também marcou o início de um movimento de desglobalização, com a nacionalização de cadeias de valor e de suprimentos, sobretudo, como se viria depois, com a eclosão da COVID-19 e respectiva demanda pelas cadeias de insumos médicos e de vacinas. Começou, assim, a se formar um consenso no mundo ocidental que, quando se observa a contradição entre globalização e segurança nacional, os grandes países optam pela segunda, mesmo que à custa de protecionismo e da adição de custos, contrariando a retórica neoliberal do imediato pós-guerra fria, em especial, da euforia dos anos 1990.

O enfretamento sistêmico entre as duas grandes potências globais, Estados Unidos e China – esta secundada pela Rússia, que recupera sua força de grande império eurasiático – tem uma característica especial marcado por um confronto agudo em todas as expressões do Poder Nacional. Dito de outra forma, trata-se de uma guerra sem o enfretamento bélico direto entre ambos, fato que enseja a discussão a seguir.

4 “GUERRA NÃO GUERRA” E “GUERRA CLÁSSICA”

Para a compreensão da natureza da guerra contemporânea, pode-se recorrer tanto a uma farta literatura que denomina novas formas as quais adquire o conflito – guerra híbrida, guerra de quarta

11 Política adotada pela administração americana de Donald Trump que enfatiza o nacionalismo e o não intervencionismo, onde a segurança da nação baseia-se na força e no caráter de seu próprio povo e o investimento em Forças Armadas suficiente para defender ataques de qualquer combinação de potências estrangeiras.

geração ou “guerra contínua”¹² – quanto ao pensamento clássico. No entanto, começar-se-á deste último.

O professor Nicholas Spykman (1893-1943), um dos ícones da geopolítica americana, autor da teoria do *Rimland* ou das *Fímbrias*, enumera argumentos, em sua obra clássica *Estados Unidos frente al mundo*¹³, Spykman (1944), a respeito das características da guerra que soam atualíssimas no atual confronto sino-americano.

Falando durante o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, Spykman defendia que “a guerra do século XX é a guerra total, combinação e integração de um grande esforço bélico das táticas militar, política, econômica e ideológica”. Em outras palavras, a guerra pode ser entendida como uma utilização combinada de todas as expressões do Poder Nacional.

Para Spykman:

A campanha militar é o término e não o início da contenda. A ofensiva psicológica precede à guerra, como a cortina de fogo da artilharia precedia anteriormente o assalto da infantaria. Segundo Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros procedimentos. Segundo Hitler, a paz é o prelúdio da guerra, por outros procedimentos. **A consequência disto é que se apagam quase por completo as características que antes diferenciavam as formas de luta pelo poder em tempos de paz e de guerra [...].** A guerra está empenhada sem interrupção. A guerra total é permanente. (Spykman, 1944, sem paginação).

A ideia de que a guerra é permanente, ou contínua, dialoga fortemente com o que se apresenta na segunda Seção, quer dizer,

12 Termo utilizado recentemente no trabalho do autor (Carmona, 2018).

13 Nicholas Spykman (1942) sintetizou sua geoestratégia pela posição geográfica e balança de poder, onde o intervencionismo na Eurásia e a hegemonia no hemisfério ocidental, pelos EUA, observa o paralelismo geográfico América do Norte-Eurásia, pois cercam-se mutuamente (Atlântico Norte, Pacífico Norte e Mar Ártico). Assim, os EUA seriam a ilha transoceânica cercada pela Eurásia, tendo que atuar para promover o equilíbrio de poder.

quanto à natureza estrutural de um sistema internacional em competição constante, no qual as grandes potências buscam adensar suas posições de força em relação às outras potências, num movimento no qual não há posição estática. Em outros termos, uma potência estabelecida precisa dispor de uma grande estratégia – *National Security Strategy*, como dizem os americanos – que busque, por um lado, aumentar todas as dimensões de seu Poder Nacional e, por outro lado, conter suas linhas de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que desenvolve iniciativas para conter, sabotar e mesmo destruir outras potências competidoras. Nas palavras de Spykman:

Os humanos inventaram uma grande variedade de técnicas voltadas a ganhar amigos ou a exercer influência sobre as pessoas. Esses métodos poder ser classificados em quatro rubricas gerais diferentes: **persuasão, compra, permuta e coerção** [...] as políticas mais eficazes combinam com sagacidade o uso das quatro. (Spykman, 1944, sem paginação, grifo nosso).

A essência do sistema de Nações também revela os limites do multilateralismo, no geral, arma daqueles países que possuem menores excedentes de poder relativo. Como lembra Spikman:

Quando os Estados se convencem que seu poder não é suficientemente forte para impor sua vontade pela força, tornam-se pacíficos e razoáveis e descobrem os benefícios da conciliação e da arbitragem. [...] mas o equilíbrio político não é um dom dos Deuses nem uma condição estável da natureza. É resultado da intervenção ativa do homem, da ação das forças políticas. (Spykman, 1944, sem paginação).

Há ainda duas questões de enorme relevância para a forma de que a guerra toma atualmente, nas considerações do geopolítico americano, que escreveu há quase um século (oito décadas), mas que ainda guarda enorme atualidade. A primeira refere-se ao uso de

instrumentos psicológicos (ou psicossociais) e mesmo, como ele diz, ideológicos. O outro é com base no anterior, quebrar a coesão nacional do oponente.

Diz Spykman:

À técnica de estrangulamento econômico, da intriga política e do assalto militar, soma-se agora uma forma psicológica e ideológica de fazer a guerra. A propaganda e a antipropaganda constituem flamantes armas para minar ou robustecer o espírito combativo. Na guerra, a força deriva da unidade, da efetiva integração social e, por isso, a primeira preocupação do inimigo é atacar a unidade da nação. O fundamental desígnio do ataque é destruir a coesão nacional, sua disciplina e moral coletiva. [...] O método consiste em avivar e intensificar todos os tipos de divisões e conflitos, qualquer que seja sua natureza: racial, étnica, regional, econômica ou ideológica. (Spykman, 1944, sem paginação).

Essas questões voltadas ao uso do psicossocial para quebrar a coesão do inimigo estão na raiz da guerra moderna e vêm se sofisticando com o advento da *internet* e das redes sociais que, por sua vez, exacerbam o ambiente de polarização política-ideológica ou de ruptura da identidade nacional, sobretudo em grandes países.

Ao realizar uma ampla revisão bibliográfica sobre as formas do que chamamos de “guerra não guerra”, Jordán (2018), descreve, pelo menos, nove iniciativas operadas no contexto de uma “zona gris” (*gray zone* ou zona cinzenta), outra forma de se chamar as novas formas de “guerra”, o que se verá adiante, complementando-as com algumas questões adicionais.

Uma primeira se refere ao respaldo da oposição política ao governo adversário “para gerar confusão, agudizar fraturas e perturbar processos de tomada de decisões” (tradução nossa). Dentre outros exemplos, o autor cita vínculos do governo russo com partidos como os de extrema direita da União Europeia. Pode-se agregar também o

inverso, o apoio ocidental à movimentos políticos anti-Moscou, como foram os episódios na Ucrânia que ficaram conhecidos pelos eventos da Praça Maidan, em Kiev, em 2014, numa típica ação de **revoluções coloridas**, como se conhece. Essa primeira linha de ação, contudo, lembra o autor, não é exatamente uma novidade. Ele recorda do apoio americano a uma rebelião armada no, então, território colombiano do Panamá, com objetivos da construção do Canal em 1901.

Outro meio é a realização de operações de influência sobre a opinião pública internacional e sobre a opinião pública do adversário, construindo-se e difundindo-se metanarrativas que venham afetar os processos políticos no país adversário. Em especial, a penetração obtida pelas redes sociais, gerando “bolhas” de opinião, adeptas a uma determinada interpretação, que levam a possibilidade no sentido de se criar narrativas envesadas ou mesmo falsas, destinadas a reforçar a visão destas audiências que já possuem uma predisposição favorável a essa visão a ser difundida. É o caso, cita Jordán (2018), da acusação da comunidade de inteligência americana ao canal de notícias *Russia Today* a respeito de influenciar as eleições americanas vencidas por Donald Trump. Já na guerra fria, fazia-se uso deste instrumento, como mostra a história da *Voice of America*, da BBC, ou de revistas, em vários idiomas, difundidas pela URSS ou pela China. Contudo, como diz Jordán (2018): “a extensão das redes sociais, combinada com os avanços em inteligência artificial, incrementa, substancialmente, o alcance destas operações”. Em destaque, a replicação de notícias envesadas ou falsas, de maneira automática, por meio de programas de computador (*bots*) que multiplicam, por várias vezes, de forma eficiente e barata, os efeitos destas operações de influência.

Uma terceira possibilidade é a de coerção econômica, mediante práticas comerciais ou financeiras, as quais reforçam a pressão política. Como exemplo, o autor cita a suspensão de venda de terras raras pelo governo chinês ao governo japonês, um grande produtor de tecnologias, mas dependente destes insumos críticos, em função da apreensão de barcos de pesca ilegais pela guarda costeira japonesa. Aqui também não é dado novo, como mostra, por exemplo, o bloqueio econômico americano a Cuba, desde 1959, ano da revolução naquele país. Mas experiências recentes, como a do governo Trump em relação

ao Irã, trazem instrumentos de sanções econômicas inéditos, no nível de tentativa de estrangulamento do país, que mostram a forma de se materializar a coerção econômica.

Mais amplamente, poder-se-ia falar do uso do sistema monetário internacional, em especial pelo domínio e hegemonia do dólar, como “arma” destinada a criar dificuldades econômicas ou mesmo estrangular o adversário.

Uma quarta linha de ação refere-se à promoção de ciberataques destinados a explorar vulnerabilidades do inimigo, tendo como alvo instituições públicas ou privadas. Na literatura sobre ciberataques, há o clássico exemplo relativo à Estônia, país avançado no que se chama de governo eletrônico. Atualmente, também há muitas denúncias do governo americano em relação à China quanto à ciberataques relacionados à obtenção de segredos econômicos. O fato é que uma das características dos ciberataques é, exatamente, a capacidade de ocultação da origem da autoria, característica essa que torna o ciberataque um instrumento bastante atrativo a quem o executa.

Um quinto meio é a promoção de ações agressivas de inteligência. Por certo, a atividade de inteligência voltada a um país adversário é uma prática, que vem de muito longe, na história da espionagem. Contudo, argumenta Jordán, em ações de “zona cinzenta” as ações tornam-se mais agressivas, pois incluem tentativas de infiltração em serviços rivais, campanhas de ciberespionagem, visando à obtenção de dados sensíveis que possibilitem vantagens estratégicas, ou mesmo assassinato de agentes a serviço de potências estrangeiras, como acusou Londres em relação ao envenenamento de um agente russo e sua filha em 2018.

Uma sexta possibilidade se refere ao que o autor chama de “dissuasão militar coercitiva”. Segundo ele, “tradicionalmente nos estudos estratégicos coerção (*compellence*) ou dissuasão (*deterrence*) se entende como conceitos contrapostos: ameaça ou emprego limitado de força para o outro ator faça uma coisa (coerção) e não faça outra (dissuasão)”. A ameaça ou emprego limitado de força pode incluir uma dupla finalidade, tornando-a ambígua: o que pode ser apresentado como uma medida puramente defensiva e dissuasória poderá trazer uma sutil mensagem coercitiva. Como exemplos, pode-se falar de manobras militares de grande porte na fronteira de outro país, prova

ostensiva de novos sistemas de armas (como mísseis balísticos por parte do Irã) ou violando repetidamente o espaço aéreo e marítimo de outros países, como a Rússia nos Bálticos, exemplifica o autor.

Uma sétima linha de ação se refere a “fatos consumados”. Trata-se de iniciativas que alteram o *status quo* e resultam em ganhos importantes, por parte de quem toma a iniciativa, sem a intenção de retroceder. Para que esse fato consumado seja efetivo e represente um ganho, este deve ser limitado, de modo que a vítima prefira admitir a perda limitada a escalar à tensão, abrindo possibilidade de uma guerra. Segundo citado pelo autor, com base em dados de terceiros, entre 1918 e 2007, houve 88 casos de ocupação militar unilateral, dos quais 44 resultaram em ganhos territoriais permanentes. A ocupação russa da Crimeia, em 2014, é citada, pelo autor, como exemplo de *fait accompli* exitoso. Os fatos consumados não se limitam a ocupação territorial. Os ataques aéreos de Israel a instalações nucleares do Iraque, em 1981, e da Síria, em 2007, resultaram na interrupção de ambos os programas nucleares.

Uma oitava linha de ação é denominada *sliced salami tactic* (tática de cortar salames, tradução nossa). Trata-se de ações de baixo perfil que proporcionem ganhos graduais que, por sua vez, dificultem uma reação severa por parte do inimigo. Trata-se de uma soma de pequenos fatos consumados. Sua escala reduzida não justifica o emprego de força e deixa margem à solução diplomática das diferenças, mas se fossem executadas, de uma só vez, gerariam uma grande crise ou, inclusive, a eclosão de uma guerra. São táticas de erosão, que ademais de pequenos ganhos, corroem a credibilidade de dissuasão do adversário. O exemplo oferecido é a construção de ilhas artificiais e do estabelecimento de zonas de identificação de defesa aérea, no Mar do Sul da China, por parte do governo de Pequim. Também naquele Teatro de Operações, iniciativas visando ao desenvolvimento de capacidades militares antiacesso e de negação de área (*Anti-Access and Area Denial - A2/AD*, na sigla em inglês) aumentam as capacidades de superioridade naval chinesa num conflito de baixa escala com Forças adversárias.

Por fim, uma nova possibilidade refere-se a guerras por procuração (*proxy war*). Onde se apoia uma Nação aliada ou mesmo

um ator não estatal armado, que incluem mercenários e empresas privadas de segurança, contra um rival estratégico. Como não há confronto direto entre os Estados, mas indireto, o autor situa estas guerras por procuração em ações de “zonas cinzenta”. As guerras na Síria e no Iêmen são exemplos de *proxy war* entre o Irã e a Arábia Saudita. Na guerra fria, por exemplo, aplica-se o apoio americano aos *mujahedín*¹⁴ afegãos contra as forças soviéticas.

Segundo Jordán:

O emprego coordenado, integral e sincronizado das linhas de ação estratégica que se acabam de expor proporcionam uma vantagem frente a um rival cuja estratégia defensiva baseia-se, fundamentalmente, na dissuasão clássica, linear e pouco flexível frente ao gradualismo e ambiguidades das atividades de ‘zona cinzenta’.

Em síntese, pode-se dizer que tradicionais estratégias e táticas de guerra se renovam ou são potencializadas – como as operações psicossociais – enquanto aparecem novos formatos de desenvolver a guerra, inclusive de “guerra não guerra”, com efeito de estrangulamento do oponente, por vezes, similares ao bélico.

Como exemplos: a “guerra”, nesse caso não bélica, travada em torno do 5G e do domínio das tecnologias emergentes da 4ª Revolução Industrial, como é o caso da busca por um conjunto de meios, por parte dos EUA, no sentido de minar o sistema de inovação chinês (Projeto China 2035); a questão do controle dos “metadados”, possibilitado pelo fato de 70% da população mundial está conectada à internet, gerando dados, diuturnamente, que agregados em *Big Data* e trabalhados por Inteligência Artificial tornam-se instrumento crucial para o domínio do mundo; o renovado e aprimorado uso de sanções econômicas e monetárias e bloqueios tecnológicos e seus efeitos, que inclui “autoefeitos”; e, não menos importante, a “guerra por recursos”

14 Mujahidín é a forma plural de mujahid , que se traduz, literalmente do árabe, como “combatente” ou “alguém que se empenha na luta (jihad)”, embora o termo seja frequentemente traduzido como “guerreiro santo”.

e o conflito crescente quanto aos recursos finitos, dos quais o Brasil é grande detentor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se buscou demonstrar até aqui, vive-se um sistema de guerra contínua no sistema internacional contemporâneo, um traço estrutural ou sistêmico que paira, de maneira permanente, sobretudo sobre **grandes massas territoriais autônomas**, caso do Brasil e outros poucos países, essencialmente os BRICS e os Estados Unidos. A Europa é, no entanto, sem uma unidade efetiva em meio a tantos interesses nacionais, um caso à parte.

Quando se fala de grandes massas territoriais autônomas, fala-se de geografia que é a base sob qual se assenta a Nação, assim como a base para o desenvolvimento de sua política de potência. Portanto, ao se pensar em Brasil, exige-se, antes de tudo, uma **reflexão sobre nossa geografia**.

Nesse aspecto, há duas linhas de contato diretas de nosso país com o exterior. A primeira trata-se da vasta fachada oceânica atlântica que, por sua vez, é dividida em um corte, no sentido norte-sul, que vai de Natal ao Chuí, e uma segunda franja, na face norte, que vai de Natal ao Oiapoque. Nessa franja norte, então, está a embocadura do grande rio que permite o acesso à vasta planície amazônica, com a hinterlândia que pode desembocar em Quito, ou mais abaixo, no Peru, já acessando o Pacífico, novo centro dinâmico e geoestratégico global neste século XXI.

Assim, a segunda linha também é axial ao projeto nacional brasileiro, trata-se da costa a oeste, isto é, da dezena de vizinhos sul-americanos, a qual é tema clássico da geopolítica brasileira, cujo batismo é exatamente a obra de Mario Travassos sobre a manobra sul-americana que propõe.

A América do Sul permanece como tema central. O Brasil deve, definitivamente, abandonar uma abordagem ideológica desta contingência territorial e ter, **como política de Estado e projeto nacional, que associar seus vizinhos ao seu projeto**. Projeto de maior autonomia desta região geográfica insulada da massa eurásiana e seus apêndices europeu e africano.

Voltando-se a primeira linha, quanto à fachada oceânica atlântica, que transborda para a África Ocidental, percebe-se uma área geográfica ampla e com forte presença de potências estrangeiras, notadamente o Reino Unido, um dos vértices da OTAN. A projeção oceânica ao norte, aliás, é outra frente a expor o Brasil, diretamente, a uma área geográfica da OTAN.

De conjunto, essas considerações geográficas exigem contrapartidas no sentido de salvaguardar o território, base onde se assenta a nacionalidade.

Contudo, a **profundidade estratégica de um país continente** impõe esta máxima: grande demais para se “conquistar” pela guerra de conquista e ocupação convencional. As **grandes massas territoriais autônomas** recomendam a quem as cobiçam, antes de qualquer coisa, a quebra da coesão nacional, quer seja com a exploração de tensões regionais ou étnicas, quer seja buscando “dominar a cabeça”, em outras palavras, impondo uma narrativa psicossocial que enfraqueça a identidade nacional e, por conseguinte, a vontade de lutar. Essa é uma “peculiaridade” das grandes massas territoriais soberanas que o Brasil precisa considerar, observando, em especial, a postura político-estratégica dos demais BRICS.

O formato de **guerra contínua num ambiente multipolar** – cenário prospectivo mais provável – exigirá ao Brasil atualizar suas política e estratégia nacionais de defesa. Na verdade, transformá-la numa **política e estratégia de segurança nacional**. Será um despautério seguir formando como ideologia o conceito de **segurança nacional**, como se faz no Brasil, de forma inversa a todas as demais **grandes massas territoriais autônomas**. Por política e estratégia de segurança nacional concebemos, portanto, a formulação de uma **grande estratégia** (conceito, em inglês, de *high strategy*) que nos permita atuar a partir de todas as expressões do **Poder Nacional** no sentido de nosso projeto de se tornar uma nova potência no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

CARMONA, Ronaldo G. Guerra contínua pela supremacia mundial na Era da Quarta Revolução Industrial. *Caderno de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, p. 5-16, 2019.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores.

JORDÁN, J. *El conflicto internacional em la zona gris: una propuesta teorica desde el realismo ofensivo*. *Revista Española de Ciencias políticas*, 48, 129-151, 2018. Doi: <http://doi.org/10.21308/recp.48.05>.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. A Guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização. Tradução do original feito pela Escola de Guerra Naval (EGN) *Military Review*, Sept./Oct. 2004.

SPYKMAN, Nicholas J. *Estados Unidos frente al mundo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS, A GEOPOLÍTICA E A GUERRA

Eurico de Lima Figueiredo¹

Os Estados não podem se dar ao luxo de esperar passivamente pelo tempo feliz quando um equilíbrio milagrosamente alcançado trará paz e segurança. Se eles desejam sobreviver, devem estar dispostos a entrar em guerra para preservar o equilíbrio contra o crescente poder hegemônico do período.

Nicholas J. Spikman

1 INTRODUÇÃO

A Geopolítica e os Estudos Estratégicos configuram duas áreas distintas de conhecimento científico que, reciprocamente, se reforçam e se interligam quando se tem como objeto de reflexão a guerra. Claro, o conflito bélico, nas suas variadas acepções, devido à sua grande complexidade, requer a contribuição de outros campos do saber para sua melhor análise e compreensão como, por exemplo, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Todavia, tendo em vista os objetivos aqui pretendidos, as considerações adiante situar-se-ão no reencontro das duas áreas de saber em tela, a Geopolítica e os Estudos Estratégicos.² (Figueiredo, 2010 e 2015)

Guerra: o mais complexo e letal conflito concebido e posto em prática pelos homens. Não obstante a polissemia que o uso do termo enseja – como “guerra partidária” ou “guerra comercial” – quando

1 Professor Emérito da Universidade Federal da Universidade Federal Fluminense.

Professor Titular aposentado de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos da mesma universidade (INEST/UFF). Titulado “Doutor Notório Saber em Ciência Política” pela Universidade Federal Fluminense.

2 Sobre a acepção conceitual de “área de conhecimento” na forma como aqui é empregada ver Figueiredo: 2010, 2015: “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”.

se quer apreender a sua essência última, há de se ter sempre em mente Clausewitz (1780/1831), autor seminal sobre o fenômeno. De fato, o teórico prussiano concebia a guerra como “um conflito de grandes interesses, solucionado através de sangue”, diferenciando-se por isso dos outros conflitos na sociedade humana (Clausewitz, 2003, p.127). Compreendia a guerra “não apenas como um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (Clausewitz, 2003, p. 27). Se a guerra empreendida pelo Estado, a forma mais complexa de organização política, a sua dinâmica marcial dar-se-ia pelo entrelaço da violência física entre Forças Armadas em campos opostos. Sendo a guerra um conflito interestatal, ela não se constituiria, na perspectiva clausewitziana, em um fenômeno bélico em si mesmo, pois sua essência ontológica estaria radicada no “fenômeno político”.

Ganhando sua maturidade intelectual como teórico da guerra e como militar no decorrer das guerras napoleônicas (1803/1815) e, ainda, da Primeira Revolução Industrial (1750/1850), longe estava o autor de *Vom Kriege*³ de poder divisar os diversos tipos e formas de guerra que surgiriam no decorrer dos séculos seguintes. Com efeito, as guerras de hoje apresentam complexa “tipologia” e “morfologia”, além daquelas conhecidas nos tempos do autor em lide. Na atualidade, não só se convive com as guerras interestatais, com armamentos convencionais de maior ou menor letalidade, mas também com outros “tipos” de conflito, como as guerras irregulares, as guerras assimétricas e as guerras híbridas. Esses, por sua vez, apresentam-se segundo “formas” diversas, desde a guerra psicológica à guerra econômica, desde a guerra cibernética à guerra biológica, desde a guerra revolucionária à guerra civil, desde a guerra de quarta dimensão à da quarta geração, desde a guerra química à guerra radiológica, desde a guerra convencional até à nuclear. Forças Armadas no “estado da arte” pretendem estar

3 *Vom Kriege* é o título original, em alemão, da obra “Da guerra”, de Carl von Clausewitz, de 1832, que trata a filosofia da guerra e que teve uma influência profunda no pensamento militar e político do séc. XIX. Pela influência e clareza de exposição de ideias, é considerado um clássico de assinalado relevo.

preparadas para os desafios de cada tipo e forma de guerra, nas suas mais variadas combinações, conforme uma dada situação concreta se apresente.

Neste trabalho não se tem em vista as guerras irregulares, as guerras assimétricas e as guerras híbridas, mas as “guerras interestatais”, nas suas diversas intensidades – baixa, média e alta intensidade – sendo a guerra nuclear uma hipótese “real”, no presente e no futuro, embora já experimentada no passado (Hiroshima e Nagasaki). Há razões para isso quando se pretende entender a guerra em face da Geopolítica e dos Estudos Estratégicos.

Em primeiro lugar, é para este tipo de guerra – a “guerra interestatal” em seus diferenciados tipos, formas e intensidades – que os países mais poderosos do mundo investem, custeiam e mantêm suas Forças Armadas. Na verdade, são eles que constituem o Conselho da Segurança da ONU, China, EUA, França, Reino Unido e Rússia. Essas potências injetam, anualmente, bilhões de dólares na construção e manutenção de suas máquinas de guerra, a começar pela potência que detém o maior poderio militar do mundo, os EUA. Trata-se: de porta-aviões e submarinos movidos a propulsão nuclear; de mísseis balísticos intercontinentais e mísseis de alcance diferenciado; de aviões da quarta geração; de tanques e viaturas sofisticadas; de dispendiosas redes cêntricas de guerra; de custosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento; de agências de inteligência mundo afora; de bases e aeroportos; e de logística complexa, sem falar nos caríssimos recursos humanos necessários à gestão, manutenção e emprego da violência bélica. Já foi dito que as Forças Armadas estadunidenses se constituem na maior força multinacional do planeta, com centenas de bases (“filiais”) e dezenas de milhares de soldados (“funcionários”), inclusive na América latina.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que é para esse “tipo de guerra”, em suas diferenciadas “formas”, que esses países elaboram suas hipóteses de guerra, dividem os possíveis teatros de operações, desenvolvem suas doutrinas de emprego e montam suas estratégias e políticas nacionais de defesa. Estes procuram estar prontos para todos esses tipos e formas de guerra, supostamente preparados para enfrentarem às novas ameaças, além das pretéritas, como a guerra,

em menor ou maior escala.⁴ No limite, produzem e mantêm suas custosíssimas “máquinas de guerra”, tendo em vista a hipótese do conflito interestatal de intensidade máxima, a guerra nuclear.⁵

Em terceiro lugar, se há analistas como Mary Kaldor⁶, segundo a qual a guerra, tal como a concebemos atualmente, está se tornando um anacronismo, devido aos processos globais, que colocam em segundo plano o Estado nacional, centralizado, com território próprio, (KALDOR, 2012, p. 44), essa proposição não encontra respaldo na realidade dos fatos. As grandes potências investem, cada vez mais, em suas Forças Armadas: as despesas globais com defesa aumentaram, em 2018, chegando a US\$ 1,822 trilhão, o que significa 2,6% a mais do que em 2017, segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI).⁷

Em quarto lugar, potências médias, na periferia e semiperiferia do sistema internacional, como o Brasil, planejam e mantêm suas Forças Armadas visando à defesa da soberania (possível) de seus países, no caso de maior ou menor probabilidade de conflito bélico, embora sabendo de seu papel secundário no jogo de interesses das grandes potências no plano da política internacional.

-
- 4 O narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado transnacional, a pobreza extrema, os desastres naturais e os de origem humana, a deterioração do meio ambiente e os ataques à segurança cibernética. Cf. Mathias e Soares, 2003.
 - 5 Segundo o Stockholm International Peace Research Institute, SIPRI, em janeiro de 2018 a Rússia dispunha de 6.850 armas nucleares; os EUA, 6.450; a França, 300; a China, 280; e o Reino Unido, 215.
 - 6 Mary Henrietta Kaldor (1946) é acadêmica britânica, Professora da cadeira Global Governance na London School of Economics, onde desempenha a função de diretora da Civil Society and Human Security Research Unit. Bastante influente sobre a democracia cosmopolita, teoriza sobre globalização, relações internacionais e intervenção humanitária, sociedade civil global e governança global, e a chamada Novas Guerras.
 - 7 Os Estados Unidos lideram, com enorme vantagem, o ranking de gastos no campo militar. Segundo o IISS (*International Institute of Strategic Studies*), localizado em Londres (Reino Unido), está previsto que, no mundo, gastar-se-á, em 2019, algo como US\$ 1,73 trilhão com o setor militar. Os EUA, com quase US\$ 700 bilhões aplicados em defesa, liderarão o ranking com, aproximadamente, 40% do valor global. A China, em segundo lugar, deverá ter gastos em torno de US\$ 181,1 bilhões, em 2019, enquanto a Rússia, possivelmente, manterá uma quantia próxima aos US\$ 62 bilhões em defesa.

Finalmente, há de se registrar que não são apenas as cinco grandes potências que se preparam para os diversos tipos e formas de guerra – umas mais outras menos, dentro de suas possibilidades – mantendo custosíssimas Forças Armadas. Outros países desenvolveram capacidade nuclear própria, tais como Coreia do Norte, Israel e Índia.⁸ Potências econômicas, como Alemanha e Japão, embora não disponham de armamento nuclear, devido a restrições impostas por suas derrotas ainda na Segunda Guerra Mundial, contam com aguerridos aparatos de defesa, sob o guarda-chuva nuclear dos EUA e seus aliados.⁹

É à luz dessas considerações preliminares, em síntese acima traçadas, que se abordará, a seguir, as questões relativas aos Estudos Estratégicos, à Geopolítica e, na súmula conclusiva, à Guerra.

2 OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

No Brasil, há controvérsias sobre a melhor denominação da área de conhecimento que abriga as reflexões e pesquisas sobre os fenômenos relativos à guerra, à paz, às corporações militares, às relações entre Forças Armadas e sociedade, às estratégias militares, à indústria de defesa, à segurança internacional e demais temáticas correlatas.¹⁰ Predominam duas expressões: “Estudos da Defesa” e “Estudos Estratégicos”.¹¹ Há de se preferir a segunda por duas razões principais, entre outras.

8 Segundo o SIPRI, em janeiro de 2018 a Coreia do Norte dispunha entre dez a 20 armas nucleares; Índia, entre 140 e 150; Paquistão, entre 130 e 140; e Israel, cerca de 80.

9 Na classificação mundial do poder bélico, o Japão ocupa a sexta posição e a Alemanha a décima. “Global Firepower” - 2019, Military Strength Ranking. O ranqueamento leva em consideração um conjunto de 55 variáveis. Nessa mesma fonte, o Brasil está na 13ª posição, a frente de Israel e Coreia do Norte, países que dispõem de poder nuclear próprio. Uma das variáveis consideradas foi o número de contingentes militares na ativa e o número potencial de mobilização. Essas duas variáveis são função do tamanho da população dos países considerados no ranqueamento o que explica a posição do Brasil a frente de potências nucleares acima referidas.

10 Sobre a abrangência da área ver Saint-Pierre e Vitelli, 2018.

11 Cf, Figueiredo, 2010 e 2015.

Primeiro, há de se considerar a história da área de conhecimento em lide, Estudos Estratégicos. Em outros países, como também no Brasil, a expressão vem sendo empregada há bom tempo. É a tradição e a tendência persistente em países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, onde esse campo de estudos tem sido reconhecidamente mais cultivado e desenvolvido.¹²

No Brasil, há quase 40 anos, os pioneiros na implantação desse campo optaram também pela denominação em tela. Em 1981, foi criado o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), no Rio de Janeiro e, dois anos depois, o Centro de Estudos Estratégicos, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Cultura (Convívio), em São Paulo, destacando ser ambas iniciativas privadas. No âmbito das universidades públicas, surgiu, em 1985, o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, no ano seguinte, o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (NEST), na Universidade Federal Fluminense (UFF). No campo militar, foi pioneiro o Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval, o qual ganhou sua atual denominação em 1990, embora suas origens remontem a 1977. O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG) foi instituído em 1993, enquanto o Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) passou a funcionar a partir de 2000. O Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA) foi estabelecido em 2008.

Segundo, há de se considerar a adequabilidade terminológica. Denominações gerais podem abrigar denominações particulares, entretanto, logicamente, o inverso não é possível. Aqui, a expressão “Relações Internacionais” mantém similaridades com a expressão “Estudos Estratégicos”. Contudo, “Relações Internacionais” contém larga variedade temática referente ao intercâmbio entre as nações nos âmbitos econômico, social, cultural, político e jurídico. De igual modo, a expressão “Estudos Estratégicos” abarca amplo conjunto de assuntos referentes à defesa e à segurança dos estados nacionais. A expressão “Estudos da Defesa”, na sua singularidade, não dá conta da

12 O conhecido Strategic Studies Institute foi fundado em 1958, em Londres, Reino Unido.

multiplicidade de questões relativas à “segurança” dos países, nas suas múltiplas acepções (segurança internacional, segurança nacional e segurança pública).¹³ “Estudos Estratégicos” dizem respeito a uma área de conhecimento que deve conter – e, de fato, contém – multivariadas temáticas.¹⁴ “Estudos Estratégicos” formam, por certo, um campo multidisciplinar, mas seu objeto, o binômio Defesa e Segurança, **contém uma só natureza, a política**, pois seu lócus, por excelência, enraíza-se no Estado ou, em termos mais amplos, no fenômeno do Poder. Ademais, não há sentido em se referir ao binômio defesa e segurança sem se atentar que suas interfaces se referem, em última análise, à paz, à guerra e ao emprego das Forças Armadas, atividades que dependem de decisões de ânimo eminentemente político.

No objeto dos Estudos Estratégicos – o binômio Defesa Nacional e Segurança Internacional – há a capitulação de extensa temática. Na verdade, a listagem está sempre em contínua expansão. Isso ocorre, por um lado, devido à crescente complexidade não só de “ameaças tradicionais”, como as guerras interestatais, que se atualizam constantemente em função da contínua “revolução nos assuntos militares”, como também ao surgimento das chamadas “novas ameaças”.

Tais “novas ameaças” incluem “ameaças ambientais” (crises de energia, inundações, camada de ozônio, escassez de água potável, poluição ambiental, buraco na camada de ozônio, terremotos, tsunamis, maremotos), “ameaças econômicas e financeiras” (crises cíclicas, recessões, moratórias, falências em cadeia); “ameaças sociais” (violência urbana, convulsões sociais); “ameaças transnacionais”

13 Pode-se falar também de outros tipos tais como “segurança privada”, “segurança corporativa”, “segurança pessoal”. Esses tipos, entretanto, não se aplicam aos “Estudos Estratégicos” porque não requerem o emprego das Forças Armadas. O conceito de “segurança institucional” (do Estado e, por extensão, dos governos) está contido no conceito de “segurança nacional” que, nos EUA, abarca o conceito de “segurança interna”. Esta última lida, precipuamente, com possíveis ameaças de organizações terroristas estrangeiras em solo americano. Já conceito de Segurança Nacional no país em lide faz parte tanto da sua Política da Defesa quanto da sua Política Externa, na medida em que os interesses e objetivos nacionais dos EUA irradiam-se por grande parte do globo terrestre.

14 Cf. Figueiredo, 2015:112-113.

(narcotráfico, contrabando de armas); “ameaças religiosas” (fundamentalismos, conflitos religiosos); “ameaças humanitárias” (violações aos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica); “ameaças políticas” (estados falidos, golpes, guerras civis, guerras revolucionárias, guerras contrarrevolucionárias); “ameaças militares” (pirataria, terrorismo, ataques cibernéticos, guerras irregulares, guerras híbridas, missões de paz). Assim, antigas e novas ameaças compõem o cenário internacional que é instável e, para muitos analistas, anárquico¹⁵ e violento.¹⁶

No centro deste panorama, composto pela interfecundação de antigas e novas ameaças, os sistemas de defesa e segurança dos países são dados, no essencial, pela probabilidade, maior ou menor, da guerra interestatal. As potências nucleares montam seus dispositivos de defesa e dissuasão tendo em vista a eventualidade extrema do conflito limite, a guerra nuclear global. Por sua vez, os países que compõem a periferia do sistema de segurança internacional – na realidade um subsistema contido no sistema maior das relações internacionais – têm, por parâmetro, a constituição de suas Forças Armadas também a partir da probabilidade do confronto interestatal. Estão cientes, entretanto, do alcance e capacidade de combate de suas Forças Armadas na eventualidade de uma guerra nuclear, de intensidade máxima. Preparam-se para um papel subsidiário no cenário de um conflito global. Procuram assegurar sua possível defesa e segurança em relação a vizinhos potencial ou realmente

15 O termo “anarquia” nas Relações Internacionais e nos Estudos Estratégicos não tem o sentido do seu uso coloquial, como sinônimo de caos, confusão, barafunda, desordem ou desorganização. Nem está associado às doutrinas anarquistas dos séculos XIX e XX. Na acepção aqui utilizada, “anarquia” se refere ao sistema internacional prevalecente onde Estados ditos soberanos não aceitam, formalmente, nenhuma autoridade central acima deles. Na realidade, como na novela de Orwell, “A Revolução dos Bichos, todos os Estados são iguais, mas alguns são mais iguais que outros...

16 No final do século XX ocorriam cerca de 50 conflitos armados. Entre 1945 e 2000 cerca de 160 conflitos foram registrados com maior ou menor intensidade bélica no mundo inteiro, causando a morte de 40 milhões de vida, o dobro do número da URSS no seu confronto com a Alemanha nazista. Desses mortos, 10 milhões foram de militares, o restante de civis, computados dois milhões de crianças e um sem-número de mulheres e idosos. (Cf. Sader, 2000:111).

ameaçadores tendo em vista confrontos bélicos de baixa ou média intensidade, restritos a cenários tópicos ou localizados e, no caso de potências médias, até mesmo cenários regionais, como é o caso do Brasil. Como já asseverado anteriormente, se não fosse esse estado de belicosidade latente (mas terrivelmente real), no contexto internacional, não haveria como explicar a razão de dispendiosas máquinas de guerra por parte de todos os Estados, embora que, evidentemente, uns muito mais e outros bastante menos, tendo em vista suas realidades socioeconômicas.

Os Estudos Estratégicos, tendo como objeto as análises e pesquisas relativas ao seu objeto dual – a Defesa Nacional e Segurança Nacional – não se restringem ao fenômeno da guerra *per se*, mas em tudo ela se relacione, quer seja em tempos de guerra, quer seja em tempos de paz. Os planejamentos estratégicos de todos os países concernentes à sua Defesa Nacional são tão ou mais críveis quando situados no contexto geopolítico em forma ampla ou restrita. Em forma ampla, quando se trata de potências que ostentam ou aspiram projeção global, restrita quando se trata de médias ou pequenas potências em seus locais ou regionais. As estratégias nacionais de defesa de cada país não podem, nem devem desconhecer a realidade geopolítica das relações internacionais.

3 A GEOPOLÍTICA

A Geopolítica, nos meios acadêmicos brasileiros, guarda, em certos aspectos, similitude com os Estudos Estratégicos. As duas áreas de conhecimento lutam por um lugar ao Sol, almejando reconhecimento como áreas singulares de conhecimento científico. Como diz reconhecido especialista, a Geopolítica não desperta grande interesse da comunidade voltada para à análise da política internacional (Costa, 2018, p. 423). Assim como os Estudos Estratégicos, mantém poliédricas interações teóricas e empíricas com outros campos do saber, tais como a História, as Relações Internacionais, a Ciência Política, não relevando suas raízes, plantadas na Geografia (Costa, 2018, p. 423). Sofrem ambas, igualmente, de certo alheamento por parte de áreas do saber correlatas, que tem diminuído, mas que, em

boa medida, ainda persiste. Certo, as motivações são diversas em um e outro caso, mas o estranhamento converge.

No caso dos Estudos Estratégicos, principalmente na aurora do seu nascimento entre nós, nos anos 1970 e 1980, poucos eram os que se dedicavam às relações entre Forças Armadas e sociedade devido o envolvimento militar com a política naquela época.¹⁷ Em relação à Geopolítica, muitos de seus críticos penalizaram-na por suas aplicações ao nazismo, o que serviu para uma espécie de demonização do conceito nas décadas posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial. Ademais, no Brasil, a primeira geração de geopolíticos foi de origem, predominantemente, castrense e isso também levou ao distanciamento da academia (Costa, 2012), não obstante a importância de seus estudos e pesquisas para o entendimento do país.

Como já comentado alhures, também os assuntos afeitos aos Estudos Estratégicos foram cultivados, durante longo tempo, por militares e diplomatas, salvo alguns jornalistas e intelectuais em geral (Figueiredo, 2010). Os Estudos Estratégicos, com penetração nos meios universitários nacionais, não contam com mais do que 15 anos. Foram induzidos por iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, através do chamado Programa Pró-Defesa, em 2005.¹⁸ O programa levou à formação, em 2008, da primeira pós-graduação no país na área e à criação, em 2011, da primeira unidade isolada voltada para a formação continuada na área, com status de

17 “Mas, sem qualquer sombra de dúvida, os assuntos militares têm sido, ainda, negligenciados na maior parte das universidades brasileiras, o que está certamente ligado ao período militar que vigorou no país de 1964 até o seu desfecho em 1985. Contudo, mesmo com todas as dificuldades relativas a tal período, alguns trabalhos de boa qualidade sobre a instituição e o governo militares foram produzidos pela academia brasileira, tanto aqui quanto no exterior, já nos anos 70, como se pode ver pelos escritos, entre outros, de Alexandre de Barros, Edmundo Campos Coelho, Eurico de Lima Figueiredo, René Dreifuss e Eliezer Rizzo de Oliveira. Mas, foi só a partir do encerramento do ciclo ditatorial, que começaram a surgir no país centros de estudos mais direcionados para tratar desses assuntos, no interior da universidade”. (Myiamoto, 2001, p. 8).

18 Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – Pró-Defesa.

faculdade, o Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF).¹⁹

A Geopolítica ainda não recebeu, por parte por parte do Estado brasileiro, impulsos semelhantes, tão necessários ao seu melhor desenvolvimento entre nós. Não se trata de um mero *wishfull thinking*, uma falácia, ou “desejo de crer”. Trata-se de imperiosa necessidade aos estudos e pesquisas voltados para compreensão aprofundada das questões relativas à Defesa Nacional e à situação do Brasil, no âmbito do subsistema de segurança internacional, que caracteriza o mundo em que, nos tempos atuais, se vive. Inviável será o propósito sem o desenvolvimento do pensamento geopolítico brasileiro que, aliás, já conta com notável massa crítica que, para seguir adiante, precisa contar com apoio das agências de fomento do país.

Nas linhas que se seguem, em tom de síntese, procurar-se-á delinear as origens e desenvolvimento da Geopolítica. São considerações conhecidas pelos especialistas da área, que podem ser consideradas como supérfluas, ou até mesmo supérfluas. Nem sempre, entretanto, são levadas na devida conta pelos pesquisadores de disciplinas afins.

Terá sido o sueco Johan Rudolf Kjellén²⁰ (1864-1922) o primeiro a usar o termo “Geopolítica”. Ele foi aluno do grande Friedrich Ratzel²¹ (1844-1904) que, como não poderia deixar de ser, tal como aconteceu

19 Em 2008 foi criado na Universidade Federal Fluminense o Curso de Relações Internacionais, com ênfase nos Estudos Estratégicos. Em 2010, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criado o Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI), o primeiro curso de graduação totalmente voltado à formação, em nível superior, na área de Defesa e Segurança. A segunda unidade, com status de faculdade, voltada para esse campo foi o Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID/UFRJ), em 2017.

20 Kjellén foi cientista político que cunhou o termo “geopolítica”, em 1899, em seu trabalho influenciado por Friedrich Ratzel, lançando as bases da geopolítica alemã na Universidade de Uppsala, onde lecionou nas cadeiras de Eloquência e Governação entre 1890 e 1893. Também lecionou nas cadeiras de Ciência Política e Estatística na Universidade de Gotemburgo de 1901 a 1916.

21 Ratzel foi um geógrafo e etnólogo alemão que criou os termos *Lebensraum* (espaço vital) e *Politische Geographie* (Geografia Política), definido que o ambiente interfere na sociedade na medida em que há melhor ou pior acesso desta a seus recursos, determinando, assim, o grau do progresso.

nas Ciências Sociais, foi influenciado pelos modelos das chamadas ciências da natureza, como a física e a biologia, tão prósperas em seu tempo. Sua obra continha aspectos teóricos e metodológicos que advinham daquelas áreas, donde seu teor “organicista” (influenciado por Darwin, 1809-1888) e “mecanicista” (motivado pelos grandes avanços tecno-científicos do século XIX). O território, a localização, as potencialidades naturais eram variáveis centrais correlatas à história da constituição da população em cada caso e, mais amplamente, de dada região geográfica. Se, por exemplo, o território era rico em recursos naturais, se possuía mais água, terras aráveis, esses seriam elementos de suas potencialidades estratégicas. Todavia, um território rico nesses elementos, mas com baixa densidade na sua organização política e econômica, poderia ser incapaz de desenvolver suas riquezas.

A análise do autor de “Antropogeografia” não induzia, entretanto, a uma relação unívoca de causa e efeito entre fatores naturais, como o clima ou o relevo, e a dinâmica dos processos sociais, em cada sociedade. Ao contrário, valorizou em suas concepções a dinâmica “social” e “adaptativa” dos homens em face do meio ambiente. Colocou na pauta de investigações das Ciências Sociais, que iam se constituindo em sua época, questões teóricas e metodológicas de alta complexidade na análise do desenvolvimento das sociedades. Suas formulações ganharam ressonância nos meios intelectuais europeus de seu tempo, notadamente alemães. Uma leitura clássica.

Kjellén entendeu a Geopolítica como um *organismo*, onde a “Geografia Física” seria inseparável do que, mais tarde, seria chamada de “Geografia Humana”. Ele também chamava atenção para a relação entre o homem e o meio, entre o espaço e a política, entre a geografia e a história. Esse tipo de pensamento ganhou força após a Primeira Guerra Mundial, principalmente em um país que mudou o mundo, a Alemanha, na paz, na guerra, mas também no pós-guerra, ocupando, até os dias de hoje, não obstante suas derrotas trágicas na Primeira e na Segunda Guerra, posição central nas relações internacionais.

Outros eminentes estudiosos que lhe foram contemporâneos, nascidos como Kjellén no século XIX, mas de outra geração mais jovem,

como o britânico Sir Halford John Mackinder²² (1861-1947) e o General alemão Karl Haushofer²³ (1869-1946), tornaram-se reconhecidos na centúria seguinte, conferindo preeminência à disciplina. Ambos, entre outros, ganharam expressão mundo afora, notadamente por causa da atenção a eles dada por um novo protagonista político que passou a se destacar, nos conturbados anos 1920, na Alemanha, Adolf Hitler (1889-1945). Conferindo às ideias geopolíticas em voga interpretação própria, o líder alemão ganhou crescente notoriedade até se transformar em Chanceler absoluto do autodenominado Terceiro Reich (*Führer und Reichskanzler*, “Líder e Chanceler do Império”).²⁴

Não era possível, nessas circunstâncias, desconhecer-se a Geopolítica, seja para louvá-la como instrumento imprescindível para a compreensão da política internacional de então, seja para repudiá-la, criticamente, devido ao seu emprego ideológico por parte do nazifascismo. Em tempos de radicalização política, o equilíbrio analítico perdia força, mas, no ambiente polêmico daquela época, o interesse pelas temáticas da Geopolítica ganhava crescente audiência nos círculos acadêmicos e políticos. Com a derrota do nazifascismo,

-
- 22 Mackinder foi um geógrafo, acadêmico e político inglês e considerado um dos fundadores da “geopolítica” e da “geoestratégia”. Diretor da University Extension College (Universidade de Reading), de 1892 a 1903, e Diretor da London School of Economics, de 1903 a 1908. Membro do Parlamento entre 1910 a 1922. Em 1904, formulou a Teoria do Heartland, conceito que influencia a política externa dos países até hoje, e o argumento de divisão do mundo entre potências terrestres e marítimas: a “Geopolítica de Mackinder”.
- 23 Haushofer foi um geopolítico alemão cujas ideias influenciaram o desenvolvimento das estratégias expansionistas de Adolf Hitler, embora tenha negado qualquer influência direta sobre o regime nazista. Formulou sua tese de doutoramento sobre o Japão, na Universidade de Munique, tornando-se peça importante no desenvolvimento da aliança da Alemanha com o Japão.
- 24 Nas evocações nazistas o Terceiro Reich, ou “Terceiro Império” seria o sucessor do primeiro Reich, o Sacro Império Romano-Germânico, a partir de 962, e do segundo Reich, o Império Alemão instalado em 1871, que se expandiu conquistando colônias na África, Ásia e Oceania. O Terceiro Reich seria a glorificação planetária da missão civilizatória dos ideais nazistas, opondo-se às democracias liberais e ao comunismo soviético, como uma terceira via para a humanidade. Ganhou repercussão mundial, no Brasil tendo inspirado, em parte, o ideário do Partido Integralista fundado pelo seu líder, Plínio Salgado.

irrompeu-se uma forte crítica à Geopolítica, notadamente na Europa. No plano ideológico, notadamente para o *establishment* acadêmico europeu, a disciplina, nas suas linhas dominantes, parecia não mais servir para explicar o mundo pós-guerra mundial. Não se esquecia de como algumas de suas ideias e conceitos tinham sido apropriados por Hitler e seus seguidores.

Na década de 1930, um geopolítico nascido na Holanda, mas radicado nos EUA, professor na Universidade de Yale, Nicholas John Spykman²⁵ (1893-1943), começou a chamar atenção dos círculos políticos e intelectuais estadunidenses para suas ideias. Admirador e crítico das ideias de Mackinder, assim como de outro influente historiador e geopolítico norte-americano, Alfred Thayer Mahan²⁶ (1840-1914), Spykman publicou um bom número de artigos em influentes revistas de seu país, em particular na prestigiosa *American Political Science Review*. Foi nesse periódico que, progressivamente, foi construindo sua cosmovisão geopolítica. Ela ganhou forma definitiva em dois livros que se tornaram leituras cada vez mais frequentes nos meios acadêmicos, diplomáticos e militares, porém não mais apenas nos EUA. Um foi seu livro *America's Strategy in World Politics* (1942) e o outro *The Geography of Peace*, publicado em 1944, cerca de um ano depois do seu falecimento.

A Geopolítica, após a Segunda Guerra Mundial, foi reconfigurada, constituindo-se dos eixos do poder mundial, dando conta, por um lado, da consolidação dos EUA como potência mundial e, de outro, da então URSS como seu principal rival. A política externa estadunidense pós-guerra foi fortemente influenciada pelas ideias de Spykman, inspirando, por excelência, as diretrizes da chamada “política de contenção” que

25 Spykman foi um geógrafo e estrategista de grande influência nos Estados Unidos que formulou a teoria do Rimland e considerado um precursor da “Estratégia de Contenção” e um influente pensador da corrente clássica de pensamento realista na política exterior norte-americana, baseada no pensamento geopolítico europeu.

26 Mahan foi um oficial da Marinha dos Estados Unidos que se notabilizou como geoestrategista e como educador e que formulou as ideias sobre o poderio naval as quais influenciaram a visão estratégica das marinhas de todo o mundo e ajudaram a desencadear o grande investimento em meios navais que se verificou nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

balizou os movimentos dos EUA na Europa e em toda parte, inclusive na América latina e, em particular, no Brasil.

Shigenoli Miyamoto²⁷ (1995) distinguiu, neste contexto de debates, que envolvia consideráveis dificuldades de níveis e propósitos de análise, propondo simplificadamente, mas não de modo simplista, dois tipos principais de tendências na Geopolítica. A primeira era a que privilegiava as relações entre o espaço geográfico e a política das sociedades nacionais, a Geopolítica cientificamente conformada, servindo seus instrumentos interpretativos à formulação das “Estratégias de Estado”. A outra adicionava àquelas referidas relações “considerações étnicas ou sobre a organização nacional”. Tal tendência, inversamente à primeira, levava a Geopolítica aos caminhos da ideologia (Miyamoto, 1995, p. 16).

No Brasil, os pioneiros da Geopolítica encontraram, primeiramente, guarida no ambiente militar. Como bem esclarece reconhecido especialista na temática, durante 60 anos (1920 a 1980) a produção na área esteve restrita aos meios castrenses, principalmente no Exército Brasileiro. Suas obras, no plano nacional, visavam instrumentalizar a ação estatal em um “país-continente”. Pretendiam entender e equacionar a organização territorial, a distribuição da população, o entendimento dos desequilíbrios e tensões regionais. Como questão maior, a Amazônia, gigantesca e ainda inconquistada, um subcontinental a parte na geografia política do país. No plano externo, as preocupações geopolíticas miravam as relações do Brasil com os estados vizinhos, notadamente as rivalidades de poder, prestígio e influência com a Argentina. (Costa, 2012).

Três desses militares ganharam maior expressão na história da bibliografia sobre o assunto: Mario Travassos (1891/1973), com seu livro “Projeção Continental do Brasil” (1931); Golbery do Couto e Silva

27 Miyamoto é graduado em Ciências Sociais (1975) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (1981) e doutor (1986) em Ciência Política pela mesma instituição e livre-docente (1998) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi professor titular da Unicamp e membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 2016 e 2019. Desde 2012, é colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Unicamp) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP-Unicamp-PUC/SP).

(1911/1987), com “Geopolítica do Brasil” (1952); e Carlos Meira Mattos (1913/2007), com “Brasil, geopolítica e destino” (1975). O primeiro influenciou sobremaneira os outros dois, mas quem ganhou maior atenção do público externo ao meio militar foi o General Golbery do Couto Silva, inclusive porque se destacou como personalidade central na vida política brasileira logo após o 31 de março de 1964. Ele ocupou vários postos ministeriais em diferentes governos militares, sendo o que lhe deu imediata publicidade foi o de Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 1964 e 1967, no governo do Marechal Castello Branco.

A obra do General Golbery do Couto e Silva deve ser contextualizada no âmbito das formulações e debates ocorridos, nos anos 1950 e 1960, na Escola Superior de Guerra (ESG) e que levaram à chamada “Doutrina da Segurança Nacional”. Após a Segunda Guerra Mundial, com o desgaste político e econômico de três principais países europeus – a Alemanha derrotada, dividida e sob ocupação; a França em frangalhos; e o Reino Unido exaurido pelos pesados custos humanos, políticos e econômicos exigidos pelo conflito global – ficou confirmada, no lado ocidental, a liderança estadunidense. No lado oriental, a vitória contra o Eixo garantiu à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), supremacia no leste europeu, além de estender sua influência na Ásia, notadamente com o surgimento da República Popular da China, em 1949, que se irradiou pelo planeta afora, inclusive na América latina. Era uma nova geopolítica do mundo, bem distinta das relações de poder que caracterizaram os eixos da política internacional pouco tempo antes, caso se tome como marco a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939.

A nova geografia do poder condicionou as políticas externa e de defesa (com suas repercussões internas) por toda parte, desde o centro do sistema de relações internacionais, onde despontavam desde as rivalidades das duas principais potências – os EUA e a URSS e seus aliados – até as das periferias. No caso do Brasil – país de grande extensão territorial, abundantes recursos naturais, com posição estratégica na América do Sul e no Atlântico Sul, em processo de desenvolvimento econômico, mas vitimado por grandes disparidades regionais e sociais – as questões em jogo ganhavam complexa configuração.

No plano político-ideológico, acirravam-se, deste 1930 – quando o país se colocou no rumo da modernidade – as contradições, paradoxos e antinomias afluíam na forma de instabilidade institucional.²⁸ Com central posição geoestratégica na América do Sul e no Atlântico Sul, como posicionar o Brasil no mundo e o mundo no Brasil?

O General Golbery pretendeu responder, em sua ambiciosa obra, a questão. Não é o momento de, aqui, se expor, com largueza e profundidade, a produção intelectual do militar. Ela é ampla, complexa, escrita em jargão muitas vezes ininteligível, se não mesmo obscuro, que não escondem dubiedades teóricas e conceituais. Por exemplo, seu nacionalismo e as relações do Brasil com os Estados Unidos, onde o primeiro, na busca de sua afirmação nacional, acabava por ficar a reboque dos interesses estadunidenses. Outro exemplo, sua noção de “Ocidente” e “Oriente” em um mundo em que, já na sua época, convivia-se com crescente processo de globalização. Na verdade, sua Geopolítica, nesse aspecto, era dominada pela Filosofia da História, haurindo-se nas obras de Oswald Spengler (1880-1936) (1991) e Arnold Toynbee (1889-1985).²⁹ É neles que vai buscar inspirações para conceber o “Ocidente” como expressão da civilização cristã, liderada pelos EUA, que se opõe ao “Oriente”, ateu e comunista, tendo à frente a então URSS. Nessa dicotomia ele parece colocar, na cena internacional, ora em um momento, o “conceito de Civilização”, ora em outro, o de “Estado”, com complexidade, mas sem consistência teórica.

A política externa brasileira no governo do Marechal Castello Branco (1897/1967), de alinhamento automático com os EUA, nutriu-se, em boa parte nos livros do general Golbery, notadamente *Planejamento*

28 Movimento de 1930, liquidando com a “República Velha” (1889/1930); Revolução Paulista de 1932; tentativa de golpe comunista em 1935; golpe do Estado Novo em 1937; tentativa de golpe à direita em 1938 por integralistas; golpe em 1945 pondo fim ao Estado Novo; suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 1954; três presidentes entre 1954 e 1955; tentativas de golpe militar no governo Juscelino Kubistchek em Jacareacanga (Pará, 1956) e Aragarças (Goiás, 1959); renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961; tentativa de impedir a posse do Vice-Presidente eleito João Goulart também em 1961; adoção do regime parlamentarista nesse último referido ano; volta do presidencialismo em 1963; golpe civil-militar em 1964.

29 Spengler, 1991; Toynbee, 1986. As edições citadas são mais recentes.

Estratégico (1955) e *Geopolítica do Brasil* (1966), não obstante, ele não estivesse, formalmente, no Ministério das Relações Exteriores. Não se entenderá os condicionantes intelectuais que levaram às formulações estratégicas, de 1964, sem se levar, na devida consideração, o pensamento daquele militar naquele tempo. No limite, as posições do general oscilaram entre aqueles dois principais tipos de análise acima referidos no campo da Geopolítica, a científica e a ideológica.

O ponto a ser sublinhado aqui é que as ideias geopolíticas do general Golbery, no governo do Presidente Castelo Branco, influenciaram as políticas externa e de defesa, em plano não apenas nacional, mas também internacional. Elas estiveram presentes na formulação da chamada “Doutrina da Segurança Nacional”, voltando as Forças Armadas e o aparato policial para o combate ao “inimigo interno”, considerados como aliados dos soviéticos (e por extensão do “Oriente”), como também a política internacional do país. Nesse último plano, deu substância político-ideológica à política internacional do país em relação à crise política na República Dominicana em 1965, que culminou com a criação da “Força Armada Interamericana do Brasil” (FAIBRAS), integrante da Força Interamericana de Paz (FIP) da Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington, DC.³⁰ (Carvalho, 2009, p. 91).

30 A República Dominicana foi governada pelo ditador Leonidas Trujillo desde 1930 até seu assassinato em 1961. Convocadas as eleições no ano seguinte, saiu-se vitorioso Juan Bosch, líder da esquerda democrática. Após sete meses no poder, foi deposto por um golpe militar. Em 1965, no meio de convulsões políticas, o governo militar foi derrubado, o que levou a uma guerra civil entre as forças de esquerda, partidárias da restauração de Bosch no poder, e as facções de direita, aliadas aos militares. A possibilidade de uma vitória esquerdista, bem como as crescentes hostilidades contra os estrangeiros, sobretudo estadunidenses residentes no país, levaram o governo dos EUA a intervir no país. Por iniciativa da Venezuela, a OEA reuniu-se em abril de 1965, visando a solução para a crise dominicana. No encontro, ficou resolvida a criação de uma Força Interamericana de Paz (FIP), com destacamentos militares da Nicarágua, Honduras, Costa Rica, Paraguai e Brasil. O destacamento brasileiro foi comandado pelo coronel Carlos de Meira Matos, então subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, ele mesmo, como já referenciado anteriormente, geopolítico com ideias próprias. A posição norte-americana tinha como referência Cuba que, após a sua revolução de 1959, aliou-se à então URSS. Para os EUA, era muito importante legitimar sua posição com o apoio da OEA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paz é uma aspiração universal desde sempre, no entanto não se pode entender a história da humanidade sem a história das guerras. No século XVIII, Kant (1724/1804), imbuído de racionalismo idealista, propôs seu tratado “A Paz Perpétua: um Projeto Filosófico” (1795). É um livro denso, importante no seu tempo, mas até hoje considerado atual entre todos os que se voltam para os estudos da paz no sistema internacional. Ficou famosa, entre outras tantas, sua proposição: “Nenhum Estado se deve imiscuir pela força na constituição e no governo de outro Estado” (Kant, 2008, p. 7). Na sociedade internética em que se vive nos dias de hoje, a proposta kantiana não encontra amparo na realidade observável. Nela operam sofisticados serviços de inteligência, notadamente os das grandes potências. Não têm pejo de se imiscuir nos assuntos internos uns dos outros e, na verdade, atuam onde quer que julguem estar em jogo seus objetivos e interesses nacionais. A chamada “guerra cibernética” ocorre ininterruptamente e os estados, quando podem, armam seus dispositivos de ataque e defesa. A guerra da quarta dimensão, travada na esfera espacial, com satélites que municiam informações para redes cêntricas de combate, diluíram a noção de soberania, propiciando intervenções cirúrgicas, em desrespeito às normas do direito internacional. Ademais, permitem a coleta de informações sobre cidadãos de todo o mundo, independentes de suas nacionalidades. Nesse contexto, as ideias do filósofo de Königsberg parecem soar mais como um *wishfull thinking*, situado no mundo do “dever ser” e não do “ser” da política internacional predominante.

Dois veios interpretativos se colocam, por um lado, a concepção sistêmica; por outro, a assentada na dialética das contradições históricas. Na primeira, há a compreensão de que a realidade que aí está pode ser compreendida como um sistema organizado, orgânico, funcional. É autorreferenciado, homeostático. Como tal, ele é autorregulável, sujeito a equilíbrio dinâmico, oscilando entre momentos de anormalidade e a persistência à recomposição sistêmica. Nesta concepção, ele é administrável, passível de regulamento, de reordenamento, não obstante intervalos de crises e turbulências. Na

segunda, a realidade que se nos apresenta resulta das contradições, das antinomias e dos paradoxos da história. Não haverá realidades dadas, inabaláveis, que não sejam transformáveis.

O Oriente Médio sempre ocupou posição central na história, desde os primórdios da civilização. Mas foi somente a partir da Segunda Revolução Industrial (1850/1945) que a região ganhou posição central na geopolítica do mundo. Devido aos notáveis avanços técnico-científicos, o ferro, o carvão e a energia a vapor, característicos da primeira Revolução Industrial (1750/1850), deram lugar ao aço, a eletricidade e ao petróleo. A abundância das bacias petrolíferas transformou uma região pobre em uma região disputada pelos interesses das grandes potências, mudando os contornos da geopolítica, até hoje.

O mais ardente defensor das ideias nazistas nos anos 1930, que contribuíram para levar seu país à destruição na Segunda Guerra Mundial, não poderia jamais supor que a Alemanha se transformaria na maior potência europeia, associada aos EUA, país que a derrotou fragorosamente nos campos de batalha. O mesmo será válido para o Japão, dominado pelo militarismo expansionista, entre 1930 e 1945, que sofreu ruínosa destruição também imposta pelos EUA, reconstruindo-se, a partir da aliança com os vitoriosos, até chegar aos dias de hoje como a terceira maior potência econômica do planeta. O caso da China é ainda mais ilustrativo, pois não haveria como prever que o país, depois de apenas 70 anos, na potência global na atualidade e que será preponderante, talvez, no século XXI.

A história envolve relações de dominação e contestação, integração e fragmentação. É permeada por tensões e contradições que caracterizam a realidade humana: algumas podem ser administradas, outras não. As guerras abalam realidades dadas por conhecidas e estabelecidas. Os estrategistas sabem que a próxima guerra não será a mera repetição da última, notadamente em um mundo que experimenta notável aceleração do processo técnico-científico. Sabem também que equívocos na avaliação da projeção do futuro têm como custo inimagináveis dores e sofrimentos. Cada soldado ou civil que se perde é para sempre insubstituível, já que não se pode mensurar o preço subjetivo de cada vida.

Vive-se com ameaças que vêm do passado e caracterizam o presente, umas e outras servindo a projeção das ameaças do futuro. É tendo em vista principalmente essas últimas que se constroem as políticas e estratégias de defesa, notadamente daqueles que ocupam posição de predominância no cenário internacional. Potências médias como o Brasil, se, por um lado, se as reconhecem e as levam na devida consideração, por outro, são condicionadas pelas peculiaridades de suas próprias e singulares circunstâncias.

Os Estudos Estratégicos e a Geopolítica são instrumentos indispensáveis aos que pensam a guerra. Os Estudos Estratégicos têm como objeto o estudo e as pesquisas relativos à Defesa e à Segurança no plano das relações entre as nações. São objetos distintos analiticamente, mas, na realidade objetiva, indissociáveis. Não se cogita analisar a Defesa de um dado país tendo em vista tão somente seus limites nacionais, como se ela pudesse ser entendida isoladamente de seu contexto global. A complexidade aumenta porque, no sistema das relações internacionais (Cf. Aron, 2002),³¹ a Defesa se insere no âmbito de um subsistema próprio, o da Segurança Internacional.³² A Defesa Nacional não é autorreferenciada e, quando o é, assume fisionomia frágil. Os estados mais poderosos constituem seus complexos de Defesa tendo como a realidade fenomenal; entre os menos aquinhoados, nada é mais ideal e menos nacional do que sua própria Defesa.

A Geopolítica reatualizada constantemente, desde o século

31 Sem entrar-se em dificuldades teóricas e conceituais pertinentes à literatura sobre o tema, dá-se aqui sentido meramente descritivo aos conceitos de “sistema de relações internacionais”, entendendo-o como um conjunto constituído por unidades políticas que mantêm relações regulares entre si (padrões de interação) que podem ser redefinidas pela ocorrência de crises disruptivas, no limite a guerra geral, até que outros padrões de interação e recorrência sejam redefinidos. (Cf. Aron, 2002)

32 Tal como na nota anterior, sem se entrar em discussões teóricas mais aprofundadas, que aqui não caberiam, compreende-se a “segurança internacional” como um “subsistema” contido no interior de um quadro mais amplo, o sistema de relações internacionais. Embora vise a paz entre as unidades políticas que o compõem, ele organiza-se como conjunto de Estados soberanos que, em última análise, agem em prol de seus próprios interesses nacionais em um meio anárquico.

passado até o presente, nem sempre tem sido devidamente considerada pela comunidade de estudiosos nas áreas dos Estudos Estratégicos, das Relações Internacionais e da própria Ciência Política, campos com os quais mantêm necessárias relações de correspondência. Nessas áreas, observa-se certa tendência à subestimação das análises geopolíticas, em um mundo cada vez mais globalizado, regido por relações econômicas *on line* e comunicação instantânea. Nele, as *fronteiras físicas*, cada vez mais, são permeadas pelas *fronteiras metafísicas*, situadas no espaço sideral. Não obstante tais considerações, a geografia será sempre um dado irremovível do quadro internacional. Por um lado, a extensão dos territórios e regiões, o tamanho das populações, a localização dos recursos naturais e o meio ambiente. Por outro, as relações desses elementos com a economia e a tecnologia, a cultura e a sociedade, com a força militar no espaço global. Neste último elemento, ganha destaque o poder nuclear das grandes potências no mapa-múndi. (Cf. Vesentini, 2008).

Nesse sentido, no equacionamento das questões relativas à Defesa Nacional e à Segurança Internacional, cabe, necessariamente, a consideração da Geopolítica, sem a qual não se terá compreensão ampla das estratégias e políticas de Estado por parte dos analistas. Por isso é tão complexo o estudo e a pesquisa sobre a guerra: eles demandam o entrelaçamento de áreas distintas, com objetos próprios, mas que requerem a perspectiva multidisciplinar para seu melhor e mais amplo enquadramento. Estudos Estratégicos e Geopolítica são focos definidores das investigações relativas à Política Internacional, a arena onde se processa o fenômeno político por excelência. Nela ocorre o choque entre vontades dominantes, que querem se manter como tal, e vontades dominadas que ou aceitam a dominação e a elas se aliam ou mesmo se subordinam, ou a contestam e contra ela se insurgem. Mas há sempre fissuras e oposições entre as primeiras e, igualmente, entre as segundas: nas relações humanas há sempre os choques entre objetivos e interesses que se opõem. Nas relações entre vontades díspares ou energias em oposição, reside a dinâmica do poder e, conseqüentemente, das relações políticas.

Na história da humanidade, alternou-se sempre a paz e a guerra. Desde os primórdios das civilizações, os homens combatem entre

si: no mundo em que vivemos a dualidade permanece. As grandes potências, na composição e grandeza de suas Forças Armadas, ditam os parâmetros dos complexos de defesa das demais, sejam as grandes, as médias ou mesmo as dotadas de baixo poderio militar. É isso que condiciona e justifica a manutenção de custosíssimas Forças Armadas em todo o mundo, inclusive as de um país de porte médio, como o Brasil, a segunda potência militar das Américas, depois da maior de todas no mundo, as dos EUA.

As grandes potências, pelo mundo afora, parametrizam a constituição, o preparo, a manutenção e a expansão, cada vez mais refinada, na sociedade de conhecimento em que se vive, de suas Forças Armadas. Previnem-se para todos os tipos e formas de guerra, mas parecem, no essencial, nos seus cálculos estratégicos, divisar a realidade da guerra, nos seus diversos cenários cogitáveis.

Sic transit gloria mundi: assim transita a glória do mundo.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília, DF: FUNAG, 2009.

COSTA, W. M. da; THÉRY, Hervé. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. *Hérodote*, Paris, n. 146-147, p. 253-276, 2012.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

COUTO E SILVA, Golbery. *Planejamento estratégico*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1981.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: LESSA, Renato (org.). *Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política*, Petrópolis: Vozes, 2010.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos estratégicos como área de conhecimento científico. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 2, n. 2, 2015.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

MATHIAS, Suzeley Khalil; SOARES, Samuel Alves. *Novas Ameaças: dimensões e perspectivas*. São Paulo: Sicurezza, 2010.

MATTOS, Carlos Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MIYAMOTO, Shigenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

SAINT-PIERRE, Hector; Vittelli, Mariana. *Dicionário de defesa e segurança*. São Paulo: UNESP, 2018.

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the west*. Abridged ed. by Helmut Werner. New York: Oxford University Press, 1991.

TOYNBEE, Arnold. *Um Estudo da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto 2016.

Seção II – AS GUERRAS E SUAS LIÇÕES HISTÓRICAS: impactos sobre o pensamento militar brasileiro

**A GUERRA BRASÍLICA E A DEFESA DA NOVA LUSITÂNIA:
o nascimento da nação luso-brasílica nos trópicos**

Severino Bezerra Cabral Filho¹

Houve um tempo em que me ocupei, com prazer e até com entusiasmo, das cousas velhas do meu País.

José de Alencar

Nem deixarão meus versos esquecidos Aqueles que, nos reinos lá da Aurora, Se fizeram por armas tão subidos, Vossa bandeira sempre vencedora.

Camões, Os Lusíadas (I,14)

Com duas mãos - o Acto e o Destino - Desvendamos. No mesmo gesto, ao céu Uma ergue o fecho trêmulo e divino E a outra afasta o véu. Fosse a hora que haver ou a que havia A mão que ao Ocidente o véu rasgou, Foi alma a Ciência e Corpo a Ousadia Da mão que desvendou Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal A mão que ergueu o facho que luziu, Foi Deus a alma e o corpo Portugal Da mão que o conduziu.”

Fernando Pessoa

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo - USP. Diplomado em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra (ESG). Membro Voluntário do Corpo Permanente da ESG e Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de China e Ásia Pacífico (IBECAP) [in memomriam].

1 INTRODUÇÃO

O estudo da história militar do Brasil tem um grande caminho a percorrer na elaboração de uma historiografia teoricamente perdurável capaz de oferecer, aos estudiosos de hoje, uma visão que realize o que Oliveira Martins pensou “como julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado”. Neste julgar do mundo de hoje – que se deixa acompanhar da necessidade impositiva de inferir do nosso atual passado com os dados do presente – situa-se talvez o maior desafio do pensar sobre nosso grande país, que vem a ser, desde sempre o foi, e tem sido hoje, a morada eterna de uma grande nação.

Sem recorrer ao nosso passado atual como resultado de uma história universal, que só é pensável a partir do advento da Cristandade, tampouco se pode compreender o significado simbólico da grave crise que o Brasil e o mundo atravessam, nem os sinais que apontam o nosso País como um protagonista maior do jogo de poder mundial. Sem a compreensão do drama histórico gerado com o ampliar-se do universo da civilização ocidental às vésperas da ascensão de um novo ocidente, formado não mais por Roma e Grécia, mas sim pelos antigos bárbaros germânicos e seus rebentos reformados, que propulsionados pela ascensão da Ciência Moderna formarão a vanguarda da civilização urbano industrial. Não se consegue entender tampouco o papel real futuro, em intensão e extensão, a ser desempenhado pelo Brasil e pela humanidade brasileira, no jogo mundial de poder em curso, e que vem sendo jogado hoje, como há cinco séculos atrás, essencialmente pelos mesmos personagens.

Tratava-se de contestar o Tratado de Tordesilhas que estabelecia que o Novo Mundo devia ser partilhado por seus descobridores lusos e hispânicos, logo seus por seus Conquistadores, e que devia se estender a todos os continentes, para assim incluir o Velho Mundo, ampliando o ecúmeno mundial. Pode-se conjecturar que, desde esse momento, as bases de um mercado mundial estavam lançadas, sobretudo pelas conquistas dos navegadores lusos ao unirem os mares e oceanos do planeta, numa façanha só comparável à conquista do cosmos em nossa

época. A contestação a essa ordem mundial nascente foi iniciada pelo rei de França, que obteve a adesão do rei inglês, dando começo ao corso e pirataria dirigidos contra as colônias ibéricas da América.

A União Ibérica, que fora obtida quando da absorção por Felipe II do trono português, deu concretude à ideia de um mercado mundial adicionado à expansão da Fé Católica no mundo, concorrendo, assim, para o despertar de uma competição com as demais potências europeias, além da disputa religiosa entre católicos e protestantes. A entrada da Holanda na contenda pelo domínio do mercado mundial de especiarias elevou o conflito ao máximo, iniciando a era das guerras mundiais travadas nos cinco continentes e nos três oceanos. Ingleses, Franceses e Holandeses, portanto, os “Contestadores de Tordesilhas”, tornaram-se logo grandes competidores entre si, tornando um pouco menos difícil a duríssima tarefa dos reis ibéricos de defender os seus domínios.

A continuidade do conflito entre as potências reformadoras foi solucionada pela vitória inglesa, dando início, com a realização do Congresso de Viena, quando as potências ibéricas foram deixadas de lado, à eliminação do poder de influência das casas reais de Castela e Portugal. Ao introduzirem a Rússia Imperial no centro de decisões de Viena, os contestadores de Tordesilhas conseguiram deslocar o poder continental da península ibérica para a Europa Central e do Leste e, assim, se transformaram nos “grandes usurpadores”.

Com este fundo histórico, podemos compreender ou ter um melhor juízo capaz de visualizar o fato histórico de que os herdeiros dos descobridores tenham sido ultrapassados pelos descendentes dos usurpadores. Mas podemos também compreender o alcance e a importância das narrativas e das contra narrativas que esse fato determinou e ainda determina a existência e a proliferação.

Como é conhecido o fato de que a resistência e a bravura do lusitano brasileiro tenham resultado na vitória de Guararapes e se recorremos à descrição dos fatos que se encadeiam na moldura do feito histórico, vemos que se trata de uma batalha heroica que salvou o Nordeste brasileiro de ser, hoje, um dos brasis desejados pelos contestadores. Mais do que isso, é o primeiro momento de fusão dos grupos formadores da nacionalidade e que gerou o mito das três raças

brasílicas expressas nas figuras de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias.

Como se trata de um mito nacional, que formou gerações de brasileiros, este tem sido devidamente combatido pelos que se demitiram da condição de brasileiros e aceitaram a narrativa sustentada pelos usurpadores. A contra narrativa tem se sustentado numa literatura que reproduz estereótipos de cunho racial e cultural antilusitanos.

A primeira participação do Brasil como um ator do cenário principal da II Guerra Mundial elevou o papel do Colosso do Sul na construção da Ordem Mundial pós-guerra. Essa participação fez lembrar a história da Guerra da Luz Divina¹ em que os novos lusitanos da América, na batalha contra o invasor, forjaram e alicerçaram para sempre a nação brasileira, assim descritos no discurso do Marechal Mascarenhas de Moraes. Nos tempos atuais os brasileiros terão que se inspirar na capacidade e no valor do combatente luso-brasílico e trazê-los aos nossos dias para enfrentar o desafio maior de organizar-se como sociedade e Estado para realizar seu destino de ser uma grande nação e gerar uma grande potência.

Deve-se ao grande historiador de Pernambuco, José Antônio Gonsalves de Mello, e ao grande historiador militar, Cláudio Moreira Bento, a redescoberta de uma das maiores figuras da história pátria: Antonio Dias Cardoso. Ao lado dos heróis da Insurreição Pernambucana que fomentaram e sustentaram a “Guerra da Luz Divina” contra o domínio holandês, Dias Cardoso se notabilizou pela coragem, habilidade e destreza militar no combate contra forças bem maiores às dos filhos da Nova Lusitânia². Nascido no Porto, no início do século XVII, e falecido no Recife, em 1670, foi um gênio criador e impulsionador da Guerra Brasília. Patrono das forças especiais e primeiro operador militar do exército de terra brasileiro, seu nome se

1 Guerra da Luz Divina é outra forma como é referida a Insurreição Pernambucana que foi um movimento (1645) contra o domínio holandês na Capitania de Pernambuco e que se integrou às forças lusitanas nas célebres Batalhas dos Guararapes, travadas entre 1648 e 1649.

2 Nova Lusitânia é outra forma como é chamada a Capitania de Pernambuco que foi uma das subdivisões do território brasileiro no período colonial.

inscreve no livro dos heróis da pátria junto com os demais patriotas que se levantaram contra a ocupação holandesa do Nordeste do Brasil.

Ao prestar homenagem aos heroicos soldados de Portugal e do Brasil que lutaram pela independência das duas pátrias, não se pode deixar de dizer algo sobre o que representa, ainda hoje, o legado desses valorosos guerreiros pátrios. E não se pode extrair desse legado todo potencial que possui de ensinamento para o Brasil, de hoje e de amanhã, sem realizar a prescrição do historiador Oliveira Martins: Julgar de ontem para hoje e inferir do atual para o passado significa valorizar os feitos dos nossos antepassados, em toda sua dimensão e, ao mesmo tempo, compreender o que, deles, encontra-se, emblematicamente, presente nos desafios do nosso futuro.

De volta do passado, podemos visualizar, hoje, uma nova etapa da nossa formação como Estado e Nação tropical que herdou a Nova Lusitânia como matriz da sua constituição histórica. Sem esquecer as origens lusas do Brasil, podemos inserir, no presente, as tarefas desenhadas no passado pelo “mazombo”³ na sua busca da identidade brasileira. Sobretudo projetar o futuro a partir do diagnóstico preciso do presente.

A primeira tendência que se anuncia é a de que só os grandes países do mundo de hoje, que sejam dotados de considerável espaço territorial, população e força econômica autônoma, podem aspirar constituir um polo de poder mundial. Neste sentido, a unidade e a integração europeia servem de balizamento para o caminho das unidades políticas ativas do mundo contemporâneo: o seu êxito ou fracasso determinará a futura existência da Europa como centro mundial de poder. Como também é observável que os principais obstáculos no caminho dos BRICS⁴ para o topo da ordem mundial relacionam-se à capacidade de cada um deles de manter, ampliar e até mesmo recuperar espaço, população e base econômica. Em suma, a característica principal do processo em curso, *a contrario sensu* da

3 Mazombo é o termo dado ao filho de pais estrangeiros, sobretudo de portugueses reinóis (originários da metrópole), que nasce no Brasil.

4 BRICS é uma sigla que se refere aos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento.

fragmentação da “primeira onda globalizante”, é a da constituição dos megaestados que serão amanhã os sustentáculos da mundialização.

A segunda e decorrente tendência é de que o ambiente internacional deverá ser profundamente alterado em relação ao que era ao final da Guerra Fria, sobretudo o sistema que sucedeu a bipolaridade, e que se denominou Nova Ordem Mundial. Acontecimentos como as duas Guerras do Golfo e o incidente do dia 11 de setembro de 2001 são sintomas da profunda e dramática instabilidade da ordem internacional gerada pela política de força de uma única potência. A superação desse estado de coisas só ocorrerá com a emergência de uma nova ordem mundial mais democrática e mais legítima, baseada num novo equilíbrio de forças entre as nações. O advento de uma ordem multipolar será positivo para a criação de uma situação internacional menos tensa e mais direcionada para a elevação do nível de vida das populações do mundo em desenvolvimento.

A terceira tendência, cada vez mais visível no horizonte internacional, é o papel da Ásia do Leste como um dos pilares do mundo multipolar em gestação. O mega desenvolvimento da China (que já adquire a forma de um megaestado), da Coreia e do Japão transformou o mundo ágio-oriental na vanguarda do sistema internacional. Trata-se de uma região de importância cada vez maior no jogo de equilíbrio do poder mundial.

Como quarta tendência, é possível constatar a ressurgência das civilizações afetadas em seu destino histórico pelo mundo euro-ocidental e pela ciência e técnica moderna. O mundo que assistiu, no pós-guerra, ao processo de industrialização e assimilação da técnica e da ciência, despertou importantes forças irradiantes e insurgentes, com a descolonização da África, Ásia e do mundo árabe-muçulmano. Este último fenômeno, sinalizado pela ressurgência do Islamismo como protagonista da cena internacional, tem impressionado observadores de todo o mundo, a ponto de ser interpretado como o desafio maior do pós-Guerra Fria.

Contudo, uma quinta e importante tendência pode também ser vista a influenciar, de forma decisiva, a configuração do mundo de amanhã. Trata-se da emergência do mundo latino, cujo protagonismo possível encontra no futuro megaestado brasileiro seu principal ator.

Embora a Europa meridional seja parte fundadora do mundo latino, o emergente bloco deverá reunir, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina. O novo mundo latino-americano integrará uma grande área econômica capaz de impulsionar a criação de uma nova ordem mundial multipolar.

2 A GUERRA BRASÍLICA: matriz da nacionalidade

Quase desajudado da metrópole, que mal podia defender as próprias fronteiras, o Brasil defendera-se e se reconstituirá por si só. Era a prova mais evidente da sua vitalidade e da natureza atlântica da nação portuguesa.

Carlos Selvagem

Entre todos os desafios enfrentados por uma nação em construção nenhum é maior do que o da criação da identidade nacional de um povo. Essa criação se estrutura ao longo dos séculos e se perpetua por milênios. Podemos crer que a ideia de nação seja eterna, principalmente quando vem a se concretizar num Estado como organismo geográfico, vale dizer um Estado Nacional, ao formar um Ecúmeno Nacional e, como tal, exercer soberania sobre um espaço e uma posição. Os Estados e as Nações são perenes e não peremptos. Eles nascem de acontecimentos gestados ao longo de séculos ou de milênios.

A Guerra Brasília, desenvolvida no Brasil, sobretudo a partir das invasões holandesas na Bahia, em 1624, e em Pernambuco, em 1630, resultou da inserção eficaz da organização militar da metrópole lusa num meio cultural caracterizado pela forma indígena de combater. Criou-se, assim, um tipo de guerra adaptada ao terreno e ao homem do trópico, cuja ação militar principal era baseada em emboscadas realizadas por pequenos grupos de homens. O que foi de grande valor na defesa do território brasílico, na primeira hora, contra o assédio do corso e da pirataria franco-inglesa (os contestadores de Tordesilhas) – e mais tarde contra a grande vaga da invasão holandesa.

O elemento híbrido gerado por essa forma de guerra revelou-se dotado de extrema mobilidade e uma singular capacidade de

empreender ataques de surpresa. Em pequenos grupos volantes evoluíram ao longo da guerra pernambucana, crescendo lenta e progressivamente suas forças, abrindo sempre novas frentes guerrilheiras até travarem com êxito combates diretos contra as tropas regulares inimigas em maior número e as derrotarem na memorável jornada de Guararapes.

Em belíssimo, rico e denso estudo publicado nos anais do II Encontro Internacional de História Colonial⁵, a Profa. Soraya Geronazzo assim definiu um dos aspectos essenciais da Guerra Brasílica, como produto da história da formação do povo brasileiro:

Outra característica das campanhas militares no Brasil foi o aproveitamento dos indígenas, onde se aplicou uma política de alianças com os grupos indígenas locais, pois era um método já utilizado com sucesso na África. Indispensáveis, já no Regimento de Tomé de Souza (1549), existiam normas estabelecidas para o recrutamento de guerreiros junto às tribos amigas, e esta presença do indígena nas campanhas e estruturas militares da colônia imprimiu sua forma característica de guerrear, e junto com os colonos, gestou e amalgamou elementos europeus aos elementos indígenas, dando origem a uma forma de expedição militar e de luta que melhor se adaptava à realidade do meio brasílico. Esta maneira específica de luta armada no Brasil ficou conhecida como Guerra Brasílica, a qual se fortaleceu, durante a invasão holandesa, e destacou a importância do elemento indígena na manutenção da colônia.

Permita-se ao historiador, assinalava Oliveira Martins (2004), “julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado”.

5 A Nova Guerra, a Guerra Brasílica e a Guerra dos Sertões: uma nova perspectiva sobre a Guerra dos Bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme - *Revista de Humanidades*. UFRN, Caicó (RN), V. 9, n. 24, Set/Out, 2008.

Assim, ao examinar os acontecimentos que geraram o grande feito histórico da restauração pernambucana contra as forças de uma grande potência marítima de dimensão global no século XVII, podemos destacar a criação de uma força militar híbrida que, ao reunir na Guerra Brasilica, o “mazombo” (o luso dos trópicos), o ameríndio e o africano, veio a forjar a nacionalidade brasileira.

Essa forja apresentou-se na terra brasílica com a mesma disposição da que gerou nas terras altas do Ocidente, na adusta e ensolarada Ibéria, a união das trinta tribos que, sob a liderança de Viriato, tornou-se a mais poderosa das nações ibéricas.

Mas ao transplantarem-se para o novo mundo os descendentes lusos dos “bravos e rudes montanheseiros de Aquém Douro que, segundo o testemunho de Estrabão, tão fortemente se destacavam dos outros povos da Ibéria pelo valor e agilidade na luta” – se depararam com tribos insubmissas e infatigáveis na resistência. Desse encontro e dessa saga comum no enfrentamento do inimigo holandês brotaram os elementos basilares que deram origem à Nação, ao Povo e ao Exército do Brasil.

Por isso que, ao julgar de hoje para ontem, e inferir do atual para o passado, a data de 19 de abril de 1648, que assinala o grande feito de Guararapes, a “Epopéia brasílica” veio a ser reconhecida como marca de nascimento do sentimento nacional pátrio e do próprio Exército Brasileiro. E os heróis da saga pernambucana foram inscritos para sempre no livro dos heróis da pátria.

A relevância desse excepcional feito histórico foi lapidarmente sintetizada nas palavras de Mascarenhas de Moraes, em 1945, ao retornar da campanha da Itália e depositar os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes: “Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a nação brasileira”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

Camões

A epopeia brasílica revelou heróis eternos da história brasileira: João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e Henrique Dias. Tais heróis habitam o imaginário nacional como os construtores da ideia de independência e autonomia do Brasil. E junto deles, embora um pouco menos lembrado pelo registro histórico de época, encontra-se a figura de Antonio Dias Cardoso, cognominado o “Mestre das Emboscadas”.

No entanto, soldado e homem de estado que culminou ser honrado Cavaleiro da Ordem de Cristo, nomeado mestre de campo e assumir o governo da Paraíba, pelo que realizou nos campos de batalha do Nordeste brasileiro, da Bahia a Pernambuco, Dias Cardoso talvez encarne, em sua essência, mais do que qualquer outro herói luso-brasílico a natureza do guerreiro especial. Razão pela qual a sua figura venha a ser cada vez mais presente ao historiador que se propõe “julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado”.

Os poucos registros históricos disponíveis pouco falam de seu nascimento, mas é tido como certo que tenha nascido na cidade do Porto e que tenha vindo menino para o Brasil e falecido no Recife em 1670. Cresceu em contato com a natureza abrupta do trópico e hauriu a cultura da guerra indígena a ponto de ser tão habilidoso no emprego do estratagema e da rapidez na ação que veio a ser cognominado o Mestre da Emboscada.

Desde os primeiros combates contra os holandeses destacou-se por suas qualidades de combativo guerreiro especial. Combateu um exército melhor armado e em maior número de combatentes usando a surpresa da emboscada, treinando e mobilizando a população local para a guerra irregular de resistência ao invasor, mapeando o território inimigo e se infiltrando entre suas hostes sob o disfarce da deserção.

Desde os começos da resistência ao domínio holandês, participou como um dos estrategistas da conspiração dos insurretos de Pernambuco, tendo assinado o pacto dos 18, onde, pela primeira vez, faz-se presente a palavra Pátria na Nova Lusitânia. E, na guerra, a sua presença combativa e lúcida como subcomandante do Terço João Fernandes Vieira, sob o comando do General Francisco Barreto de Menezes, foi notável em todos os feitos militares relevantes da

Guerra da Luz Divina: Monte das Tabocas, Casa Forte, 1ª e 2ª Batalhas de Guararapes.

Com o recuo da história, pode-se concluir que em sua trajetória de soldado da Guerra Brasília – “vendo, tratando e pelejando” –, de sargento-mor a mestre de campo, Antonio Dias Cardoso foi o modelo do soldado especial capaz de realizar “qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora, de qualquer maneira”.

Em reconhecimento de seus feitos foi homenageado como patrono do 1º Batalhão de Forças Especiais, unidade de elite do Exército Brasileiro encarregada de planejar, conduzir e executar operações de guerra de resistência do Exército Brasileiro também conhecido como Batalhão Antonio Dias Cardoso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Martiniano de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Edições Aguilar, 1960.

ARAUJO, Soraya Geronazzo. A Nova Guerra, a Guerra Brasília e a Guerra dos Sertões: uma nova perspectiva sobre a Guerra dos Bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme - *Revista de Humanidades*, Caicó, RN, v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em: 4 set. 2021.

BENTO, Cláudio Moreira. *As Batalhas de Guararapes – Descrição e Análise Militar*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

BRASIL. Estado Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Brasília, DF: EME, 1972.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição Comentada. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.

MELLO NETO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste – 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

MELLO NETO, José Antonio Gonsalves de. *Restauradores de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1967.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães editores, 2004.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

O BRASIL EM FACE DA GUERRA MODERNA/INDUSTRIAL (1890-1945)

Vágner Camilo Alves¹

Já que a guerra é continuação da política, não existe razão para uma avaliação puramente militar de uma grande questão estratégica [...]

Clausewitz apud Paret (grifos no original)

Os povos que não cuidarem de sua indústria [...] somente desempenharão o papel de colônias [...]. É o espetáculo que hoje vemos na África. A Etiópia era um país agrícola, cheio de recursos minerais inexplorados [...] A China esboroa-se [...] Manchuko e Coreia agrícolas são dependências do Japão industrial.

Valentin Bouças, 1935

1 INTRODUÇÃO

A estratégia é inerentemente dialética. Ser forte ou ser fraco, seguro ou ameaçador, depende sempre de com quem se está interagindo. Além disso, conforme consagrado por Clausewitz, avaliar questões estratégicas focando apenas o poder militar tem validade relativa. A defesa engloba muitos fatores, o que viabiliza, muitas vezes, um ator mais fraco em termos puramente militares derrotar um mais forte,² ou um Estado relativamente desarmado desfrutar de mais segurança do que outro pesadamente armado.

1 Professor Associado do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). Autor de diversos trabalhos acadêmicos na área dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais, dentre os quais se destacam os livros *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado e Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra*. É, desde 2020, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). Contato: vcamilo@id.uff.br

2 A derrota norte-americana no Vietnã é exemplo ilustrativo disso. Logo após o fim da guerra, um coronel norte-americano teria dito ao seu par norte-vietnamita que “você nunca nos derrotaram em qualquer batalha”, a que o último respondeu: “Pode ser, ainda que isso seja irrelevante” (SUMMERS Jr, 1995, p. 1)

Ao fim do século XIX, a forma de se fazer a guerra passava por verdadeira revolução. Fruto do duplo impacto das revoluções políticas e econômicas sofridas pelos países centrais do sistema internacional, as forças armadas desses Estados se organizaram, tanto em termos quantitativos como qualitativos, de um modo que só podia ser ombreado por pares que também haviam operado tais transformações. Concomitante a essa revolução nos assuntos militares – RAM, a própria ordem política internacional de fins do XIX desagregava-se. Novos Estados ascendiam e uma grande guerra entre potências já era vislumbrada no início do século XX, algo que de fato se materializou em 1914.

O Brasil, como todo seu entorno geográfico, era parte de região ainda pouco desenvolvida. Falta-lhe, portanto, as bases para criação de instrumento militar moderno/industrial. As iniciativas de modernização das instituições militares no período ilustram esse problema. A possibilidade de uso da força nas relações com os vizinhos hispânicos, porém, era pequena, em virtude das boas relações existentes e da resolução, por tratados, dos principais problemas lindeiros. Internamente muitas guerras e ações militares ocorreram. Tanto os choques reais dentro do país como os planejados, mesmo que improváveis, com forças de vizinhos, processavam-se entre iguais. A dialética estratégica encontrava-se equilibrada.

A guerra moderna/industrial só atingiu o Brasil com o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, contra o Eixo. A defesa nacional contra adversário desse quilate não podia ser realizada com forças armadas despreparadas para tal tipo de guerra. O envolvimento pátrio, todavia, deu-se menos por autônoma decisão nacional que por injunções externas que levaram o país à guerra. A participação do Brasil no conflito ocorreu de modo dependente e subordinado ao aliado norte-americano. Dele partiram equipamentos e instrução que deram às Forças Armadas brasileiras condições iniciais de lutar de modo moderno/industrial, ainda que isso tenha tido seu custo.

Essa é, em síntese, a lógica que organiza este ensaio. Abaixo, o argumento é melhor desenvolvido, explicado e ilustrado.

2 ASPECTOS CONJUNTURAIS INTERNACIONAIS

O sistema internacional de fins do século XIX era um sistema político instável. Os anos de ouro da *Pax Britannica* já haviam passado. A dupla base de tal arranjo, a hegemonia naval britânica e seu predomínio nas trocas comerciais com o além-mar, e um equilíbrio de poder europeu mais ou menos sustentável, erodiam-se.

O crescimento desigual das nações, tanto em termos econômicos como demográficos, trouxe ao sistema internacional novos desafios à ordem estabelecida. A revolução industrial, antes praticamente exclusividade das ilhas britânicas, atingia outras áreas da Europa e mesmo fora dela, empoderando novos atores estatais. A surpreendente vitória militar da Prússia na guerra contra a França, em 1870-71, marcou, além do nascimento do Império Alemão, a ascensão de nova potência no centro do continente europeu. O impacto disso foi temporariamente amainado pela hábil diplomacia exercida pelo governo alemão, sob direção do chanceler Otto von Bismark, entre 1871 e 1890. A partir de então, entretanto, a *Weltpolitik*, aplicada pelo Kaiser Guilherme II, mostrou de forma mais categórica a potencial instabilidade do novo cenário geopolítico continental (Kissinger, 1994, p. 168-200).

Um novo surto imperial, consequência em grande medida da industrialização das demais potências, levou a França a constituir novo império colonial na Ásia e na África e a Rússia a disputar territórios com os britânicos no centro do continente asiático. O mais emblemático evento diplomático referente a esse neocolonialismo foi, sem dúvida, a divisão de todo o continente africano entre potências coloniais europeias, feita na conferência de Berlim, em 1884-1885 (Araújo, 2018, p. 314-315).

Novos desafios à ordem internacional vigente surgiram também no além-mar. Nas Américas, a república estadunidense mostrou, então, seu potencial desenvolvimentista já antevisto pelo filósofo Alex de Toqueville, nos anos 1830. A expansão para o oeste e a industrialização ocorrida antes e depois da Guerra Civil norte-americana transformaram a pequena república, fundada no litoral atlântico da América do Norte em 1776, em uma potência. Longe dos olhos das

potências europeias, os Estados Unidos tornaram-se a economia mais rica do mundo.³ O potencial para desenvolvimento de seu imenso e inexplorado território, juntamente com certo paroquialismo político-institucional, fizeram com que tal crescimento passasse despercebido. Entretanto, a partir da Guerra contra a Espanha de 1898 e, especialmente, da ascensão do notório imperialista Theodore Roosevelt à presidência, em 1901-1909, os Estados Unidos passaram também a ser elemento de desconstrução da ordem internacional.

No extremo oriente, o Império Japonês, de modo muito mais conspícuo, juntou-se ao clube dos grandes. O país era único entre seus pares asiáticos a conseguir escapar do destino colonial ou semicolonial que atingiu os demais povos da região. A partir da restauração Meiji, em 1868, o Japão modernizou-se e, em 1894, após curta guerra contra a China, o país inaugurou seu histórico de potência militar e colonial que duraria meio século (Kennedy, 1989, p. 203-206).

Concomitante a esse cenário disruptivo no que tange ao ordenamento internacional, o poder militar, instrumento de notável importância, especialmente em cenário como esse, passava por transformação revolucionária. O modo de se fazer a guerra, relativamente constante ao longo do século XVIII, foi transformado em diversos aspectos durante o século XIX como consequência da dupla revolução, política e econômica, que se operou no noroeste do continente europeu a partir do final dos 1700s (Hobsbawm, 1977).

O primeiro impacto deu-se no notável incremento no número de combatentes a disposição dos exércitos, algo pela primeira vez vislumbrado durante as guerras revolucionárias e napoleônicas, em 1792-1815. A mudança na base legitimadora do poder estatal passou do aspecto religioso/aristocrático, corporificado nos Estados dinásticos do *ancien régime*, para a vontade popular dos Estados nacionais. O cidadão, a partir de então, como consequência de seu envolvimento com a política, passou a ter obrigações cívicas para com seu Estado, o que incluía pagar o “imposto do sangue”. A mão de obra militar tornou-

3 Em 1885, o país ultrapassou o Reino Unido como o maior produtor de manufaturados. No ano seguinte, ele se tornou o maior produtor de aço. Em 1890, eram os maiores consumidores de energia (Zakaria, 1998, p. 46).

se, potencialmente, abundante. Esse aumento nos contingentes foi uma das causas que viabilizaram as fulminantes campanhas militares empreendidas por Napoleão durante sua curta hegemonia sobre a Europa.

Durante o século XIX, a conscrição universal foi generalizada e adotada por todas as principais potências continentais europeias, inovação que em termos institucionais foi refinada na Prússia. A ideia era treinar, em tempos de paz, levadas de jovens durante determinado número de anos. Isso possibilitava ao Estado, em uma situação de guerra, contar imediatamente com parte considerável de seus adultos do sexo masculino aptos a atividade militar, visto estarem já familiarizados com o ambiente castrense. Era a institucionalização do conceito de “nação em armas”, que durante as duas guerras mundiais contrapuseram exércitos compostos por milhões.⁴

A concomitante revolução de cunho econômico que se operava terá igual ou maior impacto na forma de se fazer a guerra. A industrialização modificou inteiramente a mobilização, o deslocamento, as comunicações e, ao fim, as próprias armas utilizadas na refrega. O advento do telégrafo elétrico e do motor a vapor, ensejando a criação das locomotivas e das estradas de ferro, possibilitou os exércitos a mobilizarem-se e a deslocarem-se para áreas de confronto muito mais rapidamente. As guerras de unificação alemã mostraram o que um bom sistema de transporte ferroviário podia fazer por um exército. Tais inovações possibilitaram também às burocracias militares da Europa explorar até as últimas consequências o potencial de mobilização popular para a guerra que, no período revolucionário e napoleônico, em virtude de problemas infraestruturais, só pôde ser sentido de forma incipiente.

No terço final do século XIX, a revolução tecnológica melhorou os próprios meios de combate, mudança que se somou àquela ocorrida na logística da guerra. Novas cargas químicas foram desenvolvidas, com energia destrutiva muito maior que a da pólvora negra, explosivo

4 Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, os seis principais beligerantes tinham, em conjunto, forças armadas da ordem de 40-45 milhões de combatentes! (Creveld, 2000, p. 32).

tradicional. Adaptadas também como propelentes, elas propiciaram melhora radical no desenho e no desempenho das armas de fogo. Artilharia moderna de retrocarga, granadas explosivas, fuzis a ferrolho e metralhadoras tornaram o campo de batalha ambiente mais hostil ao combatente. Essa “chuva de metal”, nas palavras do escritor e veterano de guerra alemão Ernst Junger, deu fim a cavalaria e obrigou a infantaria a manter-se a maior parte do tempo escondida dentro de trincheiras. Isso, claro, quando os dois lados estavam preparados de modo equivalente. Do ponto de vista neocolonial, a guerra moderna/industrial possibilitou a conquista e manutenção de extensas faixas territoriais a um preço militar relativamente baixo⁵

A guerra de trincheiras, padrão no principal *front* de batalha da Grande Guerra de 1914-18, foi superada graças a inovações industriais bélicas do entreguerras, conjugadas com o devido aprimoramento doutrinário. A guerra de movimento dos anos 1930 e 1940, contudo, prosseguiu dependente da produção em massa de equipamentos militares industrializados, bem como da mobilização de soldados em grande escala capazes de operar tais armas.

O conflito mundial de 1939-45 pode, retrospectivamente, ser encarado como resolução da crise inerente à decadência da *Pax Britannica*. Essa moderna Guerra dos Trinta Anos, iniciada em 1914 e finda em 1945, a última das guerras hegemônicas lutadas no sistema internacional moderno (Gilpin, 1989, p. 30-34), pariu um sistema internacional pela primeira vez planetário, baseado em dois Estados continentais portadores de ideologias antagônicas, mas que

5 Provavelmente não deve existir maior exemplo disso do que a Batalha de Ondurman, lutada pelos britânicos contra os dervixes no Sudão, em 1898. Aos 50 mil sudaneses, os ingleses opuseram uma força de 25 mil combatentes, sendo 8.200 britânicos. O resultado da batalha, vencida pelos ingleses em um único dia, teve como saldo 10.800 dervixes mortos e outros 16.000 feridos, contra 42 mortos e 382 feridos da força anglo-egípcia. Neste mesmo ano, o Reino Unido governava o maior império da história humana. De acordo com Max Boot “apenas 70 mil soldados britânicos mantinham 250 milhões de hindus em ordem. Outros 41 mil soldados estavam acantonados no restante do império, o que incluía 41 milhões de súditos somente na África. O orçamento militar inglês correspondia a 2,5% do produto nacional bruto, consideravelmente menos do que os Estados Unidos gastam hoje (Boot, 2006, p. 158)”.

comungavam do mesmo objetivo de desconstrução definitiva da antiga ordem eurocêntrica e colonial.

3 O BRASIL E SUA CONJUNTURA, REGIONAL E INTERNA

A República, proclamada em 1889, modificou a posição brasileira vis-à-vis os vizinhos. Única monarquia na região, aspecto institucional importante para seu isolamento, tal questão deixou de ser obstáculo para maior aproximação diplomática com os países do entorno. A política externa intervencionista do Império no Prata, por exemplo, foi abandonada. Certo equilíbrio de poder com a Argentina na região passou a vigorar.

Os primeiros anos da república são também aqueles em que todas as mais importantes questões limítrofes do território nacional serão resolvidas. A solução de tais questões foi efetuada sempre pela via diplomática, mediante acordos e arbitragens internacionais.⁶ A política externa brasileira, marcada pela presença do Barão do Rio Branco à frente da pasta, de 1902 a 1912, é considerada em grande medida responsável pelo bom relacionamento com os vizinhos hispânicos, a despeito da desconfiança argentina da aproximação do Brasil aos Estados Unidos e do rearmamento naval brasileiro (Cervo; Bueno, 2002, p. 193-197).

O legado de Rio Branco será seguido por seus sucessores. Entre as linhas de ação constituintes a tal tradição, figurava a proximidade com os Estados Unidos, o que o historiador Bradford Burns denominou “aliança não escrita” (BURNS, 2003). Em linhas gerais, conforme disse Oswaldo Aranha, ministro das relações exteriores durante parte

6 Foram demarcadas as fronteiras com a Argentina, em 1895 (questão de Palmas) e com a França, em 1900 (fronteira Amapá-Guiana Francesa). Os limites com a Guiana Inglesa, resultado de arbitragem não inteiramente satisfatória ao país, foram acatados. A questão do Acre foi resolvida por intermédio do Tratado de Petrópolis (1903). Tratados bilaterais de limites foram também negociados com Equador, em 1904 (que então tinha fronteiras com o Brasil), Holanda, em 1906 (relativo a Guiana Holandesa), Colômbia, em 1907, e Uruguai e Peru, ambos em 1909 (Goes Filho, 1999, p. 251-303).

considerável do governo Vargas, isso implicava “apoiar os Estados Unidos no mundo em troca de seu apoio na América do Sul” (*apud* McCann Jr., 1995, p. 243). A linha de ação americanista da política externa brasileira combinava muito bem com a economia nacional e seu carácter agroexportador, cujo principal produto, o café, tinha nos Estados Unidos seu maior mercado.

A conjuntura regional relativamente estável contrastava-se com um cenário político interno atribulado. As forças armadas nacionais destacavam-se aqui. Não sem motivos elas ganharam a alcunha de “Poder Desestabilizador” em importante texto acadêmico brasileiro (Carvalho, 2005, p. 13-61). Ações externas foram raras no período. O emprego do poder militar fez-se primordialmente dentro do território nacional. Ora foi usado em lutas intestinas às organizações militares, como no caso da Revolta da Armada, em 1893-94, das Rebeliões Tenentistas de 1922 e 1924, da Coluna Prestes, entre 1925-1927 e, em grande medida, da Revolução Constitucionalista de 1932. Ora foi empregado em campanhas contra movimentos populares, como foi o caso das guerras de Canudos, em 1896-97 e do Contestado, de 1912 a 1916.

Essas forças armadas pouco tinham de modernas. Como escrevi alhures, o “Exército brasileiro, nos primeiros anos de 1900, assemelhava-se mais a uma força militar dos tempos coloniais do que a qualquer congênere de países tocados pela revolução industrial” (Alves, 2007, p. 57). As escolas militares formavam “bacharéis de farda”, oficias que pouca instrução marcial recebiam. Aqueles com expertise militar, os tarimbeiros, eram veteranos da Guerra do Paraguai, com pouca ou nenhuma instrução formal. Os soldados não tinham as características de combatentes de uma força nacional. Eram recrutados entre os estratos mais humildes e desprivilegiados da sociedade, incluindo aí presos comuns. A constituição de um contingente formado por soldados-cidadãos só começou a ter aplicação no país com a aprovação da lei do sorteio, em 1908, implantada pela primeira vez em 1916. Uma força militar nacional, aos moldes modernos, contudo, era projeto ainda a ser realizado nos anos 1930.

A despeito do papel protagônico dos militares do Exército nos primeiros anos da república, o contingente militar ao longo do período não era grande, apesar do seu crescimento.⁷ Durante boa parte do período estudado não havia, além disso, monopólio institucional do poder militar no país. A Guarda Nacional, histórico rival do Exército, disputou mão de obra militar até 1918, quando passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra. Mais importante nesse aspecto eram as Forças Públicas, que, durante a primeira república, eram verdadeiros exércitos estaduais, capazes de ombrear com o Exército nacional até a Revolução Constitucionalista de 1932.⁸

Incipientes tentativas de modernização processaram-se no período. O auxílio estrangeiro, da parte de potências modernas e industrializadas, era a solução buscada. No âmbito da organização e da educação, merecem destaque o envio de oficiais do Exército para a Alemanha Imperial por Hermes da Fonseca, oficiais esses que seriam conhecidos como “jovens turcos”. Posteriormente, as missões militares estrangeiras contratadas, seja a Missão Militar Francesa, de 1919, seja, em menor medida, a Missão naval americana, de 1922, foram responsáveis por organizar as respectivas forças em padrões mais contemporâneos.

As guerras mostravam, todavia, que uma força bélica moderna precisava também de armas modernas, engenhos esses fornecidos, nos países industrializados, por seus próprios complexos industriais produtivos, estatais ou privados. Em um país desindustrializado como o Brasil, a solução era novamente o exterior. Mais grave, talvez, que

7 Durante o governo provisório, os efetivos do Exército chegaram a quase 25.000 combatentes, o dobro do que eram no fim do Império. Com a aplicação do sorteio, novo aumento ocorreu, chegando a 50.000 soldados em 1930. A Marinha, menos dependente de mão de obra, teve também acréscimos. (Carvalho, 2005, p. 29-31). Relativamente ao tamanho da população, todavia, o crescimento das instituições militares foi menos vistoso.

8 Em grande medida em virtude desse conflito, as polícias estaduais passaram a ser forças auxiliares e reservas do Exército, aspecto inscrito, pela primeira vez, na Constituição de 1934 (Alves, 2007, p. 60 e 224, nota 20)

o próprio atraso organizacional, resolvido em parte com as missões militares, a compra de material bélico no mercado internacional mostrava-se como solução frágil e paliativa para constituição de forças armadas modernas.⁹

A aquisição dos equipamentos dava-se por intermédio de créditos oriundos da pauta de exportação, composta por produtos primários, agrícolas e minerais. Essas compras, no período crítico dos anos 1930s, foram realizadas em alguns países, como Itália e Alemanha, na base do escambo ou comércio compensado (Alves, 2002, p. 59). Pouco era produzido no Brasil e, mais grave, mesmo a manutenção era difícil de se fazer, em virtude de carências tanto fabris como de mão de obra especializada.

O resultado disso era que as Forças Armadas brasileiras tinham armas de diversas procedências, das mais básicas às mais rebuscadas em termos tecnológicos. Existiam fuzis e pistolas alemãs; revólveres franceses e norte-americanos; metralhadoras dinamarquesas; carros blindados, os primeiros adquiridos logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, de procedência francesa e, posteriormente, italiana; artilharia inglesa e alemã; aeronaves francesas e norte-americanas; submarinos italianos; encouraçados e cruzadores britânicos. Para além das dificuldades já apontadas acerca da manutenção, a miríade de fornecedores estrangeiros tornava a logística um verdadeiro pesadelo.

Os parques fabris militares modernos só começaram a surgir no país após a revolução de 1930, em virtude do esforço modernizante empreendido no governo Vargas. Ainda assim, o papel deles não podia ser outro além de efetuar concertos básicos e produzir insumos de

9 O rearmamento naval é ilustrativo disso. Em 1910 o governo brasileiro recebeu de estaleiros britânicos uma esquadra moderna completa, composta por dez contratorpedeiros de 560 t de deslocamento, dois cruzadores de mais de 3.000 t de deslocamento e dois encouraçados *dreadnoughts*. Esses navios capitais deslocavam mais de 19.000 t e estavam armados com 12 canhões de 305 mm em seis torres duplas. Tais navios, no entanto, nas palavras de Armando Vidigal, “ao invés de terem servido como uma base sólida para a construção de uma nova Marinha, logo se transformariam em fator de frustração. A defasagem tecnológica entre a esquadra e o parque tecnológico do país seria fatal e, logo, essa “poderosa” esquadra já não tinha um expressivo valor militar” (Vidigal, 2018, p. 282).

guerra simples, como pólvora e munição.¹ A grande indústria, cuja ausência no país era notória, será um dos pontos mais importantes da barganha nacional para o envolvimento do Brasil na Segunda Grande Guerra, aspecto já bem tratado por historiadores e cientistas sociais (Alves, 2002; McCann, 1995; Moura, 1980).

A precariedade e o atraso das Forças Armadas brasileiras não se mostravam graves em relação ao seu entorno. Os vizinhos, incluindo a Argentina, viviam situação semelhante. Como a equação estratégica é sempre dialética, na América do Sul o equilíbrio entre as forças militares recém-entradas na era moderna/industrial imperava, salvo abalos esporádicos por compras de oportunidade efetuadas por um ou outro lado. Quadro muito distinto ocorria quando se cotejavam as instituições militares nacionais com o padrão vigente nas grandes potências. A diferença era muito grande.²

-
- 1 A construção naval militar no país, por exemplo, interrompida no fim do século XIX, recomeçou em padrões modernos durante o período Vargas, quando teve início a construção de nove modernos contratorpedeiros no novo arsenal de marinha do Rio de Janeiro. O índice de nacionalização dos equipamentos, entretanto, “era baixíssimo, quase inexistente: praticamente todos os materiais eram importados, chapas e perfis para casco, máquinas e caldeiras, eixos e hélices, bombas, tubulações e acessórios, materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos, etc., etc., e até as tintas para a pintura. A nacionalização dos componentes dos navios só começou com a implantação da grande indústria do governo Juscelino” (Telles *Apud* Alves, 2005, p. 158). A fábrica de Itajubá, que viria a produzir futuramente, a partir dos anos 1960, modernos fuzis automáticos para o Exército brasileiro, foi inaugurada em 1935 com o nome “Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil”. Em 1939, a antiga Real Fábrica de Pólvora da Estrela, originalmente fundada em 1808 por D. João VI, foi reestruturada Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-espingardas-da-fabrica-de-itajuba/>
 - 2 Paul Kennedy apresenta com clareza essa diferença em termos gerais. Em 1937 as sete potências existentes no sistema internacional (Alemanha, Itália, Reino Unido, França, União Soviética, Estados Unidos e Japão) reuniam mais de 90% do potencial bélico existente. Esse potencial era calculado com base na capacidade de produção industrial dos países. A revolução econômica transformara radicalmente o poder das nações. Em 1750, em um mundo ainda não tocado pela Revolução Industrial, a Europa e o que viriam a ser os Estados Unidos não tinham nem um quarto de toda a produção manufatureira mundial, enquanto as regiões futuramente conhecidas como Terceiro Mundo aglutinavam mais de 70% dessa produção. No início do século XX, o quadro invertera-se inteiramente. Europa e Estados Unidos passaram a deter mais de 85% da produção manufatureira mundial, enquanto os países do Terceiro Mundo respondiam por 11% (Kennedy, 1989, p. 320 e 148).

A partir do início dos anos 1930, brota um novo conflito mundial. Retrospectivamente, ele pode ser entendido como a derradeira etapa da guerra hegemônica iniciada em 1914. Um novo surto imperialista ocorre, protagonizado pelas potências revisionistas, em futuro breve constituidoras do Eixo. O alerta de Valentim Bouças, conselheiro de Vargas, reproduzido na epígrafe, capta bem a situação.

Diferente do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, por razões políticas, estratégicas e tecnológicas, a Segunda Guerra atingirá diretamente o Brasil, mostrando, na prática, que as forças armadas nacionais estavam distantes do padrão moderno/industrial do modo de se fazer a guerra.

4 A GUERRA MODERNA/INDUSTRIAL CHEGA AO BRASIL – 1942-45

A nova guerra mundial, em setembro de 1939 ainda circunscrita somente a parte do continente europeu, vai tragar o país para seu interior a medida em que seu caráter global se concretizou. Das diversas razões que fizeram os Estados Unidos trazer o Brasil para seu lado na contenda, a principal foi, indubitavelmente, a posição geográfica estratégica desfrutada pelo país. O saliente nordestino, que em sua parte mais oriental dista cerca de 3.000 km da África Ocidental, era reconhecido como uma das chaves da comunicação aérea mundial (Alves, 2002, p. 91-94).

Os militares estadunidenses preocupavam-se com eventual arremetida das potências do Eixo em direção ao Brasil, a qual colocaria em perigo a base norte-americana no canal do Panamá e, em termos mais gerais, toda a posição do país no hemisfério (Conn; Fairchild, 2000). Ingerências diplomáticas levarão o governo brasileiro a ceder aos norte-americanos áreas no nordeste do país para construção e operação de aeroportos, fatos ocorridos antes mesmo da entrada formal dos Estados Unidos na Segunda Guerra.

A aproximação entre os dois países, que se fez de modo negociado, de acordo com a política de boa vizinhança de Franklin Roosevelt, teve como corolário o envolvimento do Brasil na guerra. O conflito militar apresentou-se aos brasileiros no único meio possível então: o mar. Os ataques do submarino U-507 à navegação de cabotagem na costa da

Bahia e do Sergipe, provocando o afundamento de sete embarcações e a morte de mais de 600 pessoas, causou comoção nacional. Em 22 de agosto, foi reconhecido o estado de beligerância do Brasil com Alemanha e Itália (Monteiro, 2013).

O despreparo brasileiro para a guerra no mar era notável. A incapacidade de realizar a guerra antissubmarina provocou dependência de meios e expertise dos aliados estadunidenses. Getúlio Vargas pôs informalmente o almirante Ingram, comandante da Força do Atlântico Sul da Marinha norte-americana, a cargo da defesa do litoral e dos navios mercantes brasileiros (McCann, 1995, p. 221-222). Isso ocorreu após os primeiros navios mercantes serem afundados por submarinos alemães, no início do ano. Quando a guerra foi reconhecida pelo Brasil, 19 embarcações já haviam sido afundadas pelo Eixo. Nenhum submarino alemão tinha, até então, sido destruído nas proximidades do litoral brasileiro (Sander, 2007, p. 98 e 221).

A envelhecida esquadra nacional, obsoleta e preparada para um embate naval de superfície contra sua equivalente austral, mostrava-se incapaz de lidar com o novo tipo de guerra naval empreendido pelos alemães. Ao longo do conflito, o grosso do combate contra belonaves do Eixo no Atlântico Sul foi perpetrado por forças militares norte-americanas, utilizando-se de bases e instalações em território brasileiro e contando com o apoio subsidiário e subordinado da Marinha e da Força Aérea do Brasil.³ Mesmo o envio da Força Expedicionária, cujo atraso no transporte para os campos de batalha na Europa irritou o governo, dependia de embarcações e do planejamento estadunidenses.⁴

A participação direta do Exército nos *fronts* de batalha europeus é provavelmente o aspecto mais conhecido do envolvimento do Brasil no grande conflito. A Força Expedicionária é também exemplo do atraso nacional no que concerne ao fenômeno da guerra moderna. O Exército brasileiro teve crescimento conspícuo ao longo do conflito. Em 1939, a força contava com 60.000 soldados. Em 1942, ela aumentou seu contingente

3 A Marinha, por exemplo, só pode contribuir com a guerra antissubmarina realizada na costa brasileira após a cessão, pelos Estados Unidos, de embarcações adequadas a esse tipo de emprego, ausentes do inventário nacional (Alves, 2005, p. 161).

4 A inadequabilidade dos navios de transporte existentes no Brasil foi percebida pelo Estado-Maior da FEB quando conjecturou usar alguns pequenos e lentos navios de bandeira nacional para transportar a força (McCann, 1995, p. 293).

para 95.000 combatentes. Em dezembro de 1943, passado mais de um ano da mobilização de guerra, o Exército tinha 165.000 soldados, incluindo aí os mobilizados para a 1ª Divisão Expedicionária (Dutra *apud* Ferraz, 2012, p. 53). Levando-se em consideração uma população de mais de 40 milhões de habitantes, tais números perdem magnitude. Isso fica mais claro se a mobilização efetuada é comparada à realizada pelas grandes potências e mesmo por outros Estados beligerantes de menor estatura.⁵

A constituição da Força Expedicionária brasileira foi paradigmática do subdesenvolvimento nacional. Pensada inicialmente como um Corpo Expedicionário formado por três divisões de infantaria, a FEB acabou sendo constituída por apenas uma divisão. As dificuldades existentes na mobilização dessa divisão foi um dos fatores para que Getúlio Vargas sustasse a formação de novas divisões, em fins de 1944 (Alves, 2007, p. 119). O aumento do contingente do Exército não contou com número substantivo de voluntários. Muitos reservistas convocados se esforçavam para conseguir a liberação do serviço. A FEB não destoou do padrão geral do serviço militar obrigatório, prestado principalmente por jovens mais pobres e de baixa escolaridade das zonas rurais e urbanas. A condição da saúde dos combatentes espelhava o Brasil da primeira metade do século XX. Para selecionar 25 mil expedicionários, mais de 107 mil inspeções médicas foram feitas em todo o país (Alves, 2007, p. 118).⁶ Nas palavras do comandante

-
- 5 Entre setembro de 1939 e abril de 1945, 17,9 milhões de combatentes passaram pela Wehrmacht e pela Waffen SS, as Forças Armadas da Alemanha Nazista. O Exército alemão atingiu um número máximo de aproximadamente 6,5 milhões combatentes nos anos de 1943 e 1944, para uma base populacional de 90 milhões de almas. Já o Exército norte-americano tinha cerca de 5,6 milhões de soldados em fins de 1944, quando as Forças Armadas nacionais contavam com quase 11,5 milhões de combatentes, em uma população total de 135 milhões de habitantes (Creveld, 1982, pp. 65-70). A Nova Zelândia, com população expressivamente menor do que a brasileira, foi capaz de formar uma Força Expedicionária que, em seu auge, em 1943, contou com cerca de 150 mil combatentes (Zirker, 2010, p. 217), seis vezes o tamanho da FEB.
- 6 De acordo com Frank McCann, os exames médicos realizados no país “proporcionaram um quadro depressivo da situação da saúde no Brasil: subnutrição generalizada, desenvolvimento físico precário, tuberculose, saúde dentária pobre, sífilis e lesões correlatas, disfunções do sistema cardiovascular e a prevalência de problemas viróticos, como o tracoma” (McCann, 1995, p. 291-292).

da força, general Mascarenhas de Moraes, os dois principais inimigos da FEB em sua fase de mobilização foram “as inspeções de saúde e os filhinhos de papai” (*apud* Ferreira Jr, 2007, p. 17). Além desses entraves, convém frisar outro, afeto mais especificamente ao modo de se fazer a guerra moderna/industrial. Segundo o coronel Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB, para formar a divisão se faziam necessários “eletricistas, mecânicos, motoristas, operadores e mecânicos de rádio, armeiros, radiotelegrafistas etc. [...] mas onde os encontrar, não se tratando de elementos de formação normal no âmbito do Exército?” (*apud* Alves, 2007, p. 118).

A pergunta de Brayner resume a situação militar nacional no período. Forças armadas industriais/modernas só poderiam vicejar em países modernos, industrializados, com parte majoritária da população letrada e vivendo nas cidades. As forças armadas nacionais esforçavam-se para efetuar modernização inexequível naquele momento crítico da história. A defesa do Brasil dependeu, primordialmente, da aliança com os Estados Unidos e da correlação de forças existentes, que levou à vitória dos Aliados sobre o Eixo na última etapa da guerra hegemônica ocorrida no sistema internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa de um país engloba diversos aspectos. O preparo militar é apenas um deles. A estratégia deve sempre ser pensada de modo holístico. A consagração do modo moderno/industrial de se fazer a guerra coincidiu com o fim da *Pax Britannica* e a eclosão de conflitos entre as grandes potências do sistema internacional. A posteriori, podemos entender tais conflitos, em conjunto, como a derradeira guerra hegemônica. Essa conjuntura ameaçava um país como o Brasil, desindustrializado e dotado, portanto, de forças armadas inadequadas para o combate em padrões modernos/industriais.

Do ponto de vista ideológico, o sistema internacional pós Primeira Guerra Mundial apresentava-se dividido em quatro grupos de potências. Os vencedores e principais fiadores da ordem internacional constituída em Versalhes, França e Reino Unido, tinham visões e comportamento contraditório. Detentores dos dois maiores impérios

coloniais do mundo, como membros da Liga das Nações e democracias políticas, os dois defendiam também a autodeterminação e a soberania dos povos, desde que isso não afetasse seus papéis imperiais. A esse grupo se opunha as potências revisionistas, países autoritários, carentes de território e mais coerentes em suas visões de mundo. Elas advogavam de modo explícito o direito a constituir ou aumentar seus impérios e áreas de influência por intermédio da força. A Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão compunham tal coletivo.

Havia, por último, duas potências que devem ser vistas individualmente. Ambas passaram parte do entreguerras em isolamento relativo. Ambas retornaram ao palco da política internacional nos anos 1930. Os Estados Unidos, um dos vitoriosos na guerra de 1914-18 e a maior potência industrial do mundo, eram partidários do liberal-wilsonianismo e advogavam o término do equilíbrio de poder como meio e fim da política internacional. A União Soviética, então primeiro e único Estado socialista, enxergava as relações internacionais sob o filtro do choque de classes. A despeito das diferenças, ambas nações tinham mensagens transformadoras para o sistema internacional.

A vitória aliada foi, na verdade, a vitória dessas duas potências. Ela inaugurou o primeiro sistema internacional verdadeiramente planetário, encerrando uma hegemonia política europeia de séculos. A Guerra Fria configurou-se, entre outros aspectos, como choque entre duas concepções de organização política internacional divergentes, mas que comungavam da visão de que o colonialismo deveria ser extinto das relações internacionais.⁷

O Brasil, distante dos centros de poder, em virtude dos desenvolvimentos técnicos e industriais no modo de se fazer a guerra, não foi inteiramente poupado dos desdobramentos militares da

7 A descolonização teve início logo no pós 2ª Guerra, começando pela Ásia e desdobrando-se, ao longo de três décadas, por todo o mundo. A defesa do princípio da autodeterminação dos povos pelos Estados Unidos era uma das ideias base de sua inserção internacional. Ela, contudo, competirá, durante toda a Guerra Fria, com a doutrina norte-americana de contenção ao comunismo. Em muitas ocasiões o anticomunismo preponderou, fazendo com que o país apoiasse os aliados europeus imperialistas. Nesse sentido, parece correto creditar à política externa soviética o impulso preponderante para a descolonização ocorrida no período (Fernandes, 2017, p. 9-10).

última guerra hegemônica. O país, durante a Segunda Guerra Mundial, acantonou milhares de soldados aliados e teve de enfrentar a guerra naval submarina em seu litoral. As Forças Armadas brasileiras atuaram nesse conflito de modo subordinado, como não poderia ser diferente. O contexto sul-americano, com pregressa solução negociada das fronteiras com os vizinhos e equilíbrio com a Argentina, poupou o país de problemas regionais. A aliança com os Estados Unidos, maior potência industrial do sistema, acabou sendo providencial. Sua política de boa vizinhança, de não ingerência e respeito à soberania dos vizinhos hemisféricos, garantiu que o envolvimento brasileiro na guerra, em conjunto com os norte-americanos, fosse feito de modo negociado e com recompensas.

A modernização/industrialização das Forças Armadas brasileiras teve grande impulso com sua participação na guerra. A aliança com os Estados Unidos tornou as forças brasileiras as mais poderosas da América do Sul. Esse impulso, porém, teve curta duração e efeitos deletérios a médio prazo em instituições militares ainda pré-modernas. A adoção de padrões estrangeiros sem reflexão, corporificada na tradução de manuais militares e aquisição de material bélico barato, ainda que defasado, aprofundou a subordinação. Por algumas décadas as forças armadas nacionais acostumaram-se a esse papel e tiveram dificuldade de refletir, de modo autônomo, as necessidades estratégicas e doutrinárias do país. Esse ponto, contudo, foge do escopo do presente texto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial* – história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão Desfeita: a 'aliança especial Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*, v. 48, n. 1, 2005.

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro de A natureza das guerras coloniais: imperialismo, racismo e guerras. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Schurster Sousa. *Por que a Guerra? Das batalhas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BOOT, Max. *War Made New: technology, warfare and the course of history - 1500 to today*. New York: Gotham Books, 2006.

BURNS, Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

CREVELD, Martin Van. *Fighting Power: German and U.S. Army performance, 1939-1945*. Westport, CT: Greenwood Press, 1982.

CREVELD, Martin Van. "Through a Glass, Darkly". *Naval War College Review*, v. 53, n. 4, 2000.

FERNANDES, Luis. *A Revolução Bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2017.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não Acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira*. Londrina: EDUEL, 2012.

FERREIRA JR, Alcemar "Uma Visceral Rebeldia: isenções e clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944)" In:

SANTOS, Cláudia R. Andrade dos *et al.* *Estudos: Volume II*. Curitiba: Série Grupo de Pesquisa – LEPH, 2007.

GILPIN, Robert “The Theory of Hegemonic War” in ROTBERG, Robert & RABB, Theodore (org). *The Origin and Prevention of Majors Wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Shuster, 1994.

MCCANN Jr, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NETO, Carlos F. P. “Fuzis Mauser no Brasil e as Espingardas da Fábrica de Itajubá” in <https://armasonline.org/armas-on-line/as-espingardas-da-fabrica-de-itajuba/> Acesso em: 3 out. 2019.

PARET, Peter “Clausewitz” in Peter Paret (org.) *Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 1*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SUMMERS Jr., Harry G. *On Strategy: a critical analysis on the Vietnam War*. New York: Random House, 1995.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira “A Evolução Tecnológica no Setor Naval na Segunda Metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil” in *Revista Marítima Brasileira*, v. 138 - suplemento, 2018.

ZAKARIA, Fareed. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America’s World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZIRKER, Daniel “Brasil e Nova Zelândia na Segunda Guerra Mundial” in *Tensões Mundiais*, v. 6, n.º 10, 2010.

Seção III – O FENÔMENO DA GUERRA: estudos sobre seus fundamentos

DIGRESSÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DA GUERRA

Darc Costa¹

1 INTRODUÇÃO

O senso dominante, construído por Clausewitz (1979), e com o qual concordamos, é o de ser a guerra uma extensão da atividade política. Poder-se-ia dizer, então, que a guerra se fundamenta na política. Mas nos recusamos a ficar nessa solução simples. Preferimos a oportunidade deste texto para refletir um pouco mais.

É evidente que a violência coletiva humana habita a nossa natureza e o nosso relacionamento social. Na natureza humana e no relacionamento social há lugar tanto para a disputa, o conflito e a agressão, quanto para o acordo, a cooperação e a fraternidade. O fato é que os seres humanos são dotados de dois atributos: razão e vontade. Estes os distinguem de tudo circundante e os leva a sempre buscarem estabelecer relações de dominação, sejam deles com a natureza, sejam deles com outros seres humanos. Comunidades sejam elas nações, etnias, raças, religiões etc., ao se afirmarem, buscam dominar e então conflitam. Poderíamos dizer, então, que a guerra se fundamenta nas relações coletivas de dominação. Estaríamos, também, diante de uma solução simples. Mas, novamente, recusamos a ficar nessa outra solução simples, pois sabemos que problemas complexos não apresentam solução simples. Todos os senhores sabem que os fundamentos da guerra requerem soluções complexas.

1 Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), foi Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Professor dos cursos de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Complexas, pois a guerra não é mais, como era na época de Clausewitz, um conflito sangrento envolvendo agrupamentos humanos. A outra conceituação da guerra de Clausewitz seria mais adequada aos tempos de hoje: “*A guerra é um ato de violência física destinada a forçar o adversário a executar a nossa vontade*” (1979). Isso se dessa definição retirássemos a adjetivação da “vontade”, já que, hoje, um ato de violência nem sempre é de natureza física.

Assim como a primeira definição está hoje contestada, pois a guerra já não é vista como, necessariamente, a continuidade da política, a segunda definição é passível de ser negada, pois a guerra não ocorre mais só pelo emprego da força física. Tudo isso só reforça a tese correta de que a guerra e seus fundamentos comportam tal complexidade, desde tempos imemoriais, que nem o seu maior teórico no Ocidente foi capaz de solucioná-la.

A única afirmativa que se coloca de pé ao se abordar a guerra é que ela não é feita pela guerra e sim pela paz, na verdade pela imposição de uma paz da conveniência do vencedor.

Se formos à literatura, veremos que ali está presente a complexidade dos fundamentos da guerra, pois lá é atribuído à guerra e aos seus fundamentos múltiplas razões e consequências tais como: o evolucionismo e a seleção da espécie humana; a compatibilização do crescimento demográfico com a oferta de fatores; a afirmação ou o dismantelar de etnias e culturas; a valorização ou a destruição de valores éticos ou morais etc.

As razões das ocorrências das guerras são os choques de vontades coletivas. Olhando os literatos, desde a Antiguidade até os dias de hoje, concluímos que esses choques são de três naturezas: os interesses materiais, a afirmação de identidades e/ou ideologias e as manifestações de irracionalidade. Estes choques, porém, não são os fundamentos. Os fundamentos antecedem estes choques.

A época que estamos vivendo me leva a estender o conceito de guerra admitindo a permanente inexistência da paz. Algo que racionalmente admito. Não existe a paz, o que existe é a não guerra. Mas não o faremos nesta exposição, aqui nos ateremos à guerra. A destruição programada. A guerra é algo que está, não só em contradição com a não guerra. Ela está muito mais próxima de nós do que muitos imaginam.

2 A GUERRA

Para tanto, observamos que, na teoria política, o conceito da guerra, da destruição programada, da violência irrestrita, já estava presente no berço do Ocidente. Seja na nossa origem hebraica, pelas suas inúmeras menções em passagens bíblicas, seja na nossa origem grega, pelos seus tratos na mitologia, na filosofia e na história da Antiga Grécia.

O maior poema épico da Antiga Grécia, a *Ilíada* (2013)², trata mitologicamente de uma guerra feita pelos gregos contra Tróia, a mais poderosa e rica das cidades da costa da Ásia Menor, detentora de uma fértil planície e posta no estreito de Dardanelos, que liga o Mar Negro ao mar Egeu. Textos gregos e latinos que interpretam a obra atribuem vários possíveis fundamentos a essa guerra. Alguns textos fundamentam a guerra como o resultado da disputa de três deusas - Afrodite, Hera e Atena - induzidas por Zeus a participarem de um concurso de beleza, que teria como seu juiz Paris. Este, subornado, escolheu Afrodite. Esses textos, então, colocam o fundamento da guerra na decisão conhecida como A Sentença de Paris. Outros na decisão estratégica do pai de Helena, Tíndaro, que sabendo que sua filha, a mulher mais bonita do mundo, era desejada por todos os príncipes gregos e temendo que todos se voltassem contra ele e o seu futuro genro, fez com que todos jurassem proteger o casamento de sua filha Helena com o eleito, no caso Menelau. Outros atribuem a guerra ao rapto por Paris da rainha Helena. Paris a seduziu, ungido por Afrodite, ela já casada com Menelau. Outros fundamentam as razões da guerra no amor dos dois, Helena e Paris. Outros em um crime hediondo praticado por Paris, ao romper com os laços de confiança que une um hospedeiro ao seu convidado, algo inimaginável na Grécia Antiga. Outro ainda, algo que agora nos fala mais próximo, na rivalidade histórica, com raízes civilizacionais, que opunha os gregos aos troianos, ou seja, o Ocidente ao Oriente.

2 Livro cuja autoria, contestada, é atribuída a Homero, escrito por volta de fins do século VIII ou início do século VII. Muitos professam que tanto *Ilíada* quanto *Odisseia* seriam histórias compiladas pelo escriba. Muitas cidades gregas reivindicam a naturalidade de Homero, mas sobre a vida desse cidadão poucas informações chegaram até nossos dias.

Neste texto mitológico, fruto de linguagem oral, reflexo de mitos fundadores, já estava presente a complexidade já mencionada para a definição de quais são os fundamentos da guerra. Mesmo sabendo ser a Guerra de Tróia um relato contraditório, ficcional e desprovido de maiores constatações demonstraremos, de forma provocativa, como é difícil e complexo falar sobre os fundamentos da guerra.

Complexidade essa que se mantém na passagem da mitologia para filosofia e desta para a ciência política e para as próprias histórias e historiografia.

A antiga filosofia grega foi levada – pela crise social presente no fim do sexto século antes de Cristo em toda a Grécia – a refletir sobre a sua sociedade.

Protágoras justificava a existência da comunidade pelas razões de insegurança, o que levava a que os homens se unissem e pactuassem entre si buscando a sua mútua e coletiva proteção.

Platão, que o sucedeu, apresenta uma visão mais elaborada na sua obra *República*:

A sociedade é um conjunto de indivíduos que têm a vantagem de viver em conjunto, dado que isto lhes permite dividirem as tarefas entre si e se especializarem em uma atividade. Dessa forma surgem variados ofícios, depois o comércio interno e externo. [...] O gosto do luxo se desenvolve assim como os meios do satisfazer, o que leva à guerra contra as cidades vizinhas. (Platão, 1973).

Dessa forma o que, para Protágoras, eram razões de segurança em uma sociedade, apresenta-se, para Platão, como razões de insegurança para outras sociedades.

Platão (1973) vai ainda além, com os seus diálogos na *República*, mostrando, pela boca de Sócrates, que tanto a riqueza como a pobreza eram perversas, a riqueza conduzindo os homens ao luxo e à preguiça e a pobreza à maldade e à baixaza. Concentração de riquezas colocava uma sociedade em perigo, seja por despertar cisões internas, seja por

atrair a cobiça estrangeira. Portanto, para Platão, uma cidade tinha sua dimensão ideal que era, para Platão (1973): “*Até onde pudesse aumentar permanecendo unida*” já que “Uma cidade dividida são muitas cidades, inimigas umas das outras, portanto, expostas às atribulações da guerra”.

Platão (1973), ainda usando Sócrates, diz que a guerra ainda apresentava fundamentos numa superioridade étnica, travestida por uma superioridade intelectual, resultante do fato que os gregos tinham o gosto do saber e outros povos, como os egípcios e os fenícios, tinham o amor às riquezas, isto uma virtude menor, até mesmo um sério defeito. Falando, ainda, por Sócrates, Platão assegurava a identidade grega ao colocar: “Afirmo que a raça helênica é a mesma família de origem, e a dos bárbaros é de família estrangeira e alheia.”

Vem daí a distinção que apresenta entre a discórdia civil e a guerra, sendo a primeira o confronto entre o que é nacional e aparentado, enquanto que a guerra era a luta contra os estrangeiros. Para Platão (1973), ao término da discórdia dever-se-ia buscar a reconciliação, enquanto que na guerra o vitorioso teria tudo a si permitido devido à prova, pela sua derrota, da alma inferior dos oponentes.

Aristóteles (1987) correlaciona de forma direta a guerra com os interesses pecuniários, considerando ser a guerra um meio natural de se adquirir bens materiais. Considerava também que a guerra deveria ser feita “contra homens que nasceram para obedecer, mas que se recusam a fazê-lo.” Foi além, fundamentando a guerra com a necessidade da escravidão. Portanto, a filosofia grega deu a sua ciência política a ideia de que os homens não faziam a guerra obedecendo aos desejos dos deuses, mas sim pela posse de bens materiais.

Já os formuladores da teologia cristã como Santo Agostinho, apoiado em Platão, São Tomás de Aquino, em Aristóteles (1987) - apesar do preceito bíblico do “Não Matarás - aceitam as guerras como algo inerente à condição humana”.

Santo Agostinho (2002), analisando os fundamentos das guerras que levaram os bárbaros a demolirem o Império Romano, coloca-os como resultantes da ambição, da discórdia, da avareza e de outros males que nascem com a prosperidade. Ele via a sociedade *como A*

Multidão em Concórdia e as guerras como consequência do pecado original.

Já com a emergência dos Estados Nacionais, um pensador, Maquiavel, que refuta o dever ser e busca analisar o que é, bate de frente com a teologia cristã, que havia construído toda uma justificativa moral que fundamentava as guerras sob o manto das guerras justas, ao apresentar o que chamou de *Verità Effetualle*, onde demonstrou de forma crua que era o interesse material o que disponibilizava o homem para a guerra. Foi Maquiavel o primeiro pensador a tratar de forma explícita que o poder político decorria do poder militar, ao colocar que os fundamentos dos Estados são as boas leis e as boas armas.

Um século depois de Maquiavel, Hobbes (1974) relativiza o conceito de justiça herdado da Antiguidade, e encara o Estado como fruto da razão e das vontades, e coloca como principal fundamento da guerra a discórdia motivada pela busca de benefícios e propõe o poder absoluto como a única alternativa contra a guerra permanente e a contínua instabilidade.

No caminho inverso a Hobbes (1974), outro pensador político, Locke, partindo da ideia de que a sociedade é naturalmente um conjunto harmonioso, composto por homens livres e iguais, movidos pelo amor mútuo e submetidos exclusivamente a sua própria razão, coloca-se como primeiro mentor do liberalismo, afirmando, contudo, a estreita vinculação da guerra com o interesse material dos homens. Destacou o interesse econômico como o maior motivo para a eliminação dos semelhantes. Mas, a liberdade propugnada por Locke obrigava, antes de tudo, o respeito à propriedade privada. O atentado à propriedade, à liberdade, à saúde ou aos bens de outros membros da sociedade deveria ser punido até mesmo com a vida. Locke inaugurou no pensamento político uma etapa em que o poder se vinculou mais claramente aos interesses mercantis.

De Locke para cá a industrialização, os novos meios de comunicação e de transportes, a ciência da logística trouxeram uma nova estrutura para as guerras que nos levaram a guerra total e a totalização deste fenômeno o que implicou no seu envolvimento de toda a comunidade, penalizando a sociedade civil. Mas isto não alterou como os pensadores políticos colocam os fundamentos da

guerra. O fazem como eu já havia colocado para os literatos: nos interesses materiais, na afirmação de identidades ou ideologias, ou na irracionalidade do gênero humano. Mas me recuso, de novo, a ficar por aí, pois, como já disse, isto explica os choques não seus fundamentos.

Saímos agora da ciência política e buscamos as fontes presentes nas histórias e na historiografia, desde a Antiguidade. Começamos vendo a Guerra do Peloponeso narrada por Tucídides. Lemos também sobre a Segunda Guerra Púnica contada por Tito Lívio. Não faremos maiores referências a Heródoto, a quem o tribuno romano Cícero chamava de Pai da História e que, na sua obra História, relata os confrontos entre os gregos e os persas. Vamos centrar-nos na obra de Tucídides, e o façamos pois vemos que em sua obra ele busca as razões de ordem prática que levaram ao conflito entre Esparta e Atenas. Ao buscar essas razões Tucídides justifica essa procura para lhe dar utilidade, ao dizer que sua obra é: “Voltada para aqueles que pretendem ter uma compreensão clara dos fatos do passado como daqueles fatos, que no futuro, segundo toda a probabilidade humana, voltariam a ocorrer de forma igual ou semelhante.”

Por isso, Tucídides na historiografia é incontornável para aqueles que buscam explicar os fundamentos da guerra. Ao buscar as razões da guerra, tornou-se o primeiro historiador com preocupações científicas. Tornou-se incontornável, também, nas ciências militares, nas ciências sociais, nas ciências políticas e no estudo das relações internacionais. É de Tucídides a ideia de que não basta apenas conhecer a narrativa, mas é necessário compreendê-la, de que se deve mirar a história no particular e buscar transpô-la para o universal, presenças que estruturam a história moderna.

Olhar as guerras modernas, os seus fundamentos, levou-nos a retomar a tradição e os ensinamentos de Tucídides. O que importa quando se busca os fundamentos não é narrar a guerra, é entender a guerra. Isto explica por que depois do término da Segunda Grande Guerra houve uma clara vitória dos historiadores da escola de Tucídides sobre a corrente estética.

Até meados do século XX, o estudo dos fundamentos da guerra, no campo histórico, estava preso a iniciativas isoladas. A mutação

advinda da prevalência da escola de Tucídides, contudo, ainda manteve, muitas vezes, o historiador consumindo os fundamentos na narração e na explicação da Segunda Grande Guerra, menosprezando o preparo da guerra, aquilo que vem antes, e as consequências, aquilo que vem depois.

Hoje, está claro que a política externa da Alemanha entre 1933 e 1939 não foi bem aquela que nos foi apresentada logo após a derrota do nazismo em 1945, assim como a narrativa da revolução bolchevique e da política externa da União Soviética logo após a derrota que sofreu frente aos Estados Unidos da América do Norte (EUA), na Guerra Fria, em 1989. Isto porque, numa análise a posteriori de uma guerra, além de se fazer prevalente a narrativa do vencedor, existe o pecado cometido pelo historiador de sempre procurar o fundamento da guerra ou no seu desenvolvimento ou no seu desenlace.

Mas, ainda assim, nem tudo é toldado na análise dos fundamentos pela manipulação política ideológica. Ela teve seu início em um grau inusitado quando os bolcheviques, procurando solucionar a derrota da Rússia perante os Impérios Centrais, proclamaram o princípio de uma paz, sem vencedores e vencidos, sem reparações e anexações, o fazendo acompanhado pela divulgação de uma enorme quantidade de documentos diplomáticos onde apresentavam a culpa da Primeira Grande Guerra aos aliados. Nisto revelou-se também a partilha territorial, previamente acordada antes do fim da guerra, que os aliados fariam dos Impérios Centrais. Os estadunidenses revidaram a ofensiva dos bolcheviques com os fundamentos da guerra postos de forma tal que a culpa recaísse sobre os Impérios Centrais e, para tanto, também apresentaram documentos diplomáticos. Versalhes retrata tanto os argumentos dos bolcheviques, olhando-se a apropriação dos despojos da guerra, como os argumentos dos norte-americanos, apresentando um plano de paz irrealista. Isto levou a Alemanha a franquear seus documentos de política externa de forma a se preservar, em especial junto à sua opinião pública. Mas influenciou também a opinião pública europeia, o que acabou conduzindo a que os britânicos, os franceses e os italianos abrissem seus arquivos diplomáticos.

Dessa forma os estudiosos da guerra e os historiadores tiveram, como nunca, a oportunidade de acessar um material que

lhes permitissem debater e discutir do ponto de vista político e até ideológico os fundamentos da Primeira Grande Guerra Mundial. E a conclusão que foi alcançada é que os fundamentos desta guerra não estavam na condução política prévia dos beligerantes, mas sim nas suas próprias sociedades.

Mais recentemente, isto é, a partir da década dos sessenta do século XX, a análise histórica dos fundamentos da guerra teve um novo desenvolvimento, sobretudo no viés acadêmico anglo-saxão, por razões ideológicas e político-militares. O que causou tudo isto foi a intervenção norte-americana, pós Segunda Grande Guerra, no Vietnam.

A partir de então, os fundamentos da guerra passam a ser procurados, por uma corrente de pensadores, nos contatos havidos entre os Ministérios de Relações Exteriores, entre os diplomatas, agentes etc. Esta nova perspectiva personalista tornou-se, evidentemente, reducionista, e, incapaz, portanto, de analisar os verdadeiros fundamentos daquela guerra. Essa nossa opinião, baseia-se no fato de que esta corrente pretende ir além da história diplomática no seu sentido estrito, pretende estudar o que vem a ser a política por outros meios, aquilo de que já falava Clausewitz, pois entendemos que à política externa se agregam muitos outros fatores que são pouco, ou nada, políticos.

Entretanto, nesta mesma época, outra corrente procurou construir estudos que incluíam na análise dos fundamentos da guerra as pressões de natureza econômica, a opinião pública, ou as outras condicionantes que levassem os governos a optarem pela guerra. Estes estudos são um retorno a Tucídides, pois o analista se volta ao passado pelo simples fato que este é o único ponto de apoio que ele possui, o único que lhe resta. Todavia, sabemos que a racionalização da história é falha, já que ela não correlaciona o fato com o princípio. As analogias entre o passado e o presente são inúteis, na maior parte das vezes, porque fatos passados não trazem leis gerais. Não se pode atribuir à história uma natureza científica. Ela compõe o saber como tantas áreas do conhecimento humano. Não nos parece algo sério e proveitoso, ao se estudar historicamente os fundamentos da guerra e dar a este estudo um caráter científico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas estamos para concluir esta exposição, e estamos mais uma vez sem resposta, refugiamo-nos, outra vez, em Tucídides que, ao enumerar as razões da Guerra do Peloponeso, as condensou numa competição pelo poder, e afirmou que por trás desta pugna estavam a “honra, o interesse e o medo”. Razões que fazem ainda todo o sentido, mesmo nos tempos modernos, se considerarmos serem a honra, hoje, a consideração, a deferência, o respeito, a estima e a justiça. Poder e honra caminham juntos. Se o poder cresce, também cresce a consideração, a deferência etc., sendo que o inverso também acontece. Se um Estado perde a vontade de usar seu poder material, perde também a consideração e a deferência que recebe dos demais Estados.

Chegamos agora perto, com estes três pilares: a honra, os interesses e o medo, aos fundamentos da guerra. Digamos perto, pois qualquer sociedade é composta por uma miríade de ideias particulares e de vontades individuais, sendo que as honras, os interesses e os medos de uns não são as honras, os interesses e os medos dos outros, e que ainda tudo isto modifica-se com o correr do tempo. Então o que importa é que num dado instante a honra, o interesse e o medo prevalentes justifiquem para uma sociedade a escolha da guerra.

Entendemos, portanto, o porquê de os analistas que buscam os fundamentos de uma guerra o fazerem, de forma correta, pelas generalizações e nas prevalências, e não pelos particularismos e pelas singularidades, pois sabem que só conseguem compreender a moldura, pois na tela lhes passa um filme do qual a guerra é só uma parte.

Pretender explicar os fundamentos da guerra é como aspirar explicar a natureza humana, ou seja, o seu explicar é o melhor caminho para nada explicar.

Ao terminar, ficamos com o dramaturgo Bertold Brecht que disse que a guerra é como o amor, ela sempre encontra um caminho.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Sto. *A cidade de Deus*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ASHCRAFT, Richard. *Locke's Two Treatises of Government*. Boston: Unwin Hyman, 1987.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CORVESIER, André. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

GRAHAM, DW, *The Texts of Early Greek Philosophy: the complete fragments and selected testimonies of the major presocratics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Frederico Lourenço. United Kingdom: Pinguim; São Paulo: Companhia de Letras, 2013.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. *Manual esquemático de história da filosofia*. São Paulo: LTR, 1997.

PLATÃO. *República*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

BASES FILOSÓFICAS DE UMA EPISTEMOLOGIA DA GUERRA

Danilo Marcondes Filho³

Um dia de paz é uma folha em branco na história da humanidade.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

1 INTRODUÇÃO

É preciso em primeiro lugar nos perguntarmos sobre o que entendemos por esses conceitos, guerra, conflito, paz e sobre a oposição, ou mesmo, a dicotomia que tendemos a formular entre guerra e conflito, por um lado, e paz por outro⁴.

Começo então por propor inicialmente uma análise conceitual muito básica, na linha daquilo que entendemos em filosofia como o “trabalho do conceito”. São, estes acima, conceitos com múltiplos significados e sujeitos a diversas interpretações, por vezes até opostas.

2 SOBRE OS CONCEITOS DE GUERRA E DE PAZ

É relevante notar nesse sentido que nossa tradição literária, a chamada “tradição clássica”, é inaugurada por um poema épico que celebra uma guerra e a destruição de uma cidade, a *Ilíada*.

Mas, a *Ilíada*, cujo cenário é a guerra de Tróia, baseado em um episódio histórico efetivamente ocorrido provavelmente na Idade do Bronze, tem como origem o relato das relações conflituosas entre os povos que habitavam a Grécia e os reinos da Ásia menor, nesse período. Para a cultura grega a *Ilíada* representa mais do que uma guerra, mas sobretudo o conflito como momento de teste das virtudes – *aretai* –

3 Professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal Fluminense. Graduado e mestre em Filosofia pela PUC-RJ. Doutor em Filosofia pela University of St Andrews, Reino Unido.

4 Ver Marcondes. “Pólemos vs Eirene”, em Agostini, L (org.). Petrópolis: Vozes, 2017. Contato: danilousouzafileho@gmail.com.

principalmente a suprema virtude – *andrea* – a coragem, sem a qual as demais sequer poderiam ser exercidas. Desta forma tem uma grande importância pedagógica no contexto do que é ainda uma sociedade de guerreiros.

Com base nessas considerações iniciais e aprofundando nossa análise filosófica gostaria de extrair disso quatro lições fundamentais. Três atribuindo de alguma forma um sentido positivo à guerra e uma atribuindo um sentido negativo.

2.1 PRINCIPAL REFERÊNCIA FILOSÓFICA: Pré-Socráticos

A principal referência filosófica quanto a esses conceitos no pensamento dos chamados “primeiros filósofos” gregos (também ditos “pré-socráticos”) se encontra em Heráclito de Éfeso (c. 500 a.C.)⁵.

No fragmento 53, encontramos a famosa afirmação “*pólemos páter panton*”, ou seja, a guerra é pai de todas as coisas. Segundo a dialética de Heráclito, *pólemos* é a imagem do movimento e da mudança de uma coisa em outra, por exemplo, o calor e o frio, o dia e a noite, a vida e a morte (fragmentos 30/31), indicando a impossibilidade nesses pares de opostos de entender um sem o outro. É a tensão entre os opostos que produz o próprio equilíbrio na natureza. De modo um tanto inesperado, Heráclito vê o conflito associado à justiça (*dyké*), entendida aí em seu sentido literal (do verbo *deiknymi*) como caminho ou curso natural das coisas (fr.80).

Portanto, na dialética da natureza de Heráclito, que inspirou Hegel e mais indiretamente até mesmo Marx e Engels o conflito é o motor da mudança e leva à integração dos opostos e à superação da oposição. A natureza está sempre em movimento (*kýnesis*) e se constitui pela diferença (*hetera*). Podemos ver nesse sentido o caráter positivo do conflito, embora a rigor para Heráclito não se trate nem de positivo, nem de negativo, porque quase sempre os dois lados estão presentes. No exemplo do fragmento 58, o bisturi poder ser mau porque causa dor, mas bom porque promove a cura. Mas, não se trata propriamente aí de

⁵ Ver BARNES, J. The Presocratic Philosophers, London and New York: Routledge, 1997.

conflito enquanto combate entre os homens (*maché*), nem do conflito que vivem os personagens trágicos no teatro grego (*ágon*).

A lição de Heráclito parece ser que o conflito na natureza, no que tem de transformador e não apenas de destruidor, talvez não possa ser eliminado, pois resulta das diferenças (*heterai*) que em convivência produzem atrito, mas levam ao equilíbrio: o Cosmo. O conflito é assim condição de harmonia (fr.54), não deve e nem mesmo pode ser eliminado.

2.2 SEGUNDA LIÇÃO: São Tomás de Aquino

A segunda lição encontramos em São Tomás de Aquino (1225-1274) e nos levará à formulação da proposta indicada inicialmente.

Proponho o exame de dois textos da *Summa Theologiae* (1266-1274), que se complementam em relação a nossos conceitos.

O primeiro é a questão 40, *De bello*, da IIa.IIa., sobretudo o artigo 1 que trata do famoso conceito de “guerra justa” e contribui para repensarmos a dicotomia entre por um lado, guerra como algo sempre negativo e indesejável, e por outro, paz como algo sempre positivo e desejável. Esse conceito nos permite matizar o conceito de guerra, admitindo que em casos não excludentes como guerras contra um tirano, guerras defensivas e guerras de independência, podem ser consideradas justas.

São Tomás estabelece algumas condições para se considerar uma guerra como justa. Uma delas é o mérito ou a intenção, que deveria ser sempre alcançar a paz e nesse sentido a guerra não se opõe à paz, mas pode ser uma via para obtê-la. Outra é a autoridade (*auctoritas*), ou legitimidade daquele que decreta a guerra. Nesse sentido, a guerra civil, o que nos remete ao contexto de Montaigne e às guerras religiosas na França, dificilmente pode ser uma guerra justa porque falha quanto ao critério de *auctoritas*, representa exatamente uma ruptura na autoridade e, portanto, à ausência de uma autoridade reconhecida ou aceita.

O segundo, complementar ao primeiro, embora nem sempre essa aproximação seja feita, é a questão 62, também da IIa.IIa., intitulada *De restitutione*. “*Restitutione*” se traduz melhor em

português por “reparação”, “compensação”, alguma forma de justiça comutativa. A paz não significa apenas ausência ou cessação de conflito, porque a simples interrupção das hostilidades não quer dizer que a paz tenha sido efetivamente alcançada. Mesmo a concórdia que indicamos acima como uma alternativa mais igualitária para a tolerância, deve supor algum tipo de conciliação. Mas, a conciliação, por sua vez, só se dá efetivamente sob certas condições, dentre elas a mais central parece ser a “reparação”. “Reparação” não deve ser entendida aqui em um sentido material, por exemplo, como os pesados tributos que na Antiguidade os vencidos pagavam aos vencedores. Nem no sentido do praticado contemporaneamente, por exemplo, no Tratado de Versailles, ao final da Primeira Guerra Mundial e que impôs à Alemanha derrotada condições de tal maneira restritivas que foram vistas como causas diretas da crise política que levou à Segunda Guerra Mundial.

“Restitutio” no sentido moral deve ser entendido como reconhecimento, como reparação no sentido de restituição de equilíbrio, pré-condição da concórdia. “Reconciliação”, no sentido próximo ao grego “diallage”, significa então, uma efetiva mudança de posição, única forma de se supor a possibilidade de restauração do equilíbrio tal como encontramos já na dialética de Heráclito, citada na parte I.

2.3 A TERCEIRA LIÇÃO: Michel de Montaigne

A terceira lição nos leva a um passo adiante de um ponto de vista histórico, buscando na Modernidade em seu início um exemplo de um terceiro elemento interveniente entre paz e guerra, ou conflito.

Nossa referência principal nesse contexto é Michel de Montaigne (1533-1592), o autor de uma obra ímpar, os *Essais* (1580). Montaigne é um pensador do contexto da guerra civil na França do século XVI, das guerras religiosas que duraram várias décadas⁶. Devemos pensar a guerra civil como grande exemplo de conflito

6 El Kenz, D. “La naissance de la tolérance au 16^{ème} siècle, l’invention du “massacre”, Sens Public, Revue Web, université de Montréal, 2006. Disponível em: <http://www.sens-public.org/spip.php?article340&lang=fr> Acesso em: 02 set. 2015.

no interior de uma sociedade, de ruptura interna, e nesse sentido, pode ser considerada a mais terrível das guerras, a guerra fratricida. Montaigne está nesse contexto associado a uma noção central, a tolerância, que se opõe em sua discussão à crueldade e à violência (ver *Essais*, II, xi, *De la cruauté*, e xix, *De la liberté de conscience*)⁷.

Montaigne, um homem de letras de grande influência na França do século XVI, foi um mentor da rainha Marguerite de Valois, esposa de Henrique IV e teria nesse sentido influenciado o edito de Nantes promulgado em 1598 por este rei, já após a morte de Montaigne. O edito de Nantes, o chamado “edito da tolerância”, pacificou a França e permitiu o fim da guerra civil. É um dos primeiros grandes exemplos de tolerância religiosa em meio as guerras entre católicas e protestantes nesta época. O edito de Nantes foi revogado em 1685 por Luís XIV pelo edito de Fontainebleau, levando ao ressurgimento da violência.

Mas, gostaria de explorar um pouco mais esse conceito de tolerância, que terá um pouco depois em Locke um de seus principais formuladores na *Letter concerning tolerance* de 1689. Enquanto para Montaigne trata-se sobretudo de uma questão moral, para Locke o problema é essencialmente político.

Há um problema com a tolerância se a entendemos como uma concessão, um ato de poder que aceita de forma limitada posições divergentes, talvez porque não o ameacem mais. A tolerância parecer ser assim nesse sentido algo que o superior concede ao inferior, que a maioria concede à minoria, sem que isso efetivamente afete as relações de poder existentes.

A posição de Montaigne é oposta a essa e propõe que a tolerância seja entendida agora não só em um sentido moral, mas em um sentido político como o fim da guerra civil através da *concordia*, um conceito originário da Roma antiga, significando, entendimento, convivência, não como a paz de Augusto a que nos referimos acima, que consiste na eliminação dos adversários, nem como a tolerância como concessão aos adversários, mas como efetivamente convivência entre diferentes, como respeito mútuo, reconhecimento, e reconciliação como condição para a paz. Essa a lição de Montaigne.

7 Montaigne, M. *Essais*, Paris: Arléa, 2002.

2.4 A QUARTA LIÇÃO: Santo Agostinho

A quarta lição que proponho extrair se encontra em um dos textos mais famosos e influentes de nossa tradição. Agostinho é, pode-se dizer, o primeiro filósofo da história. É na *Cidade de Deus* que encontramos o desenvolvimento dessa filosofia da história, que tem seu início com a interpretação de um acontecimento marcante, pretendendo extrair dele um significado e uma lição⁸.

Trata-se da invasão e saque de Roma pelo chefe visigodo Alarico em agosto de 410. Esse episódio de forte impacto no império foi marcante não só pela extrema violência do que aconteceu, mas pelo seu caráter simbólico, quase uma alegoria do fim dos tempos. A cidade mais importante do império, do mundo ocidental mesmo, havia caído na mão dos bárbaros, o que parecia um retrocesso incompreensível exatamente no momento em que o império havia se tornado oficialmente cristão (em 390 com o edito de Teodósio). É esse aparente “retrocesso” que desafia a interpretação, que Agostinho se propõe a entender, rejeitando a visão então corrente de que o império havia se enfraquecido por haver se tornado cristão.

Constrói então uma interpretação à luz do Cristianismo que consiste não só em uma leitura do fato histórico, dentro de seu contexto mais amplo, mas na explicitação de que deve haver uma lógica interna da história e que essa lógica consiste precisamente em um processo dialético.

Portanto Agostinho não apenas formula uma filosofia da história, mas uma filosofia dialética da história, em que a noção de tempo histórico se contrasta diretamente com o tempo subjetivo das *Confissões* – o tempo da experiência e em última análise, da memória. Mas, em um sentido mais profundo a experiência e a memória estão sempre inevitavelmente situadas historicamente.

O que Agostinho propõe é que para entendermos um episódio histórico, como o saque de Roma, devemos então compreendê-lo como parte de um processo mais amplo, em que os eventos históricos

8 Retomo aqui uma análise apresentada em versão anterior em Marcondes, “Tempo e história em Santo Agostinho”, em *Cadernos de Psicanálise*, 40, 2019.

não se sucedem apenas aleatoriamente, mas resultam de um processo dialético. E que processo seria esse? Agostinho parte dos avanços e retrocesso do que considera a “história” a partir da narrativa bíblica tal como apresentada sobretudo nos livros do Pentateuco e dos Profetas. O início de tudo é o próprio ato de criação, o princípio, o ato inaugural, concepção que não encontramos na tradição grega em que a realidade, o universo, o cosmos são eternos, não criados. A criação é ela própria não só um ato da onipotência divina, portanto um ato de poder, de suprema realização, mas principalmente da bondade divina, “Deus contemplou toda a sua obra e viu que tudo era bom” (*Gênesis*, 1:31). O ato da criação de Adão e Eva é o início da aliança entre Deus e o homem. Mas, a rigor o Éden é atemporal e, portanto, a-histórico. O processo histórico só começa verdadeiramente com a expulsão de Adão e Eva do Éden (*Gênesis* 3:17-18), o que marca a primeira ruptura entre Deus e o homem, porque dado o livre-arbítrio, Adão o emprega em desafio a Deus, a manifestação da liberdade é sempre de oposição a quem a concede, caso contrário não seria autêntica. O homem dá então as costas a Deus e segue sua marcha com a marca do pecado original. A ruptura é fundamental para que a unidade originária se quebre e dê origem ao movimento. A história, portanto, consiste nesse movimento do afastamento do homem de Deus e da retomada dessa aliança, de um movimento de Deus para o homem. A destruição de Sodoma e Gomorra, o Dilúvio, a Arca de Noé, que é a grande renovação da Aliança, o patriarca Abraão, o sacrifício de Isaac, o cativo do Egito, o Êxodo, a Terra Prometida, as Tábuas da Lei, o Templo de Salomão, o cativo da Babilônica, o segundo Templo, a destruição do Templo pelos romanos, todos esses episódios centrais do Antigo Testamento devem ser lidos na chave-interpretativa da ruptura com a Aliança entre Deus e o homem e da Renovação da Aliança. Essa a lição que Agostinho extrai de sua leitura das Escrituras e sua originalidade está em que toda a leitura necessita de uma chave de interpretação que explícita o sentido do processo e que possibilita situar cada episódio histórico, tal como o saque de Roma, nesse processo.

Todo evento se situa no tempo em um momento histórico e só pode realmente ser compreendido como parte de um processo, o passado, de que resulta e cuja ocorrência leva a desdobramentos

posteriores, o futuro. Nosso modo de compreensão é, segundo Agostinho, necessariamente histórico, ou os eventos ocorridos serão sem sentido, uma sucessão aleatória.

Para Agostinho, contudo, e essa talvez seja sua maior contribuição, a história consiste essencialmente em um processo dialético. Isso quer dizer que o conflito, e sua superação, são o “motor da história”, o próprio movimento que entrelaça os eventos. O conflito é, portanto, uma etapa definidora de todo o processo que não deve ser visto como contínuo, nem linear, como uma sequência, mas como uma série de oposições que resultam em transformação do mundo social. É o conflito permanente entre as “duas cidades”, a Divina e a Humana que torna inteligível essa realidade. Como o movimento tem seu ponto de partida com a Criação, esse ato fundamental imprime um sentido e uma direção ao processo e consiste no princípio básico que permite interpretá-lo e que aponta para o fim do processo, “o fim dos tempos”, a escatologia. O processo tendo sido iniciado por Deus, seu ponto final será inevitavelmente determinado pelo retorno a Deus.

Compreendemos o momento presente como consequência do passado e é isso que o torna inteligível, mas ao darmos essa interpretação ela nos indica a direção do futuro, nos permite antecipá-lo, entendê-lo e nos preparamos para ele, mas não o alterar, já que não depende inteiramente de nós. Contudo, na perspectiva cristã, a visão da fé nos possibilita ver o futuro com esperança de uma nova aliança. Essa sua mensagem aos cristãos após o saque de Roma.

A fé é a substância daquilo que esperamos, a evidência das coisas não vistas (*Hebreus 11:1*). Essa é a fé de Noé, a fé de Jó, a fé de Moisés na Terra Prometida, na renovação das Alianças. É a fé que os cristãos romanos conservar mesmo após o saque de Roma. De acordo com essa lógica da história fé e esperança se articulam na interpretação de nossa expectativa do futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez o conflito não possa e não deva mesmo ser eliminado, talvez ele seja como quer Heráclito, o motor da mudança. A paz, através da concórdia e da harmonia deve ser vista como aceitação

da divergência, da diferença, e da diversidade, da possibilidade por meio da articulação entre a concórdia e a harmonia para se buscar a necessária convivência e o equilíbrio possível o que significa precisamente o princípio chave do pluralismo político. As minorias devem ser preservadas até porque no processo político elas podem sempre vir a ser consideradas como possíveis alternativas.

Mas, além disso, que lição podemos extrair das reflexões de Agostinho sobre o tempo para nós hoje, mesmo sem seus pressupostos religiosos? A primeira é que não podemos entender o momento presente sem interpretá-lo como consequência de um processo histórico e não apenas em um sentido de circunstâncias pontuais, do que vivemos na atualidade. E devemos então entendê-lo como um processo histórico que se desenrola dialeticamente e no qual o conflito, entre valores, interesses, crenças, objetivos, é o que provoca o movimento. Apenas essa linha de interpretação nos permite entender as perspectivas de nosso futuro e nos preparar para ele, para lutarmos por ele.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2014.

AQUINO, SÃO TOMÁS. *Suma Teológica*, São Paulo: Sedes Sapientia, 1961.

BARNES, J. *The Presocratic Philosophers*. New York: Routledge, 1997.

EL KENZ, D. La naissance de la tolérance au 16^{ème} siècle, l'invention du "massacre". *Sens Public*, Revue Web, Université de Montréal, 2006. Disponível em: <http://www.sens-public.org/spip.php?article340&lang=fr> Acesso em: 2 set. 2015.

MARCONDES, D. Tempo e História em Santo Agostinho, *Cadernos de Psicanálise*, n. 40, 2019.

MARCONDES, D. *Pólemos vs Eirene*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MONTAIGNE, M. *Essais*, Paris: Arléa, 2002.

A GUERRA E A COGNIÇÃO SOCIAL PRIMATA: por que lutamos?

Daniel Barreiros¹

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução primata, em âmbito interno aos grupos sociais, o exercício da força associou-se a estratégias sociais envolvendo intrincadas ritualizações e o sutil emprego de estratégias e subterfúgios, incluindo nas ferinas disputas por *status* a formação de alianças em torno de objetivos comuns. No âmbito externo, a projeção de poder entre sociedades de grandes símios africanos também viria a superar a antediluviana tendência, frequente nos mamíferos, às disputas entre indivíduos, dando origem à novidade evolucionária consubstanciada no fenômeno da violência coalizacional. Surgiriam, então, genuínas relações sociais de poder que ultrapassavam, embora incorporassem, a mera instância interpessoal, assumindo uma dimensão coletiva e intersocietária.

É nesse sentido que a intensa sociabilidade demonstrada pelos grandes primatas antropóides sugere um interessante emaranhamento entre o social e a dinâmica evolutiva, entre a vida coletiva, com sua lógica de cooperação e conflito intra e intergrupar, e aquele domínio vitoriosamente consagrado ao indivíduo (a origem e evolução das espécies). E de forma mais específica, são traços comportamentais compartilhados entre *Pan troglodytes*² e *Homo sapiens*³ – os chimpanzés comuns e os humanos modernos

1 Graduado, mestre, doutor e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especializado em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de História do Sistema Interestatal do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

2 *Pan troglodytes* é o nome científico do chimpanzé-comum que é uma das duas espécies que vivem no continente africano, juntamente com o chimpanzé-pigmeu. Evidências de fósseis e sequenciamento de DNA mostram que essas duas espécies são os parentes vivos mais próximos dos humanos.

3 *Homo sapiens* é o termo que deriva do latim “homem sábio”, conhecido como pessoa, gente ou homem. Única espécie do gênero *Homo* ainda viva e o primata mais abundante e difundido da Terra, caracterizado pelo bipedalismo e por cérebros grandes, o que permitiu o desenvolvimento de ferramentas, culturas e linguas.

– que nos fazem sugerir que tanto a violência coalizacional quanto a projeção de poder interssocietária configuram-se como uma condição sinapomórfica ⁴, desenvolvida e transmitida no decurso evolucionário de algumas espécies da subfamília Homininae, com laços filogenéticos entre si, e que remetem pelo menos ao último ancestral comum (UAC) entre os gêneros *Pan* e *Homo*.

Assim, o desenvolvimento da violência coalizacional e da projeção de poder interssocietária teria percorrido uma senda evolucionária de, ao menos, seis milhões de anos, gerando uma identidade elusiva entre os reides promovidos por bandos de chimpanzés contra grupos vizinhos rivais nas florestas equatoriais da

4 Apomorfia é uma estrutura ou traço comportamental, de caráter inovador, manifestado em determinado táxon ou grupo de táxons. Apomorfias compartilhadas por vários táxons que apresentam um ancestral comum são chamadas de sinapomorfias, e são critério importante para a identificação de grupos monofiléticos (leia-se, grupos de táxons com ancestralidade comum). Uma plesiomorfia é uma característica primitiva, basal, compartilhada por dois ou mais táxons, e que só configura critério de agrupamento para grupos parafiléticos (sem ancestral direto comum). Quando num grupo desse tipo, parafilético, todas as espécies apresentam uma determinada característica primitiva, chamamo-la de simpliomorfia. A determinação da condição apomórfica ou plesiomórfica de um traço ou estrutura é relativa, e depende do nível taxonômico analisado. Então, ao se afirmar que comportamentos de poder complexos, envolvendo agressão, subterfúgio e uma intrincada teoria da mente, são traços sinapomórficos quem unem as espécies que compõem a subfamília Homininae, sinaliza-se que tais traços se manifestam nelas, em exclusão de todas as demais espécies que formam a família Homínidae, e que provém de ancestralidade comum. Um traço plesiomórfico seria a ausência de cauda, aspecto morfológico primitivo, compartilhado com espécies primatas fora da subfamília, e que, portanto, não confere especificidade aos táxons componentes de Homininae. Além disso, tem-se que as sinapomorfias estão presentes em duas ou mais espécies pela razão de compartilharem elas um ancestral comum. Essa, todavia, não é a única possibilidade do desenvolvimento de uma característica comum. As homoplasias consistem em desenvolvimentos morfológicos ou comportamentais convergentes entre espécies apartadas no tempo e/ou no espaço, sem ancestralidade direta comum, mas normalmente selecionados por pressões adaptativas com algum grau de semelhança. Diferenciar sinapomorfias de homoplasias nunca é tarefa fácil; nesse estudo, privilegiarei hipóteses sinapomórficas, mas consciente de que elas não são a única possibilidade explicativa na história evolucionária de que qualquer traço morfológico ou comportamental comum entre duas espécies.

África Central, os massacres que marcaram a vivência social de *H. sapiens*, durante a Última Era Glacial, e os dantescos choques entre sociedades organizadas em Estados, no curtíssimo intervalo entre o surgimento da agricultura, há aproximadamente doze mil anos, e os tempos atuais. Esse fenômeno de longuíssima duração, a filogenia da guerra, operando em um contexto inconsciente, estrutural, tencionaria e problematizaria, dialeticamente, cada episódio envolvendo o poder e a guerra em temporalidades mais curtas, sem determiná-los.

O crescimento demográfico dos grupos sociais permanentes e sua estrutura interna complexa, decorrentes do colapso dos arranjos etológicos estáveis que estabeleciam claramente uma hierarquia simples, fizeram escalar a incerteza quanto às expectativas e aos lugares de poder interpessoais. Movida pela formação das coalizões e pelo colapso do exclusivismo sexual, redes hierárquicas complexas, com vários níveis de prestígio, oportunidades de ascensão e risco de declínio, surgem nas sociedades de grandes primatas às margens de territórios florestais em retração na África. Entre oito e seis milhões de anos atrás, o ancestral comum entre homens e chimpanzés teriam demonstrado, pelas circunstâncias evolucionárias, forte disposição em despender tempo e energia nos jogos de *status* e no comportamento social em geral. A incerteza e o excesso de informação social teriam feito emergir formas de expressão gestual, de comunicação e de interação complexas, instrumentos indispensáveis para o gerenciamento de conflitos em sociedades permanentes, de grandes dimensões (Aureli *et al.*, 2008, p. 632).

A etologia política, a partir do último ancestral comum entre humanos e chimpanzés, envolveria a reafirmação cotidiana das posições de poder por meio de demonstrações somáticas, de intimidação e de violência não letal, além do *grooming*⁵ como elemento de pacificação, uma vez que a contestação às hierarquias estabelecidas seria frequente. (Wrangham; Peterson, 1996, p. 143-144). Adultos migrantes seriam

5 Grooming tem outros significados em inglês de acordo como a palavra é empregada em uma frase. Segundo o dicionário Linguee on-line, pode ser: Asseio, aliciamento, sedução e preparação.

incorporados aos grupos sociais e alocados nos escalões mais baixos da hierarquia geral, devendo conquistar prestígio nos mesmos moldes que os jovens autóctones (Nordhausen; Oliveira Filho, 2015, p. 36-38). Nesse quadro, os grandes grupos fendem-se, cotidianamente, em bandos menores e voláteis (como associações de interesses, por analogia), voltados para finalidades específicas e temporárias; essas breves alianças envolvendo forrageamento e acasalamento podem se converter em laços de cooperação duradouros entre determinados indivíduos, visando a reprodução de seu *status* social mútuo ou a voos mais ousados na hierarquia do grupo.

São os parâmetros de uma sociabilidade gregária altamente físil e de hierarquias complexas o fator responsável mais provável pelo aumento do quociente de encefalização entre dez e seis milhões de anos atrás, na linhagem que conduziria ao UAC entre humanos e chimpanzés. O crescimento do tamanho dos grupos sociais significa, nesse caso, que um número maior de novas relações precisa ser gerenciado, hierarquias relativas precisam ser compreendidas e registradas, e estratégias precisam ser montadas com a finalidade de galgar degraus na pirâmide social ou, no mínimo, manter-se onde se está. Além disso, grupos maiores geram pressão sobre os recursos naturais, de modo que maior território precisa ser conhecido e mapeado, para o que uma acrescida capacidade de memória é indispensável (Foley, 2008, p. 207-210).

2 O SURGIMENTO DA GUERRA NA LINHAGEM DE HOMENS E CHIMPANZÉS

Provavelmente, foi então que, sob pressão de uma necessária “inteligência social”, com processos neurológicos especializados e altamente dedicados, capazes de lidar com a complexidade apresentada pela formação de grupos sociais permanentes, mas altamente físseis, que a modularidade da mente primata deu seu primeiro passo. Seu desenvolvimento e suas limitações podem ter sido responsáveis pela etologia da guerra na linhagem de homens e chimpanzés.

Na psicologia evolucionária, a ontogenia da mente é entendida como a resultante de mecanismos de resposta moldados pela sele-

ção natural; nesse caso, o complexo cognitivo é formado por módulos mentais com determinados conteúdos básicos inatos (especialmente regras de aprendizado e de organização da informação), altamente seletivos quanto ao tipo de *input* sensorial que absorvem, e tendo como finalidade a resolução de problemas específicos enfrentados no âmbito do processo de especiação de um determinado táxon. Não se trata de considerarmos a mente primata apenas como um grande instrumento de inteligência geral, indistinto, holístico, com regras de aprendizado padronizadas para quaisquer domínios cognitivos; tampouco, um mecanismo de tipo “esponja”, que absorve indistintamente conteúdo através dos sentidos, e molda-se exclusivamente a partir do meio.

Ao contrário, o entendimento de que determinados problemas requereram processos mentais altamente especializados e neurologicamente concentrados leva a psicologia evolucionária a reconhecer que a aplicação de regras gerais de aprendizado à solução de desafios, com risco evolucionário, resulta em erro ou em respostas demasiado lentas, a ponto de produzir uma sinalização negativa para a persistência desse tipo de comportamento cognitivo. Uma vez exposto a pressões radicais dessa natureza, um organismo deve ser capaz de excluir, rapidamente, informações involuntariamente adquiridas pelos sentidos e que são irrelevantes ou contraproducentes na resolução de um dado problema. Se todo tipo de informação tiver de ser analisado, simultaneamente, pelos mesmos processos mentais gerais e não dedicados, uma decisão vital e eficaz pode jamais ser obtida a tempo. Ignorar o que é, evolucionariamente, irrelevante e captar, organizar e analisar a informação decisiva: assim funcionam módulos mentais especializados.

Os simiiformes⁶, e os chimpanzés em particular, dispõem de uma bem desenvolvida inteligência geral. Isso significa dizer que contam com um eficiente mecanismo de regras de aprendizado genérico, adequado para os desafios mais amplos que enfrentam.

6 Simiiformes é uma das duas infraordens que compõem a subordem de primatas haplorrinos. Esta infraordem é maior que a dos tarsiiformes, sendo composta de 9 famílias, 44 gêneros e 281 espécies.

É através dessa inteligência geral que *P. troglodytes* e, presumidamente, o UAC, foram capazes de modificar seus comportamentos a partir de experiências cotidianas, por mecanismos de tentativa e erro, aplicados à maioria esmagadora das instâncias cognitivas existentes.

No caso dos chimpanzés, isso significa que, através dessa inteligência geral, são capazes de aprender alguns símbolos humanos simples e seus significados (quando a eles ensinados exaustivamente em laboratório, nunca em habitat natural), bem como de manusear e produzir algumas ferramentas, como as varetas para a “pesca” de cupins (feitas a partir de ramos de arbustos, depois de arrancados os galhos), marretas e martelos para quebrar nozes (leia-se, duas pedras de tamanho adequado para a tarefa), e esponjas (feitas de folhas) para coletar água. Entretanto, é próprio da inteligência geral operar com soluções simples, de lento aprendizado, e seus processos gerarem erros frequentes. Ela é um instrumento de menor custo evolucionário, e pode ser eficaz em determinadas circunstâncias; suas ineficiências, contudo, podem se converter num passivo quando a precisão, a eficácia e a velocidade na tomada de decisão, bem como na análise do ambiente, se tornam questão de sobrevivência.

Então, em algum momento evolucionário, entre oito e seis milhões de anos atrás, a complexidade das relações sociais entre as populações marginais que dariam origem ao UAC e a *P. troglodytes*, provocadas pela reconfiguração dos habitats florestais, geraria uma sinalização positiva para a seleção de processos mentais especializados, e voltados, exclusivamente, para a interpretação e previsão do comportamento de terceiros, tendo como referência uma autoimagem consciente do próprio comportamento do organismo que observa (Mithen, 2002, p. 67-71; 102-111). Em outras palavras, a ruptura ambiental gerava contexto para o aprofundamento da “teoria da mente” entre chimpanzés, e acreditamos que essa condição estivesse também presente no último ancestral comum, já que nós, humanos, dela também dispomos. *H. sapiens* e *P. troglodytes* estão filogeneticamente ligados por uma inteligência social dominial e processos especializados desse tipo estão no cerne da guerra em sua dimensão etológica.

É improvável que, em algum momento, desde a divergência da linhagem que levaria ao UAC, até aquela que levaria a *P. troglodytes* (o que exclui os hominíneos), pressões evolucionárias tenham levado à modularização de uma inteligência, digamos, técnica. A produção de ferramentas líticas exige, entre outras competências, a formulação de uma imagem mental (uma hipótese, portanto) da ferramenta acabada, com base na qual o núcleo será talhado. As ações envolvidas na produção de uma ferramenta lítica não parecem ter equivalente em qualquer outro domínio comportamental dos hominíneos capazes de criá-las, não correspondendo a um subproduto acidental de atividades executadas com outras finalidades.

Em outras palavras, a tecnologia lítica envolveria, nitidamente, um conjunto de processos mentais altamente especializados, concentrados e modularizados, cuja finalidade se inicia e se esgota na própria produção de artefatos. O custo energético e evolucionário de um caminho como esse não é desprezível e, diante da seleção natural, não há espaço para desperdícios. Se as “ferramentas” empregadas por chimpanzés podem ser produzidas através de ações já associadas à alimentação (remover ramos, arrancar folhas, morder os galhos para nivelá-los), isso significaria dizer que o mecanismo pelo qual o último ancestral comum e seus herdeiros paníneos foram levados a manipular e transformar objetos físicos recorre à inteligência geral, maquinário genérico, lento e pouco sofisticado, mas já em funcionamento, sem custos adicionais. Não seria o caso de dizer que chimpanzés precisassem “inventar a roda”.

As tradições culturais que se nota entre chimpanzés de diferentes comunidades estudadas e que levam determinados grupos a socializarem a prática de caça de formigas, ou de uso de folhas para higiene pessoal, não significariam, por sua vez, a existência de um domínio mental técnico. Tratam-se, tão somente, do uso dos processos genéricos para aprendizado, por tentativa e erro, e que são replicados por observação inconsciente, que é potencializada pela vivência em grupos sociais permanentes. É consistente a ideia de que chimpanzés, quando “imitam” e “aprendem” o ato de pescar cupins praticado por algum outro membro do grupo, não têm consciência do propósito da sua ação, nem de como aplicar aquela mesma ação para outros fins.

Eles simplesmente o fazem, e recebem a recompensa na forma de proteína animal.

Da mesma forma, o ato de quebrar castanhas com pedras é, muitas vezes, aprendido depois de muitas tentativas e erros, com os praticantes batendo as pedras sem as castanhas entre elas, ou depositando castanhas sem que haja martelos para quebrá-las. A inconsciência a respeito do manejo técnico da natureza se expressa pela pouca importância que o ensino ativo representa, a despeito das nítidas vantagens evolucionárias que os membros de uma prole obteriam caso fossem instruídos, sistematicamente, pelos pais nas tarefas do uso de ferramentas. Hipóteses causais quanto ao funcionamento dos martelos e bigornas, envolvendo uma “física intuitiva”, uma noção de densidade, rigidez, força e resistência, não parecem “autoevidentes” aos chimpanzés adultos como o são para crianças humanas de dois ou três anos.

Então, é a sociabilidade que permite a transmissão “cultural” de certos procedimentos técnicos entre chimpanzés e não a emergência de uma inteligência especializada. Convém ressaltar que, em *P. troglodytes*, as tradições técnicas que existem em um grupo não existem em outros, porque a variável de ajuste é a transmissão social dos procedimentos. No caso dos humanos modernos, as tradições culturais dizem respeito, em última instância, a formas diferentes de fazer coisas semelhantes. Não existem culturas humanas que usem ferramentas, e outras que não usem (Mithen, 2002, p. 120-122; 139).

É razoável que o aumento do quociente de encefalização, há 10 milhões de anos até a especiação do UAC, também esteja ligado à pressão pela busca de recursos alimentares na circunstância de grupos sociais com crescente número de integrantes. A ampla capacidade de memorização visual dos chimpanzés (algo não rivalizado por qualquer humano moderno em testes laboratoriais) remete, decerto, a esse “mapeamento” das oportunidades nutricionais. Um exemplo bastante peculiar desse poder mnemônico é dado pelos chimpanzés das florestas de Taï, na Costa do Marfim, e é algo que constitui uma tradição “cultural” desse grupo, ausente em quaisquer outros até hoje estudados.

Os chimpanzés de Taï costumam espalhar e esconder martelos de pedra não modificados em locais estrategicamente selecionados.

Eles seriam capazes, então, de comparar as distâncias entre cada martelo, decidir qual deles está mais próximo, e se é energeticamente mais eficaz transportar um martelo pesado por uma distância menor, ou um martelo leve por uma distância maior. Essa distribuição dos martelos pelo território permitiria o processamento ótimo de alimentos de origem vegetal *in loco*, evitando então o custo energético e de oportunidade que envolveria o transporte dos alimentos até local seguro, onde pudessem ser processados. A diminuição do tempo de exposição aos predadores, por meio do acesso rápido às ferramentas, otimamente espalhadas pelo território, e obtenção das calorias necessárias antes de um novo deslocamento, seriam fatores relevantes para aumentar as chances de sobrevivência desses chimpanzés (Cameron; Groves, 2004, p. 74; Mithen, 2002, p. 125).

Apesar de serem forrageadores muito capazes, *P. troglodytes* e, em seu tempo, o UAC, são pouco capazes de encontrar novas zonas ricas em recursos sem que dela tenham um conhecimento sensorial prévio, o que reforça a noção de que registram mentalmente posição, distância e formas de acesso aos locais já mapeados, mas não estabelecem hipóteses a respeito da distribuição do alimento a partir do conhecimento do ciclo de nascimento e amadurecimento dos vegetais. Uma inteligência naturalista especializada, com processos mentais exclusivos e dedicados, talvez lhes permitisse um uso criativo da informação sensorial para simular onde e quando recursos estariam disponíveis, sem que fosse preciso atestar sua existência previamente.

Ainda no que diz respeito ao forrageamento, os hábitos de caça dos chimpanzés são estereotipados e pouco oportunistas, reforçando a noção de que uma inteligência modular naturalista não pertence ao conjunto de inovações comportamentais que marcou a emergência da linhagem que conduziria ao UAC. Chimpanzés de diferentes localidades concentram-se, “culturalmente”, na caça de determinados animais, como os colobos, entre os habitantes de Taï, e os porcos e gamos, entre os de Gambe e Mahale. A despeito do alto sucesso da cooperação entre os caçadores de Taï, e do emprego de pistas sonoras para localizar suas presas, a capacidade desses chimpanzés de detectar pistas visuais (como pegadas, sombras etc.) é pequena, a despeito de seu incrível poder de memorização fotográfica do ambiente, e do

mapeamento mental de recursos vegetais estáticos (Mithen, 2002, p. 126-127).

Não parece haver, então, um domínio mental especializado capaz de reunir e processar informação e de traçar hipóteses sobre tudo aquilo que se relacione às necessidades do forrageamento, no qual a caça ou a coleta estivessem reunidas e sendo pensadas em conjunto. Além disso, carcaças de determinados animais, riquíssimas em nutrientes, e ainda frescas, podem ser ignoradas por um bando de chimpanzés se o animal morto não corresponde à espécie normalmente caçada no âmbito da “cultura” de que compartilham os caçadores. Então, vemos que, mais uma vez, é o aprendizado social, no âmbito da inteligência geral e transmitido no âmbito do grupo, que marca a relação entre os paníneos e o ambiente, sendo essa também a provável condição do último ancestral comum entre eles e os humanos modernos. Todos os parâmetros da prática da caça são decorados pelo exemplo e por tentativa e erro. Não há espaço para que as informações sobre a captura e o abate de uma determinada presa sejam lidas à luz de um modelo abstrato, que as torne capazes de serem extrapoladas e adaptadas, de acordo com as circunstâncias, para outros tipos de presa ou mesmo de situações envolvendo o forrageamento, mas não a caça.

Não podemos dizer o mesmo em relação ao comportamento social, dos quais temos razoável evidência de que sejam fundamentados em algo que possamos chamar de uma inteligência dominial. É significativo considerar que chimpanzés em cativeiro, quando submetidos a treinamento regular, sejam capazes de desenvolver alguma comunicação linguística e de elaborar instrumentos líticos, algo que não fariam se não fossem devidamente instruídos por humanos (Mithen, 2002, p. 142). Quanto ao comportamento social, entretanto, não há nada, efetivamente, que se consiga ensinar a esses primatas. O cativeiro não parece alterar, de modo significativo, esses processos, mesmo entre aqueles chimpanzés nascidos fora de seu habitat natural.

A convivência, simultaneamente competitiva e cooperativa, em grupos multisssexuais permanentes, tornou os instrumentos cognitivos de manutenção e reconhecimento de hierarquias uma condição importante para a redução e manejo de conflitos intrassociais ao longo das linhagens de homínídeos africanos que divergiram entre oito e seis

milhões de anos atrás. Isso porque, em um contexto pós-harênico, no qual a espacialidade da ocupação territorial acaba por diluir a percepção do lócus de dominância, as oportunidades de fazer cumprir uma agenda energética e reprodutiva, estritamente “egoísta”, tanto por parte de machos, quanto de fêmeas, é razoavelmente grande.

É sob essa luz que devemos entender a notória astúcia e a dissimulação que envolvem as relações cotidianas dos chimpanzés comuns, com suas alianças e amizades de ocasião. Em última instância, está em jogo buscar o equilíbrio entre as necessidades energéticas e reprodutivas de cada organismo engajado na rede de relações sociais, e as vantagens advindas da cooperação permanente. Para tal, surgem, no tempo evolucionário, processos modulares plenos de conteúdo e de modelos que permitem a esses organismos não só gerar hipóteses sobre comportamentos futuros de terceiros, mas de compreender o conjunto de regras que impedem que o confronto entre agendas individuais se torne uma luta fratricida.

Confrontos entre machos adultos e com pretensões à preservação ou à conquista da dominância, podem durar meses, tal como se depreende de observações em cativeiro. Demonstrações de comportamento agonístico⁷ entre os contendores são observadas pelos demais membros do grupo, que se posicionam na disputa, sem se envolver diretamente nela, de acordo com uma intrincada lógica de suporte ou oposição. O estado de contestação à hierarquia vigente pode ser notado através da troca de olhares entre os machos e por uma maior instabilidade na composição das coalizões masculinas, entre outros marcadores.

Nesses casos, ficam mais frequentes as demonstrações de força e poder do macho dominante em exercício, e de seus aliados, direcionadas contra as fêmeas. Um macho contestante demonstra sua clara insubordinação ao dirigir a um macho de maior *status* corrente apenas vocalizações tímidas e por meio de uma postura corporal. O desafiante se mostra desrespeitoso e se recusa a promover rituais de submissão direcionados ao macho alfa, como dar as costas, curvar-se ou abaixar-se diante dele (sinais de inofensibilidade), ou mostrar-lhe o “sorriso

7 Relativo à agonística. Parte da ginástica relativa aos combates dos atletas.

assustado”, expressão facial padronizada que demonstra reconhecimento da dominância alheia. Os dois lados buscam ocasionalmente reconciliar-se por meio da proximidade física, por demonstrações de afeição e *grooming*.

Entretanto, na luta pelo poder interno, normalmente, a situação escala no sentido do isolamento social de um dos machos e a perda de seu poder, consubstanciada pela defecção dos demais componentes do grupo. O disputante mais hábil pode lograr em desferir seu golpe final por meio da conquista do apoio do coletivo de fêmeas, o que envolve investir tempo em atividades lúdicas e de higiene com a prole dessas mães observadoras, enquanto o outro macho contestante encontra-se fora do alcance sensorial. Outro passo importante é investir mesma quantidade de tempo em atividades similares, mas com as fêmeas. Machos em situação inferior, mas desejosos de galgar alguns degraus na pirâmide social, a partir da submissão a um dos disputantes (na hipótese, naturalmente, de ele ser o vencedor da corrida pelo poder), podem ser um instrumento importante: durante as oportunidades de interação social entre seu “candidato” e as fêmeas receptivas, esses machos inferiores podem se responsabilizar por afastar fêmeas partidárias do oponente e evitar que elas provoquem qualquer interferência na estratégia política.

Não são raras as vezes em que machos inferiores, desprezados pela maior parte das fêmeas, com pouco prestígio no grupo, tomam o segundo lugar na hierarquia interna, logo abaixo do macho dominante a quem apoiaram. Uma vez conquistado ou preservado o poder, o macho dominante reduz seu comportamento agonístico e, com atitude pacificadora, aparta lutas entre fêmeas (envolvendo ocasionalmente o acesso aos recursos energéticos) e apoia machos mais fracos, física e socialmente, em seus conflitos com outros mais poderosos. Em geral, ciclos, como esse, logo se reiniciam, com uma coalizão entre os machos subalternos ao dominante (até então a ele aliados) e o antigo líder destronado, voltando-se contra o poder estabelecido (Mithen, 2002, p. 129-131; Wrangham; Peterson, 1996, p. 128; 186).

Todos esses atos envolvem uma teoria da mente bem desenvolvida. Desse modo, chimpanzés precisam ser capazes de dispor de um modelo de funcionamento das principais linhas de comportamento

social normais de sua espécie. Em certo aspecto, precisam ser conscientes a respeito de como se comportariam sob determinado conjunto de pressões, para que, a partir daí, sejam capazes de prever como outros se comportariam diante de condicionantes análogos (Aureli *et al.*, 2008, p. 636-637).

Mais ainda, essa etologia política em *P. troglodytes* requer não só que possam formular hipóteses a respeito das expectativas e reações de um determinado indivíduo em relação ao comportamento daquele que analisa, mas também, acerca das expectativas e reações mútuas entre dois ou mais indivíduos, sem que o observador esteja envolvido. Requer, finalmente, que os modelos mentais devotados à análise do comportamento alheio sejam realinhados caso a caso, a partir de informações a respeito de indivíduos específicos, e de seus temperamentos individuais e momentâneos, sem que essa sintonia fina aconteça, expectativas estereotipadas podem induzir ao erro e é justamente a uma capacidade de ajuste e adaptação rápida, a alterações de cenários, que inteligências especializadas se prestam. É razoável que, pela seleção natural, chimpanzés tenham desenvolvido consciência a respeito de sua própria mente, de serem seres pensantes, mas somente quando os raciocínios envolvem aspectos variados da interação social. Decerto são capazes de se perceberem como indivíduos, contrapostos a outros, e de reconhecerem sensorialmente sua autoimagem, conclusão essa que conta com suporte laboratorial já bem estabelecido. Isso significaria que um “pensamento sobre o pensamento”, ou seja, a consciência acerca do pensar, ocorre quando as estratégias sociais para a luta diária pela dominância estão em jogo, mas não quando quaisquer outras competências cognitivas estão em questão.

A formação de um domínio cognitivo social entre os grandes primatas africanos, e (o que inclui chimpanzés e humanos), foi provavelmente fruto do notório desenvolvimento do córtex insular entre esses animais. A ínsula está localizada nas paredes dos hemisférios cerebrais, no interior da dobra formada pelo sulco lateral, e está associada à manifestação de estados comportamentais que remetem a representações mentais internas do próprio corpo.

É verossímil, então, que o córtex insular nos possa fornecer a localização anatômica dos mecanismos neurais responsáveis pela

consciência subjetiva no que tange as interações sociais. Em humanos, ele está associado ao autorreconhecimento sensorial (visual, inclusive), à percepção de emoções próprias e de terceiros, à intersubjetividade, à percepção do tempo, à formulação de hipóteses e à tomada de decisões em situações de incerteza. A linguagem e a música também estão associadas ao funcionamento da ínsula em humanos, reforçando a dimensão social e relacional desses atos psicoculturais.

Os grandes símios contam com uma subdivisão no córtex insular, com determinado grau de especialização: enquanto sua seção posterior é dedicada ao processamento de informação sensorial referente à dor, à fome, à sede e ao toque. Sua seção anterior se dedica à autoconsciência social e ao exercício da teoria da mente (o que inclui competências empáticas). Nessa fração anterior dedicada à inteligência social, o lado direito é ativado a partir de experiências que exijam resposta rápida do sistema nervoso simpático, tais como aquelas relacionadas ao comportamento agonístico, ao risco de vida, à ameaça ao *status*, à competição sexual, enquanto o lado esquerdo da ínsula anterior é ativado em situações emocionais de calma, nas quais os marcadores fisiológicos de resposta a ameaças são desativados. Ambas trabalham em oposição e concorrem para a homeostase e para um senso unificado de consciência (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 263-264).

No tempo evolucionário, conhecemos a relação entre o aumento do volume das regiões corticais, a neurogênese, e a pressão por maior capacidade de processamento de informações. Nos grandes primatas, chimpanzés e humanos em particular, a região anterior esquerda do córtex insular, ligada ao manejo de conflitos e ao sistema nervoso parassimpático, apresenta forte perfil alométrico em relação ao volume cerebral como um todo (considerando uma taxa de crescimento homogênea para o cérebro em seu conjunto, a ínsula esquerda é de 5% a 22% maior do que deveria ser em caso de um desenvolvimento plasticamente isométrico). Além disso, a dimensão do córtex insular, como um todo, varia de acordo com o tamanho total do cérebro, algo esperado se considerarmos a conexão entre o processo de encefalização, o número médio de indivíduos em grupos sociais típicos e a necessidade de gerenciamento de relações sociais (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 271-273).

Então, a ampla centralidade dos jogos de *status*, na vida coletiva dos chimpanzés, e o *modus operandi* desses primatas nessas interações são, suficientemente, familiares aos observadores humanos a ponto de suscitar certo olhar antropomórfico em nossa leitura dessas formas de sociabilidade. Também é significativo, contudo, que não seja tão simples a “humanização” de nosso olhar a respeito do comportamento social de outras espécies mais distantes de nós na árvore evolucionária. Do vício de medirmos o mundo à nossa imagem e semelhança, devemos extrair conhecimento: nosso espanto diante do “maquiavelismo” chimpanzé, sem igual entre os grandes primatas africanos (excetuando o homem), e o modo pelo qual parece fazer com que nos deparemos com um desconfortável espelho, traz, subterrâneo, um problema filogenético. Hominíneos e paníneos compartilham dessa inteligência social, como condição primitiva.

Mas essa inteligência dominial entre os paníneos (e presumidamente, no UAC), a despeito de sua complexidade, parece suficientemente insulada da inteligência geral, e não interagir plenamente com outros domínios cognitivos. Se for verdade que todas as táticas parecem abertas rumo à dominância nos jogos de *status*, não há entre eles o uso, como ocorre entre os humanos, da cultura material com a finalidade de se obter vantagens na disputa por espaço na hierarquia. Ferramentas e objetos não são empregados por esses primatas com a finalidade de sinalização social, de expressão de interesses, de aspirações, de poder. Não ocorre, entre eles, qualquer dimensão “simbólica” da cultura material que transmita, imediatamente ao coletivo, noções a respeito do lócus ocupado na pirâmide social, nem que permita dissimulação capaz de ocultar um *status* inferior. Então, se os jogos de *status* ocupam parte importante da vida ativa desses primatas, nem por isso a inteligência social dominial é capaz de acessar, plenamente, instâncias cognitivas alternativas e de colocá-las a seu serviço. Parece haver uma barreira que torna apartados o saber social e o comportamento a respeito do mundo material e natural. Isso significa que chimpanzés podem interpretar e prever os raciocínios de outros no âmbito das disputas por prestígio, mas não são capazes de imaginar os pensamentos alheios quando aplicados ao forrageamento e à elaboração de ferramentas.

Assim, excluída do espaço social, a inteligência geral opera em domínios inconscientes, incapazes de gerarem uma autorrepresentação cognitiva, uma percepção mental daquilo que se sabe (Mithen, 2002, p. 139-141). Essa condição psíquica, que torna a linhagem dos chimpanzés incapaz de mobilização simultânea e transdominial de competências, limitou um eventual perigo evolucionário representado pela violência coalizacional interssocietária, que é um fenômeno da mente dominial social por definição. Não devemos esperar chimpanzés envenenando cursos d'água nem produzindo armas, em suas campanhas de extermínio contra grupos vizinhos. Ambas as ações requerem uma super-representação horizontal e fluída entre dois ou mais domínios cognitivos especializados, algo que só emergiu com a eclosão da mente transdominial do *H. sapiens* moderno, há aproximadamente quarenta mil anos atrás.

Uma exceção relativa, mas notória, deve ser feita no que tange à interferência de aspectos ligados à alimentação nas estratégias sociais, especialmente porque se relacionam ao resultado mais significativo do exercício da inteligência social dominial, que é a resolução de conflitos internos. Ainda que a prática da caça entre chimpanzés envolva esforço cooperativo, o produto é apropriado inicialmente por apenas um dos machos, normalmente, aquele que capturou efetivamente a presa. Entram em vigor, nesse momento, eficazes freios etológicos: o detentor do alimento é cercado por outros chimpanzés – muitos dos quais participantes da caçada – que, pacientemente, estendem suas mãos, solicitando a sua parte. O atendimento às demandas é influenciado pelas alianças políticas vigentes: se é o caso de um dos pedintes ser aliado subalterno do detentor da caça em sua luta pela dominância, ele receberá antes de todos a sua parte. Os demais podem receber ou não, de acordo com as demonstrações de submissão que apresentarem. (Mithen, 2002, p. 140-141; Wrangham; Peterson, 1996, p. 8-11). Mas em qualquer dos casos, que se ressalte o fundamental: ao invés de o acesso a um alimento especial gerar uma luta fratricida, entre os chimpanzés, manifestam-se rapidamente normas etológicas que se prestam à resolução e redução de conflito letal.

Vemos, assim, nas relações intragrupo, como normas de demarcação de *status* e de contestação da ordem funcionam como mecanis-

mos de regulação de conflitos, permitindo demonstrações de força, de intimidação e de subterfúgio sem a produção de danos físicos necessariamente letais. O mesmo, contudo, não pode ser dito das relações interssocietárias, entre grupos de chimpanzés com algum grau de parentesco em potencial, mas social e politicamente apartados. Nesse caso, ao contrário do que ocorre nas relações internas, não parece haver qualquer conjunto de normas etológicas que estabeleçam os limites até onde o exercício do poder sobre comunidades vizinhas possa chegar. Não há instrumentos redutores de conflitos, possibilidades de “acordos de paz”, ou demarcação de fronteiras. Se a luta interna pelo *status* se interrompe (ainda que temporariamente), com o reconhecimento da derrota pelo vencido, os choques interssocietários só se encerram com a eliminação de uma das comunidades em guerra.

Situações de conflito letal foram observadas, documentadas e analisadas por equipes de primatólogos em Gombe (Tanzânia), Niokola-Koba (Senegal), Taï (Costa do Marfim), Kibale (Uganda) e Mahale (Tanzânia). A principal matriz do conflito interssocietário está na fissão de grupos sociais de paníneos, levados ao limite socioambiental. Nessas circunstâncias, uma disputa interna por poder pode precipitar uma ruptura. Uma de suas primeiras manifestações pode ser a segmentação de dois grupos de relacionamento mais frequentes, com certos indivíduos se deslocando, forrageando e praticando o *grooming* sempre com os mesmos parceiros, em detrimento de outros. Essas duas facções, ainda que permaneçam associadas por algum tempo, demonstram predileção ou pelo macho dominante estabelecido, ou por seu desafiante. Progressivamente, as ocasiões de agrupamento (para *grooming*, descanso etc.) se tornam tensas, manifestando-se nítida fratura no espaço ocupado, com os bandos estabelecendo-se em lados opostos. Nesse quadro, os machos mais idosos, muitos dos quais já incapazes de lutar pela dominância, podem permanecer refratários à cisão por mais tempo, mas com o passar do tempo, uma separação completa dos grupos toma lugar, com a formação de dois territórios de forrageamento delimitados e limítrofes.

A partir da fragmentação total em dois grupos distintos, algum tempo leva para que se organizem, periodicamente, pequenos bandos temporários, incitados por um dos machos, ou especialmente pelo

macho dominante. Há ritualização nesses atos, percorrendo o “agente provocador” as áreas ocupadas pelo grupo maior, gerando ruidosas vocalizações, arrastando galhos, tudo isso com o objetivo de provocar etologicamente os demais. Se for bem-sucedido, logo o líder parte com outros machos e, eventualmente, uma ou duas fêmeas jovens e sem filhotes, em direção ao território do grupo vizinho. Essas incursões em território alheio não são defensivas, nem são reativas. Não há qualquer fator externo evidente, e de curto prazo, que as produza. Nem sequer se confundem com a prática do forrageamento: há registro de oportunidades de alimentação deixadas para trás no caminho em direção à zona habitada pelo grupo “inimigo” e nenhuma evidência de consumo de alimentos nessa marcha. Esses pequenos bandos, organizados com aparente intuito específico, patrulham seu próprio território com certa calma, parando para ouvir, subindo em árvores para ver à distância, e descansando.

Ao identificarem marcadores no terreno que indicam a proximidade do território alheio, o comportamento do bando tende a se alterar, depositando total atenção sensorial no espaço ocupado pelo adversário. Podem eventualmente vocalizar, na expectativa de obterem resposta de algum bando inimigo. Quando isso acontece, demonstram clara tensão, amenizada por meio de uma ritualística voltada para assegurar a confiança e a cooperação, consubstanciada em toques e abraços. Chimpanzés devotam grande atenção sensorial para avaliar o risco representado por um grupo inimigo, e nunca atacam se tiverem a certeza de que estão em menor número. Se por vezes a prospecção do risco falha e, na expectativa de encontrar um oponente solitário, um grupo hostil é encontrado, a retirada é apressada. Na certeza de encontrar o adversário em menor número, o avanço pelo seu território é igualmente ligeiro.

A espacialidade dos recursos naturais é ocasionalmente cruel com os chimpanzés, dado que, para forragear, os indivíduos precisam se afastar razoavelmente uns dos outros. Essas são ocasiões frequentes nas quais machos solitários são atacados e mortos pelo bando invasor, que coopera, arremetendo em carga contra o inimigo. Se mais do que um adversário é encontrado, é frequente que o bando atacante tente isolar um deles, repelindo os demais (Wrangham; Peterson, 1996, p. 5-16).

Essa dinâmica pode se repetir inúmeras vezes durante anos seguidos, até que todos os machos de uma comunidade tenham sido mortos, incluindo os jovens e os anciãos. Ataques mais violentos podem envolver demonstrações etológicas intrigantes, como a emasculação de um adversário ainda vivo, e o consumo de seu sangue, partilhado entre um macho mais experiente e outro mais jovem. (Wrangham; Peterson, 1996, p. 17-18; 158-159; 166).

Na origem da violência interssocietária está, então, o processo de fissão dos grupos sociais, presumidamente, manifesto entre os grandes primatas africanos desde algum ponto entre as divergências de gorilíneos e paníneos. Em tese, podemos postular que agrupamentos de primatas poderiam crescer indefinidamente enquanto fossem suficientes os recursos naturais, efetivamente exploráveis, considerando as variáveis motoras e morfológicas relevantes. Num cenário de oferta de alimentos espacialmente homogênea e nutricionalmente equilibrada, a expansão dos grupos se seguirá a ampliação do território de forrageamento a ser percorrido pelo coletivo como um todo, que manterá as vantagens da gregariedade enquanto ela atende às suas necessidades energéticas.

Quanto maior for a heterogeneidade espacial da distribuição dos recursos, bem como da qualidade nutricional dos mesmos, maior será a pressão para a fragmentação social, tendo, como caso limite, a instituição de relações monogâmicas e, como solução intermediária, a fissão dos grupos de chimpanzés em bandos temporários menores (voltados para o forrageamento). (Aureli *et al.*, 2008, p. 627; Wrangham; Peterson, 1996, p. 168-170). Diferentemente dos gorilíneos, capazes de se alimentar em tropas estáveis e coesas, dada a maior homogeneidade espacial na distribuição das folhas e frutos que consomem, aos paníneos é dificultada uma refeição em família ou entre amigos, o que cria uma vulnerabilidade particularmente grave quando se está suscetível à violência letal por parte de seus vizinhos.

São na fragmentação temporária e na formação de coalizões masculinas, ambas surgidas sob pressão do ambiente, que repousa parte do problema da violência interssocietária na linhagem do último ancestral comum entre homens e chimpanzés. A agressão letal intraespecífica não chega a configurar um fator etológico atípico. Em muitas

espécies, indivíduos levam à morte seus semelhantes, ainda que na maioria esmagadora dos casos, isso envolva a prática do infanticídio ou a disputa por recursos realmente escassos. O confronto entre machos ou fêmeas adultas, envolvendo competição sexual ou nutricional, normalmente ocorre na forma de duelos, que não necessariamente envolvem violência física (podendo estar restritos a sinalização de força, demonstrações de poder, etc.), terminando quando um dos lados reconhece sua derrota e renuncia ao prêmio.

Assim, precisamos reconhecer que a violência interssocietária coalizacional manifestada entre os paníneos – e presumidamente no UAC – vem a se manifestar em decorrência da vantagem numérica. Matar, em dimensão etológica, é um ato que precisa envolver riscos controlados. Nenhum um organismo adulto é capaz de, deliberadamente, levar à morte outro organismo adulto de sua mesma espécie sem correr o alto risco de se tornar vítima, antes de algoz. O equilíbrio de poder é, etologicamente, um instrumento eficaz para frear a violência letal e justamente esse equilíbrio é rompido com a estratégia coalizacional. Grupos cooperativos que se lançam sobre indivíduos isolados raramente sofrem qualquer tipo de dano. O emprego da força massiva, do cerco e do isolamento do inimigo, reduz o custo da violência letal ao mínimo (Roscoe, 2007, p. 485-486; Wrangham; Peterson, 1996, p. 6-7; 162-165).

Mas tudo isso não contempla a fissão permanente dos grupos sociais de chimpanzés, matéria-prima mor da guerra em perspectiva etológica. Voltemos à eclosão da inteligência social especializada na linhagem do UAC. O desenvolvimento encefálico e da capacidade de processamento cerebral dedicada à análise do mundo social, certamente esbarrou em limites físicos e energéticos inescapáveis. O número de relações sociais que podem ser registradas e analisadas simultaneamente não é infinito. O volume médio do neocórtex cerebral, o tamanho dos grupos sociais, e o montante de tempo dedicado à manutenção das relações sociais (através do *grooming*) estão bem associados. Assim, quando o número de relacionamentos a serem monitorados supera certo limite imposto pela morfologia e pelas dimensões neocorticais, a coordenação e a cooperação se tornam menos viáveis, e a fissão permanente pode emergir como resposta (Aiello; Dunbar, 1993, p. 184-185).

Em chimpanzés, por exemplo, uma vez alcançados os limites físicos de uma inteligência social operando em cérebros de cerca de 400 mm³, os indivíduos passam a não ser capazes de registrar e processar informações sobre o lugar na hierarquia de todos os seus associados, algo que se manifesta pelo crescente estranhamento e facciosimo das escolhas do uso do tempo social (especialmente do *grooming*). Nesse caso, a demografia pode ser entendida como um fator de estresse ambiental, catalisador de comportamento agonístico (Ferguson; Beaver, 2009, p. 291).

As lutas pela dominância interna precipitam a fissão e, com ela, procede-se ao esvaziamento da bolha representada pela crescente demanda por processos mentais simultâneos e especializados no âmbito da inteligência social, fato causador de comportamento anômalo e de sofrimento emocional (Aureli *et al.*, 2008, p. 637). O número de relações sociais simultâneas a serem acompanhadas retorna a níveis manejáveis com a fissão dos grupos. Já os “estrangeiros”, leia-se, os indivíduos que passam a pertencer a um espaço distinto, não têm lugar nas relações hierárquicas internas, e, portanto, não são objeto da intrincada rede de processos neurais voltados para o gerenciamento de conflitos. Nesse contexto, os membros desligados do grupo passam a ser tratados como “animais de caça”. Há relevante evidência de que chimpanzés em guerra, em seu habitat natural, emitem sinais vocais e somáticos que coincidem com o ato de encontrar e perseguir uma presa em fuga, mostrando uma interface, ainda que simplificada, entre a inteligência social dominial e os módulos gerais empregados nas estratégias de forrageamento.

Ainda que se possa argumentar que o processo de “*dechimpization*”⁸ é um artifício aprendido socialmente, e que se presta a abafar uma suposta aversão desses primatas ao assassinato de coespecíficos (Roscoe, 2007, p. 491), devemos considerar que comportamentos “culturais” desenvolvidos pela inteligência geral através de aprendizado observacional, são populacionalmente restritos, enquanto há suficiente universalidade desse traço para postulá-lo como resposta etológica no âmbito da inteligência social modular.

Então, nos parece mais provável que seja o “descarte” de excesso de informação social, que sobrecarrega a cognição modularizada, o

8 Algo como “des-chimpanzeização”.

fato que leva ao reenquadramento do *status* dos membros desligados do grupo, que passam a ser situados fora da pirâmide social e tratados como animais de caça. Não só a resignificação da natureza do “inimigo”, mas o conteúdo dessa própria resignificação, são provavelmente instrumentos etológicos voltados especificamente para deflagrar respostas simpáticas associadas ao engajamento violento e à eliminação física do oponente; isso porque, em tese, nada parece impedir que ignorem socialmente outros organismos. Chimpanzés, altamente excitados pelos marcadores sensoriais que indicam a proximidade da fronteira de seu território e ainda mais alarmados pela detecção de sons que podem indicar a presença do perigo, rapidamente, são varridos por respostas parassimpáticas ao perceberem que o que produzia os sons era apenas um babuíno e não outro chimpanzé. Babuínos são animais violentos, podem representar uma ameaça mortal, e podem lutar violentamente contra chimpanzés em disputa por alimentos (Wrangham; Peterson, 1996, p. 15; 179). Então, o grupo não retorna à calma dada a uma suposta inofensibilidade do primata transeunte, mas sim porque a presença dele não é capaz de deflagrar o conjunto de gatilhos etológicos relacionados à violência coalizacional interssocietária. O babuíno, simplesmente, não é um “inimigo”.

Chimpanzés, excluídos de um grupo, pertencem ao campo do não social, do ponto de vista dos membros daquele grupo do qual foi excluído, e manifestam a incerteza e a ameaça em seu mais alto grau. Ao não fazerem parte da hierarquia, não fornecem informação que permitam a formulação de hipóteses sociais que, por sua vez, permitam o alinhamento de estratégias com base na posição de *status* ocupada por aquele indivíduo. Não reconhecem os espaços de dominância, justamente por existirem fora da hierarquia interna. Não são objeto dos mecanismos etológicos regulares de pacificação. Infensos à “ordem” interna, representando o caos de um mundo privado de mecanismos de regulação de conflitos e sujeitos ao exercício nada custoso da violência coalizacional letal, promovida por seus inimigos, ao “estrangeiro” resta a aniquilação.

Em comparação com *H. sapiens* ou mesmo com *P. paniscus* (o chimpanzé-pigmeu, ou bonobo, evolucionariamente mais jovem que o chimpanzé comum, e dele derivado), o volume total da ínsula agranular anterior dos chimpanzés comuns, responsável pela autoconsciência

social e pela teoria da mente, é menor quando considerada a massa corporal. Ligada à consciência subjetiva a respeito do próprio estado emocional e à capacidade empática, parece natural que tanto *P. troglodytes* quanto o último ancestral comum entre eles e os humanos tenham encontrado, em termos comparativos, limites bastante tênues quanto à expansão de comportamentos prossociais, ou mesmo ao estabelecimento de relações de reciprocidade entre machos não aparentados. Além disso, a assimetria entre os lados esquerdo e direito do córtex insular anterior nos chimpanzés (e presumidamente no UAC) acaba por privilegiar a ativação do sistema nervoso simpático, o comportamento de desafio e o comportamento agonístico (Bauernfeind *et al.*, 2013, p. 275-276). Ainda que detentores de um potente sistema cognitivo modularizado em benefício da inteligência social, a dinâmica de fissão-fusão social em *P. troglodytes* e sua relação com a violência interssocietária parecem denunciar inequivocamente seus limites.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa dialoga, primariamente, com a produção do chamado “Período Recente” acerca da origem da guerra, segundo o recorte elaborado por Keith Otterbein (2000), marcada pela presença da primatologia no debate, em suporte a determinado conjunto de formulações antropológicas que se voltam em favor da defesa da existência da “guerra primitiva”. Nossa hipótese geral tenta manter uma equidistância crítica tanto em relação à postura assumida pelos “*hawks*” (ou seja, autores que advogam em favor da guerra enquanto expressão de um comportamento inato e incontornável), quanto pelos “*doves*” (que, sem delongas, buscam certa revivescência da ideia do “bom selvagem”), e isso diz respeito, especialmente, ao fato de que, em última instância, o que se busca com essa investigação é lançar hipóteses sobre a guerra entre as sociedades humanas. Assim, nos parece simplista a cisão entre a defesa de uma dimensão etológica para o comportamento violento (Ferguson; Beaver, 2009), explicações outras que buscam uma dimensão ambiental, cultural ou adquirida desse mesmo comportamento, ou outras ainda que invocam a aversão, entre humanos, ao assassinato de coespecíficos (Roscoe, 2007).

A eclosão da modernidade comportamental na história evolutiva mais recente de *H. sapiens* (40 mil anos atrás, aproximadamente) foi trazida pela expansão de domínios mentais modularizados (técnicos, naturalistas, sociais, linguísticos) e pela sua interconexão em um campo fluido, metarrepresentacional, no qual as fronteiras entre eles são diluídas. A expansão da autoconsciência (social), amalgamada à consciência acerca da existência de um mundo “exterior” (técnico, naturalista), é fruto dessa potente rede cognitiva manifestada pelo módulo de metarrepresentação (Mithen, 2002, p. 308-309) e significou, na mente do homem moderno, a operação de processos paralelos e potencialmente críticos ao conhecimento etológico, ainda presente, em cada um dos domínios cognitivos especializados, bem como na inteligência geral.

A noção de que comportamentos etológicos filogeneticamente transmitidos não podem ser controlados, voluntariamente, pelo empenho da mente metarrepresentacional (Ferguson; Beaver, 2009, p. 287) são equivocadas, embora essa capacidade de regulação não deva ser tomada como automática, ou à prova de falha. Dessa forma, a existência de uma etologia da guerra, transmitida filogeneticamente, desde o último ancestral comum entre humanos e chimpanzés, e associada às peculiaridades da operação da inteligência social modularizada, certamente não é suficiente para solucionar as indagações de por que *H. sapiens* vai à guerra, já que processos cognitivos metarrepresentacionais, únicos dessa espécie (consciência holística, racionalidade, abstração), atuam como firme instância dialética.

Da mesma maneira, explicações culturalistas ou racionalistas consolidadas em parte majoritária da historiografia da guerra soam igualmente como insuficientes. Uma compreensão profunda e renovada do fenômeno da violência coalizacional interssocietária entre as sociedades humanas, que leve em conta o emaranhamento entre as dimensões cultural-racionais e o inconsciente, requer, então, um firme esforço interdisciplinar que articule as bases já consolidadas no campo das ciências humanas e sociais, às ciências naturais e biológicas, e à psicologia complexa.

REFERÊNCIAS

AIELLO, L., DUNBAR, R. Neocortex size, group size, and the evolution of language. *Current Anthropology*, v. 34, n. 2, p. 184-193, 1993.

AURELI, F. *et al.* Fission-fusion dynamics: new research frameworks. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, p. 627-654, 2008.

BARNOSKY, A. e KRAATZ, B. The role of climatic change in the evolution of mammals. *Bio Science*, v. 57, n. 6, p. 523-532, 2007.

BAUERNFEIND, A. *et al.* A volumetric comparison of the insular cortex and its subregions in primates. *Journal of Human Evolution*, v. 64, n. 4, p. 263-279, 2013.

CAMERON, D., GROVES, C. *Bones, stones and molecules: 'out of Africa' and human origins*. San Diego: Elsevier, 2004.

CHAUVIN, R. *A etologia: estudo biológico do comportamento animal*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DIAMOND, J. *O terceiro chimpanzé: a evolução e o futuro do ser humano*. Trad. Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FERGUSON, C. e BEAVER, K. Natural born killers: the genetic origins of extreme violence. *Aggression and Violent Behavior*, v. 14, n. 5, p. 286-294, 2009.

FOLEY, R. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. Trad. Patrícia Zimbres. São Paulo: UNESP, 2003.

LADEIA, I., FERREIRA, P. *A história evolutiva dos primatas*. In: NEVES, W. *et al* (org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015. p. 48-85.

MITHEN, S. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: UNESP. 2002

NORDHAUSEN, M., OLIVEIRA Filho, P. Nós, primatas. In: Neves, W. *et al* (orgs). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena. p. 14-47. 2015.

OTTERBEIN, K. A history of research on warfare in anthropology. *American Anthropologist*, v. 101, n. 4, p. 794-805, 1999.

PAMPUSH, J. *et al.* Homoplasy and thick enamel in primates. *Journal of Human Evolution*, v. 64, n. 3, p. 216-224, 2013.

ROSCOE, P. Intelligence, coalitional killing, and the antecedents of war. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, p. 485-495. 2007.

SCOTESE, C. R. *Paleomap Paleo Atlas for Arc GIS, Cenozoic*. Evanston, s 2013. v.1 Disponível em: <http://www.scotese.com>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SHULTZ, Susanne; OPIE, Christopher; ATKINSON, Quentin. Stepwise evolution of stable sociality in primates. *Nature*, v. 479, n. 7372, p. 219-222. 2011.

WOOD, B. Hominid revelations from Chad. *Nature*, v. 418, n. 6894, p. 133-135, 2002.

WOOD, B. Reconstructing human evolution: achievements, challenges, and opportunities. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, Supl. 2, p. 8902-8909, 2010.

WRANGHAM, R., PETERSON, D. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Boston: Mariner, 1996.

O FUTURO DA GUERRA E A GUERRA DO FUTURO

William de Sousa Moreira¹

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a complexidade de planejar a defesa nacional em longo prazo a partir de antevistas sobre o uso da força no futuro. A partir de reflexões sobre o futuro da guerra, o trabalho aborda o pensamento estratégico nacional como ponto de partida para a configuração de forças militares, por meio de um sistema de planejamento estratégico. Analisa-se, também, a crescente relevância do fator tecnológico no dimensionamento e especificação de produtos de defesa, bem como as implicações que demandas por tecnologias no estado da arte podem ter para a base industrial de defesa. Conclui ressaltando as difíceis decisões sobre investimentos em tecnologias militares, em função da dependência tecnológica externa e dos limitados orçamentos sujeitos a oscilações.

Perscrutar o pensamento brasileiro sobre a guerra é um importante exercício acadêmico. Pensar o uso legítimo da força, no século XXI, é um imperativo do planejamento estratégico e de forças. Requer, pois, que as instituições, os atores e os operadores do sistema de Defesa se debrucem sobre as questões pertinentes, com o ferramental teórico e metodológico disponível. O objetivo é montar equações balanceadas envolvendo metas, recursos e fins politicamente estabelecidos, de modo a buscar soluções viáveis. Trata-se de um processo complexo, com armadilhas a serem evitadas, que muito representa para os destinos da nação.

O presente trabalho se volta a refletir sobre a desafiadora tarefa de imaginar a “guerra do futuro”, como um requisito do planejamento

1 Doutor em Ciência Política (2013) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a Tese "Ciência e Poder: o Cerceamento Tecnológico e as Implicações para a Defesa Nacional", e Professor do PPGEM da Escola de Guerra Naval (EGN).

estratégico de defesa, voltado a conceber e delinear capacidades e meios necessários ao preparo das Forças Armadas para fazer frente a contingências conjecturadas, se e quando sobrevierem.

2 O FUTURO DA GUERRA

Uma reflexão preliminar sobre o “futuro da guerra” pode ser apropriada para se pensar a “guerra do futuro”. Já tivemos, no passado recente, utopias quanto ao “fim da história”. Sem deixar de reconhecer a enorme importância das correntes mais idealistas voltadas à busca da paz, a história nos provê base empírica sobre o comportamento humano frente a situações tensionais, sejam elas originadas no plano político, econômico, social, cultural ou religioso, entre outros. Particularmente, o século XX nos legou saldos devastadores de perdas humanas e materiais decorrentes de guerras de toda ordem.

Institutos internacionais se dedicam a gerar bases de dados para o estudo dos conflitos, como o *Uppsala Conflict Data Project* (DCP), da *Uppsala University*, na Suécia. A partir de compilações recentes, observa-se que, embora os conflitos armados entre estados tenham se reduzido desde 1946, houve a ampliação significativa da violência intraestatal, em variadas escalas e níveis, com casos de extrapolação para além das fronteiras originais, gerando a internacionalização do uso da força.

No tempo presente, observamos a realidade se impor, diariamente, nos noticiários, indicando que os jogos de poder do sistema internacional prosseguem intensos, com competições acirradas entre potências, o que não permite desconsiderar a possibilidade de que tensões interestatais extrapolem a capacidade de negociação diplomática e gerem conflitos de maior magnitude. O movimento do centro de gravidade econômico do mundo na direção Ásia-Pacífico parece ser o pano de fundo para novas dissensões no plano do comércio internacional. Paralelamente, uma espécie de corrida tecnológica de amplo espectro parece estar em curso, com as potências centrais a anunciar novos armamentos revolucionários ou novas capacidades de causar dano a possíveis oponentes.

Nossa herança, em termos de conflitos e guerras, faz lembrar o alerta do cientista político Norberto Bobbio: “uma história sem relatos

de guerra, como aquela que os educadores para a paz gostariam que fosse ensinada nas escolas, não seria a história da humanidade”. Prossegue ainda o autor: “não podemos apagá-las da história, porque as mudanças históricas [...] são, em grande parte, o produto das guerras, das várias formas de guerra [...]” (Bobbio, 2000).

Desse modo, operadores da Defesa tendem a não desprezar as evidências históricas. A julgar pelo legado realista deixado pelos últimos séculos, a guerra, em todas as suas formas, permanece claramente como possibilidade futura. Importa, pois, pensar sobre como poderá ser para melhor nos prepararmos.

3 PLANEJAMENTO E USO DA FORÇA NO FUTURO

São muitos os desafios do estrategista na busca por resolver a “equação da defesa”, por meio de estratégias capazes de compatibilizar perigos e ameaças, objetivos politicamente estabelecidos e recursos disponíveis. Faz-se necessário construir um projeto de defesa que seja socioeconomicamente viável, que proporcione a base material e os recursos humanos suficientes para instrumentar as Forças Armadas no cumprimento de sua missão constitucional precípua de defender a Pátria. Isso requer envolvimento de todos os atores políticos com responsabilidades sobre a defesa nacional, notadamente das estruturas institucionais afetas ao tema.

Na busca por referenciais teóricos, invariavelmente, somos levados à vasta literatura forânea², mormente anglófona³, que oferece conhecimentos produzidos em contextos específicos, normalmente das potências centrais. Perceber o etnocentrismo embutido nessa literatura e evitar a assimilação acrítica de conceitos derivados de outras realidades são requisitos para o planejador. “Tropicalizar” os debates teóricos e conceituais sobre defesa tornam-se um imperativo.

Planejar é uma das formas de se lidar com o futuro e, no caso da Defesa, uma necessidade que reflete o estágio de desenvolvimento das

2 Adjetivo relativo ao que é de fora; que não é da terra em que se encontra (ex.: juiz forâneo). Similar a estrangeiro, estranho ou forasteiro.

3 Que tem o inglês como língua oficial ou dominante (ex.: país anglófono).

sociedades em diversos planos, político, econômico, social e científico-tecnológico, entre outros. O “pensamento estratégico” tem um papel fundamental nesse processo, como será abordado mais adiante.

Entre os fatores que, no século XXI, impactam o pensamento estratégico está a tecnologia de base científica, responsável por potenciais inovações de uso militar. A lógica saber-poder, sugerida por Francis Bacon⁴, se consolidou, ao longo da modernidade, e os países que arrancaram na frente com a revolução industrial lograram avanços em termos de poder econômico e militar que lhes possibilitaram configurar o sistema internacional conforme seus interesses (Moreira, 2012).

No presente, a velocidade de avanço da ciência e de suas aplicações gera uma quantidade extraordinária de novos sistemas de combate, com elevada precisão e eficácia. A arte, notadamente a cinematográfica, ajuda a alavancar a relevância de certas tecnologias, fazendo parecer reais tipos imaginários de armas de grande efeito, ou mesmo antevendo inovações bélicas de impacto. Talvez um exemplo dos mais representativos seja a trilogia “Guerra nas Estrelas”, com sabres de luz e armas espetaculares que, ficcionais ou não, ajudam na formação do imaginário acerca dos conflitos futuros. Nesse mesmo sentido, mais recentemente, a variedade de filmes sobre “drones” e inteligência artificial refletem desejos, atenções e, em diferentes graus, as atuais perspectivas.

A prudência, contudo, recomenda evitar o “determinismo” ou o “triunfalismo” tecnológico, que vê no estado da arte bélico o poder definidor dos combates (Bijker, 2008; Cohen, 2013). Os efeitos dessa linha de pensamento sobre o delineamento das forças e das conseqüentes encomendas de sistemas de defesa pode ser severo, especialmente em países emergentes, pois podem gerar escolhas acima do patamar científico-tecnológico nativo, em outras palavras, induzir obtenções no exterior. A diferença de opção entre um sistema de defesa ou componente (sensor) de última geração e um

4 Francis Bacon (1561-1626) – Barão de Verulam – considerado “fundador da ciência moderna”, foi político, filósofo e cientista que se destacou com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem, ocupando-se, especialmente, da metodologia científica e do empirismo.

de penúltima pode representar anos de pesquisa e desenvolvimento adicionais e substancial incremento de custos, sem contar nos riscos associados ao investimento em tecnologias imaturas.

Pode-se acrescentar, ainda, os riscos inerentes às aquisições de defesa, como o não atendimento a requisitos operacionais, a especificação de sistemas demasiadamente sofisticados, atrasos por razões diversas, acarretando o encarecimento do custo final do projeto. Cabe, pois, ao sistema de planejamento de forças e de aquisições de defesa ponderarem custos e benefícios das escolhas tecnológicas a serem priorizadas.

Autores discutem continuamente a relação entre tecnologia e guerra, sem consenso evidente. Nesse ponto, Collin Gray (2010), por exemplo, defende que a teoria da estratégia reconhece a realidade e a relevância do contexto tecnológico em todas as formas de guerra. Contudo, considera que a Estratégia é, primordialmente, uma atividade humana, em meio a um contexto tecnológico, e não o contrário. Isso, segundo o autor, não diminui a importância da tecnologia, mas apenas ressalta que, ao longo da história, o uso a ela dado foi mais importante do que a mera existência de novos equipamentos, indicando a relevância de outros domínios da estratégia.

Há casos variados em que uma grande assimetria tecnológica entre partes beligerantes não teria sido suficiente para alcançar na plenitude os propósitos politicamente estabelecidos para o uso da força, a despeito de vitórias em combates, seja em guerras entre estados ou contra organizações não estatais. Os casos mais citados são as guerras do Vietnã, do Afeganistão e conflitos envolvendo Israel. Cabe destacar que é da natureza da estratégia evitar o confronto em ambiente operacional que possa favorecer a um oponente e buscar explorar outras dimensões do emprego da força com os princípios como a massa, capacidade de comando e controle, moral, surpresa, força bruta ou mesmo habilidade diplomática, entre outros (Gray, 2010; Baylis, 2010).

Há também dificuldades com a antevisão de ambientes operacionais em horizontes distantes de tempo, em meio a cenários incertos e cambiantes. A conurbação de centros urbanos gera megalópoles superpovoadas e congestionadas, com desigualdade

e violência crescentes, dando origem e variadas formas de crime organizado que, não raro, se internacionalizam. Entre elas, o contrabando, o narcotráfico e o descaminho extrapolam o campo de atuação criminal para o ambiente marítimo, onde surge a pirataria, o roubo armado a portos e navios. No plano ambiental, questões ligadas ao clima e à deterioração da saúde dos oceanos trazem também demandas de governança e de implementação da lei e da ordem no mar em escalas crescentes.

Paralelamente, as Forças Armadas têm sido empregadas cada vez mais em atividades de não-guerra. Operações de alívio de catástrofes ou de desastres ambientais, ou de assistência humanitária também demandam capacitações e materiais específicos que necessitam ser considerados no planejamento, principalmente em países emergentes. Nesses, observa-se uma variedade de atuações das forças sem relação direta com a tarefa precípua de defesa da pátria.

4 A CIÊNCIA E A GUERRA DO FUTURO

Como mencionado anteriormente, o avanço da ciência ao longo da modernidade foi notável, e ganhou um padrão exponencial na segunda metade do século XX. Novos campos cognitivos têm sido criados ou combinados, para gerar soluções inovadoras para os problemas humanos. Neurociência, biologia sintética, nanociência e computação quântica são apenas alguns exemplos de integração de saberes, que estão viabilizando novas e extraordinárias armas. As potências centrais lideram esse processo e aos países emergentes cabe o empenho para que o *gap* tecnológico não se amplie em demasia.

As relações contemporâneas entre ciência, tecnologia, inovação e setor produtivo deram origem ao conceito de Indústria 4.0, em que capacidades são desenvolvidas, engendrando novos materiais, processos e recursos. Surgem inéditas formas e escalas de produção, como a manufatura avançada, com a impressão em 3D, o uso de altos níveis de energia⁵, a aplicação intensiva de tecnologias de informações

5 As chamadas “armas de energia direta”, como o laser e canhão eletromagnético (rail gun), requerem altos níveis de energia.

e comunicações e o processamento de grandes massas de dados (*big data & analytics*). Destaque-se, ainda, os sistemas e redes de amplo alcance que potencializam e multiplicam essas capacidades, com reflexos nos sistemas de combate. Hipervelocidade, automação, miniaturização (até a escala nanométrica) e precisão são algumas características que as inovações de ruptura estarão a apresentar.

As aplicações militares ou duais são inúmeras: armas de energia direta, tecnologias de vestir para o soldado do futuro, a “internet das coisas militares” (IoMT) e os sistemas e plataformas crescentemente autônomas, desde os “drones” remotamente controlados até os sistemas com maior grau de autonomia, cujo limite é o emprego da inteligência artificial. Essas são apenas algumas das tecnologias disruptivas já em uso, em desenvolvimento ou com perspectivas de se tornarem realidade no horizonte de uma ou duas décadas.

Uma provocação do periódico *The Economist*, em 2016, estimulou os debates associados a essas tecnologias disruptivas e duais: “[...] o que quer que você faça, a inteligência artificial pode fazer melhor [...]”⁶. No que tange aos sistemas de defesa, isso nos lembra os sistemas crescentemente autônomos, particularmente os LAWS (*lethal autonomous weapons systems*), e seu potencial, real ou imaginário. Seria a inteligência artificial (IA) capaz de retirar ou diminuir a centralidade do ser humano no campo de batalha? Será possível transferir a para um sistema de combate autônomo a capacidade de decisão sobre um ataque letal? Debates éticos e morais se desenvolvem em torno dessas questões, ampliando as incertezas associadas e gerando iniciativas de banimento desse tipo de arma por meio de tratados internacionais, de modo a evitar uma corrida armamentista de IA. Não obstante, cresce o número de países que utilizam drones armados e as potências centrais não parecem querer abrir mão desses equipamentos.

Algumas tecnologias trazem, no plano operacional, outros desafios, como a “guerra centrada em redes” (*network centric warfare*) que, se por um lado, integra e multiplica as potencialidades de

6 Disponível em: <https://learnmore.economist.com/story/57a849c338ba0ee-26d98a68d/page/1>. Acesso em: 25 mar. 2019.

combatentes e de sistemas de armas, por outro, gera uma dependência ou exposição ao ciberespaço. Na escala longa da História, esse campo do ciberespaço é relativamente novo, mas se tornou imprescindível à vida contemporânea e representa uma nova dimensão a perpassar todos os demais domínios dos combates clássicos como terra, ar, mar e espaço. Cabe ainda acrescentar que esse mais recente domínio é também dependente de ampla infraestrutura física, que inclui a extensa malha de cabos submarinos, por meio da qual fluem quase a totalidade das trocas de dados transoceânicas via Internet, além das construções em terra. Em seu conjunto, esses recursos constituem uma infraestrutura crítica em termos de segurança nacional.

Esses e outros aspectos influenciam o modo pelo qual os estados e as sociedades percebem, interpretam e delinham seus sistemas de defesa. O pensamento estratégico se forma por essa via e estará presente, de alguma forma, nas decisões relativas à configuração e ao dimensionamento de meios do sistema de defesa para fazer frente às contingências que, porventura, surjam em um horizonte temporal determinado.

5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DIMENSIONAMENTO DE MEIOS

A defesa nacional ganha concretude em sua base material, resultado dos diferentes processos e métodos de planejamento e de obtenção, no país e no exterior. Essa base material é composta de sistemas de combate, de comando e controle⁷, bases, plataformas, armas e munições, entre outros. Cabe ainda destacar as correspondentes doutrinas de emprego e, resalte-se, as pessoas qualificadas a operar esses sistemas. Esse conjunto deve proporcionar um aprestamento operacional continuado ao longo do tempo, uma vez que não é possível determinar quando uma crise ou conflito surgirá.

Um dos desafios do planejamento de defesa é transformar “pensamento estratégico” em um dimensionamento de meios

7 A sigla C2 (comando e controle) incorporou ao longo do tempo outras funções fundamentais, sendo a C4ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento) uma das mais comumente utilizadas, mas não a única.

materiais que instrumentarão o setor de Defesa. Pensamento estratégico pode ser entendido como a visão predominante em meio à elite política dirigente, a partir da interpretação da realidade do país e do tipo de inserção que deseja ter no sistema internacional. Isso inclui as percepções de ameaças, riscos e oportunidades, bem como do nível de poder de reação que se deseja construir para fazer frente a eventuais situações em que a soberania ou os interesses nacionais possam estar afetados.

Esse processo demanda também decisões sobre a parcela do esforço social de geração de riquezas que será direcionada ao setor de Defesa pela via orçamentária, afinal, política de defesa e orçamento de defesa são indissociáveis e necessitam estar em consistente sintonia. Além disso, envolve entidades e atores variados que atuam em diferentes níveis de poder, em áreas como política, estratégia, economia, sociedade, ciência e tecnologia, meio ambiente, entre outros, que possuem visões nem sempre harmônicas e não raro conflitivas. Um mau ou limitado diálogo entre esses setores pode ter efeitos nocivos aos resultados pretendidos, que englobam, em última análise, melhor instrumentar as Forças Armadas e fortalecer a base industrial nativa.

Em geral, trata-se de um processo longo e complexo que é realizado por intermédio das instituições do Estado, sendo o nível político o responsável por estabelecer metas e fins para o sistema de defesa, à luz do pensamento estratégico predominante. Tal visão pode ser depreendida dos documentos condicionantes de alto nível, como a Constituição Federal, marcos legais e as políticas públicas relacionadas à Defesa, notadamente a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Acrescenta-se, ainda, o Livro Branco da Defesa Nacional, implementado pela Lei Complementar 136/2010.

Para transformar essas visões em uma lista de capacidades e meios que constituirão a base material de Defesa, fazem-se necessárias sistemáticas de planejamento e metodologias específicas. A complexidade desse processo é, ainda, mais potencializada quando se notam as mudanças do sistema internacional, sujeito a forças transformadoras com potencial de gerar crises e conflitos de

difícil previsão: disputas de poder entre estados; crises econômicas; escassez de alimentos, de recursos naturais ou de energia; expansão demográfica do planeta, com migrações conflituosas e aumento da demanda por recursos de toda ordem; efeitos colaterais dos avanços de ciência e da tecnologia, com impactos em questões ambientais, climáticas, entre outras. Eis alguns exemplos que podem gerar cenários de crises político-estratégicas ou mudar tendências de forma positiva ou negativa aos interesses nacionais.

Nesse meio, o planejador se vê diante de dilemas e de escolhas que invariavelmente impactarão na construção das forças do futuro. Nos países emergentes, tais escolhas são ainda mais desafiadoras, pois requerem decisões sobre os meios materiais que darão origem às encomendas tecnológicas, incluindo plataformas e sistemas de defesa para os ambientes terrestre, marítimo, aéreo, espacial, todos perpassados pelo ciberespaço. Os chamados projetos estratégicos de defesa sinalizam opções adotadas por cada país.

Nesse processo, se a política estabelecer objetivos muito elevados, o reflexo será sentido na configuração e dimensionamento de forças desejadas, o que, por sua vez, poderá demandar tecnologias que não estão ao alcance da base industrial de defesa. Haverá, ainda, a possibilidade de surgirem oportunidades de compras de produtos prontos que são oferecidos no mercado, por terem deixado de atender aos requisitos dos países detentores, por variadas razões: não atendimento a requisitos operacionais pretendidos, final da vida útil, obsolescência, restrições orçamentárias, entre outras. Surgem, assim, as chamadas “compras de oportunidade”, que podem ser solução mais rápida, talvez a única, de se obter um determinado produto de defesa já pronto, mas nem sempre favorecem o desenvolvimento da indústria nativa.

Nesses casos, corre-se o risco de os investimentos públicos se tornarem indutores de compras externas, em detrimento das internas, com reflexos sobre o grau de dependência tecnológica. Como se percebe, não são decisões fáceis, haja vista haver demandas de curto prazo a serem atendidas e os grandes projetos estratégicos de defesa serem, em geral, de médio ou longo prazos, principalmente em países emergentes com barreiras tecnológicas a superar.

Desse modo, parece importante que a sistemática de planejamento de defesa, em todos os níveis, leve em consideração, desde o princípio, as capacitações disponíveis na BID, as tecnologias que estarão ao alcance do sistema de aquisições de produtos de defesa em âmbito nacional. Cabe acrescentar que os desafios tecnológicos para emergentes são crescentes.

6 FORÇAS DO AMANHÃ E DO FUTURO

As Forças Armadas do presente já requerem um esforço substancial de capacitação industrial e tecnológica para que a manutenção apropriada seja feita no país, haja vista a existência de meios e sistemas importados, como plataformas, sensores e armamentos, entre outros. Contudo, faz-se necessário planejar as forças do amanhã (curto a médio prazo), que farão frente à obsolescência das já existentes, substituindo-as por meios novos e mais atualizados do ponto de vista tecnológico. Isso também demanda o contínuo aumento da capacitação nativa em termos de indústria de defesa.

Ademais, há ainda que se pensar nas forças do futuro, que instrumentarão as próximas gerações para fazer frente às contingências que lhes sobrevenham. Preparar Forças Armadas críveis e aprestadas é um empreendimento de longo prazo e, desse modo, torna-se um dever irrenunciável de cada geração tomar decisões sobre opções tecnológicas, em termos de sistemas de defesa, que possivelmente só estarão operacionais em uma ou duas décadas e, dependendo do grau de sofisticação, em mais tempo, principalmente em países emergentes (Moreira, 2011). Isso implica a necessidade da elevação do patamar científico-tecnológico nacional, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento votados aos produtos de defesa, concebidos para emprego em futuros ambientes operacionais que, como se sabe, são de difícil antevisão.

Convém, ainda, ressaltar que, como anteriormente mencionado, projetos estratégicos de defesa são intensivos em capital e, em geral, de média ou longa duração. No cenário de acelerada geração de inovações de uso militar, há o risco de que um produto em

desenvolvimento se torne obsoleto pela chegada ao mercado de uma inovação de ruptura que inviabilize uma arma em desenvolvimento há uma década ou mais. Pode-se citar, como exemplo, os debates, no âmbito da estratégia naval, sobre a viabilidade de grandes plataformas de superfície como porta-aviões, em um cenário de duas ou três décadas, frente ao desenvolvimento de sistemas de mísseis de maior precisão, alcance e velocidade, associados à ampliação de capacidade de detecção a longa distância. Assim mostram as discussões sobre o conceito de *Anti-Access and Area Denial (A2/AD)*, particularmente, aplicado ao ambiente político-estratégico do Mar do Sul da China.

É, nesse contexto, que o planejamento de defesa necessita fazer opções balanceadas e contribuir para a geração de demandas que estimulem o desenvolvimento da BID nacional, mas ao mesmo tempo, criem as condições para a geração ou incorporação de tecnologias avançadas, principalmente em países emergentes. A Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira tem indicado que o país não deseja mais ser mero comprador de armas, mas parceiro no desenvolvimento de tecnologias de ponta. Para tal, parcerias internacionais podem ser positivas e viabilizar transferências de tecnologias avançadas e, portanto, um importante caminho a explorar em benefício da base industrial de defesa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa herança histórica permite considerar que a guerra tem um futuro, em outras palavras (*clauswitzianas*), o uso da força para fins politicamente estabelecidos prossegue em suas variadas formas. Por outro lado, a guerra do futuro se deixa pensar pela coevolução de ameaças e desafios sob a forma de armas inovadoras, de um lado, e pelo crescimento das capacitações em defesa e em contramedidas, do outro, nos variados níveis de poder no sistema internacional.

É possível antever transformações na estratégia de defesa, em especial com a intensificação tecnológica dos ambientes operacionais, quando estarão presentes plataformas crescentemente autônomas, sofisticados sistemas de comando e controle centrados em rede, bem como armas precisas de alto impacto e poder destrutivo. Embora

a centralidade do ser humano no campo de batalha ainda esteja assegurada no presente, já suscita debates, num horizonte de tempo mais ampliado, quanto ao grau em que se dará dentro ou à margem dos processos decisórios inerentes ao uso da força.

Nesse contexto, o futuro de nações soberanas está a demandar capacidades e instrumentos de defesa que, em diferentes escalas, façam frente às contingências do porvir, todas de difícil previsão. A constituição dessas capacidades deriva de uma complexa sistemática de planejamento, que tem origem na formação de um pensamento estratégico, com a interpretação da realidade do país e do tipo de inserção que deseja ter no sistema internacional, das ameaças e oportunidades a serem consideradas. A partir daí, utilizando-se o arsenal metodológico disponível, parte-se para delinear e configuração de meios necessários a instrumentar as Forças Armadas.

Nesse processo, países emergentes se veem diante de difíceis decisões em termos de opções de investimentos em tecnologias militares, haja vista a acelerada geração de inovações com potencial de ruptura, com o potencial de revolucionar as formas tradicionais de combate. Em geral, com orçamentos limitados e sujeitos a oscilações, em função das crises econômicas, que periodicamente surgem, os planejadores têm de enfrentar desafios de magnitude para resolver a equação que transforme pensamento estratégico em uma lista de meios a serem obtidos, na preparação para a “guerra do futuro”.

Cabe considerar, ademais, que tecnologias no estado da arte bélica são produzidas nas potências centrais ou em países com grande desenvolvimento científico-tecnológico e, dependendo do grau de sofisticação e do poder que agregam, não são acessíveis pelo mercado internacional de produtos de defesa. Por outro lado, a concepção e o desenvolvimento, de produtos estratégicos de defesa podem levar longo tempo, que pode ultrapassar uma ou mais décadas, principalmente em países emergentes. Desse modo, em geral, as forças do futuro, particularmente seus grandes sistemas e plataformas, necessitam ser decididas pela geração anterior à de emprego, em outras palavras, cada geração tem essa responsabilidade, irrenunciável, de decidir com que forças a próxima geração poderá contar.

REFERÊNCIAS

BAYLIS, John; WIRTZ, James; GRAY, Collin S. (ed.). *Strategy in the Contemporary World*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BIJKER, Wiebe E. *Why and How Technology Matters*. In: GOODIN Robert E.; TILLY, Charles. *The Oxford handbook of contextual political analysis*. New York: The Oxford University Press, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GRAY, Collin S. *The Strategy Bridge: theory for practice*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

COHEN, Eliot. Technology and warfare. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. *Strategy in the contemporary world*. 4 ed. New York: Oxford University Press, 2013.

THE ECONOMIST. Special Report. *The Future of War: the new battlegrounds*. 27 jan. 2018.

MOREIRA, W. S. Ciência e tecnologia militar: “política por outros Meios”? *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.18 n. 2 p. 71-90, jul./dez. 2012.

MOREIRA, W. S. Obtenção de Produtos de Defesa no Brasil: O Desafio da Transferência de Tecnologia. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.17 n. 1 p. 1-172, jan./jun., 2011.

GUERRA DO FUTURO: tendências político-econômicas de longa duração e a inserção brasileira

Ricardo Zortéa Vieira¹

1 INTRODUÇÃO

É bastante claro que uma grande tentação ao prospectar a guerra do futuro é se deixar levar pelo impacto, aparentemente revolucionário, de algumas inovações tidas como disruptivas, sejam elas tecnológicas ou socioculturais. Várias dessas inovações, nos últimos 100 anos, prometeram modificar o caráter da guerra, como o poder aéreo, as armas nucleares, as insurreições e as guerras híbridas e assimétricas, até chegarmos à mais recente de todas, a ciberguerra. Nos anos 1990, o impacto acumulado dessas inovações parece ter atingido uma massa crítica para gerar, no campo dos estudos estratégicos, uma convicção, mais ou menos difusa, de que a guerra teve seu caráter indelevelmente modificado nas últimas décadas. Ademais, essa mudança, na forma de guerrear (o que alguns chamariam de uma intensa Revolução nos Assuntos Militares), teria consequências socioeconômicas e políticas igualmente revolucionárias, inclusive com a superação dos Estados nacionais (Creveld, 1991; 1999)

Nesse capítulo, será feito o contraponto da ideia de mudança revolucionária na guerra, nas últimas décadas, por meio da recuperação de algumas tendências históricas de longa duração. O argumento central é o de que a principal dessas tendências, no que se refere aos estudos estratégicos, é a formação, impulsionada pelo dilema de segurança e pela balança de poder, daquilo que pode ser chamado de Poder Militar Nacional, distinto dos poderes tribais, imperiais ou outros. A última grande inovação na formação desse tipo de poder foi a aquisição da capacidade de ataque aéreo

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: ricardozortea2@gmail.com.

e nuclear estratégico pelas Grandes Potências entre os anos 1940 e 1960. Mesmo essa modificação foi complementar às duas outras dimensões do poder militar nacional já presentes, qual sejam, a convencional e a irregular. Desde então a forma dominante de poder militar segue a mesma.

O elemento que realmente modificou o panorama estratégico global foi a quebra do funcionamento da Balança de Poder no esteio do enfraquecimento do poder relativo da União Soviética dos anos 1970 em diante. A erosão da Balança de Poder gerou uma conjuntura de exercício imperial do poder pelos EUA e, conseqüentemente, as teses sobre uma mudança revolucionária na guerra e a superação dos Estados Nacionais. Entretanto, com a reconstrução russa e a ascensão chinesa nos anos 2000 e, sobretudo, com a escolha da China como nova adversária estratégica central dos EUA, após 2009, com o “Pivô para a Ásia” do Governo Obama (2009-2017), a Balança de Poder está novamente em pleno funcionamento e, com ela, também o desenvolvimento dos poderes militares nacionais. É a corrida pelo acúmulo e, ocasionalmente, pelo exercício direto do poder militar nacional que irá, portanto, dominar a guerra do século XXI.

Para demonstrar o argumento acima, inicialmente será apresentado a constituição do chamado Poder Militar Nacional, impulsionado pela balança de poder e pelo dilema de segurança, e que inclui a estrutura institucional do Estado e os processos de desenvolvimento econômico. Essa primeira discussão será encerrada com uma radiografia do poder militar nacional ao final dos anos 1960. A partir daí, verificaremos como a deterioração do poder militar nacional soviético obstruiu o funcionamento da balança de poder, a partir do final daquela década, culminando com o colapso da União Soviética e uma situação imperial sob o poder americano nos anos 1990. A construção de um poder imperial americano foi obstruída, todavia, pela reconstituição da balança de poder global apoiada na ascensão chinesa e reconstrução russa, nos anos 2000, e pela reação americana a esses desafios, que culminam no projeto neonacionalista do governo Donald Trump. Tais processos representam o retorno à corrida milenar pela construção do poder militar nacional. Desta

forma, concluir-se-á a esses argumentos e aos significados desses movimentos a inserção estratégica internacional do Brasil na balança de poder.

2 O PROCESSO MILENAR DE CONSTITUIÇÃO DO PODER MILITAR NACIONAL

O Poder Militar diferencia-se do poder econômico ou ideológico pela sua capacidade de destruição imediata. Ao mesmo tempo, dado que todo poder é relacional, somente se tem poder militar caso a capacidade de destruição do seu detentor seja superior ao do objeto desse poder. Nesse caso, o detentor do poder militar passa a ter a capacidade de arrasar os demais, o que, por sua vez, historicamente, se tornou a base para a reivindicação de soberania sobre determinados territórios e populações. Quando o poder militar específico encontra outro que é capaz de impor a ele custos superiores aos benefícios do uso da força, tem-se uma situação de dissuasão e soberanias competitivas. Dessa forma, e como apontou John Herz (1950), cada soberania é, permanentemente, ameaçada pelo poder militar de suas rivais imediatas. A acumulação de poder militar passa a ser, assim, uma tarefa indispensável para a preservação mínima da soberania, ao fundamentar a dissuasão do poder concorrente, e tem como prêmio maior a preservação máxima da soberania, ao permitir, em caso de acúmulo relativo de capacidade bélica, a destruição dos rivais. É importante lembrar ainda que, como coloca Edward Luttwak (1987), a vitória, na corrida pelo acúmulo de poder militar, não necessariamente é marcada pela aplicação da força: é possível que os perdedores sejam coagidos – apenas com ameaças, diretas ou veladas – de destruição física, configurando-se já nesse momento uma situação de soberania parcial, restrita ou tutelada.

A tarefa suprema de não ficar para trás na corrida pela acumulação de poder militar é feita pelas soberanias no plano externo e interno. Historicamente, as soberanias são sempre múltiplas, o que significou a formação de coalizões entre as mais fracas para conter o ímpeto de conquista e destruição das mais fortes, formando uma sequência de balanças de poder dentro desses

sistemas (Mearsheimer, 2007).

A política entre as soberanias é dominada, assim, pelo acúmulo de poder militar para dissuadir ou vencer na guerra as concorrentes. O desenvolvimento do poder bélico, por sua vez, requer uma ampla mobilização de meios humanos e materiais. No sistema de múltiplas soberanias da Europa, do século X em diante, a enorme fragmentação política levou a uma grande necessidade relativa de recursos bélicos frente a outros contextos históricos. Inicialmente, o desafio de pagar pelos custos das guerras foi enfrentado por diversos tipos diferentes de soberanias, como cidades-Estados, Impérios, ordens religiosas, confederações, pequenos principados e as grandes monarquias. A vantagem nessa competição pelos recursos bélicos ficou com as últimas, que conseguiam combinar cidades fornecedoras de tributos e empréstimos para a contratação de mercenários e a compra de equipamento e territórios populosos capazes de fornecerem os recrutas para os Exércitos nacionais (Tilly, 1996).

A extração dos recursos pelas grandes monarquias não foi, todavia, uma tarefa fácil. Para obterem os tributos e empréstimos necessários à compra de equipamentos e à contratação de mercenários, os soberanos tiveram que aceitar o fortalecimento dos parlamentos e eliminar as estruturas de poder patrimoniais, as substituindo pelas modernas burocracias com distinção entre funcionários e meios de administração. Posteriormente, para viabilizarem o recrutamento que levou à formação dos Exércitos nacionais que substituíram as forças de mercenários, os príncipes tiveram que instituir uma série de direitos democráticos e sociais. O ponto culminante nesse processo foi a Revolução Francesa, que para concretizar a *Levée en Masse* consolidou a noção de cidadania e de administração direta da população e território pelo governo central (Tilly, 1996; Ertman, 1997).

Enquanto as instituições políticas e administrativas modernas se formavam sob a pressão da guerra, os gastos associados aos esforços de defesa se tornavam o principal impulsionador do desenvolvimento econômico. A própria remonetização do continente e, portanto, o estímulo ao desenvolvimento dos mercados, pode ser atribuído a tributação feita pelas monarquias para pagarem pelas guerras (Elias, 1993). Posteriormente, as Coroas passaram a buscar balanças

comerciais positivas para acumularem ouro para pagarem pelas guerras, o que levou à criação de sistemas alfandegários, às conquistas coloniais e aos subsídios diretos às manufaturas (Fiori, 2004). Mais adiante, no século XVIII, o gasto bélico da Inglaterra, o maior da Europa em termos relativos e absolutos, se converteu na principal fonte de demanda efetiva que viabilizou a Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, as conquistas coloniais inglesas se tornaram fontes de demanda, matéria-prima e recursos financeiros, sobretudo via saques, que apoiavam a crescente indústria da ilha britânica (Hobsbawn, 1999).

No século XIX, a importância da indústria como base para o poder militar levou ao surgimento de políticas industriais que incluíam proteção tarifária, construção de ferrovias, subsídios fiscais e criação de sistemas de crédito para a indústria por parte das Grandes Potências (Gerschenkron, 1962; Fiori, 1999). Nesse mesmo período, a necessidade de obtenção da lealdade dos cidadãos para fundamentar qualquer esforço de guerra levou ao início da ampliação das redes educacionais, de saúde e previdência, consolidando as relações de cidadania e diversificando o aparato administrativo do Estado (Tilly, 1996).

A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais são exemplos da culminação do processo descrito acima. Ambos os conflitos foram travados por Forças Armadas constituídas de cidadãos com laços de lealdade exclusivos e perenes aos seus Estados, baseados na disseminação do nacionalismo por redes públicas de educação e na garantia, ao menos parcial, de proteção social trabalhista, previdenciária e de saúde. Os cidadãos recrutados e os militares profissionais por sua vez eram armados e equipados por uma indústria nacional moderna, frutos de políticas industriais executadas pelos seus Estados, e pagos por uma moderna máquina fiscal, creditícia e administrativa. De fato, cada soldado no *front* era apoiado por centenas de administradores públicos, empresários, operários, cientistas, educadores e profissionais de saúde. Essa enorme estrutura de suporte à guerra, ou, em tempos de paz, à dissuasão, somada às forças combatentes em si, é um híbrido de capacidades que podemos denominar de Poder Militar Nacional.

É importante observar que o advento do poder aéreo estratégico, das armas nucleares ou das guerras revolucionárias, entre

os anos 1940 e 1960, não alteraram o caráter dominante no sistema interestatal do que foi chamado acima de Poder Militar Nacional. O poder aéreo estratégico e as armas nucleares, que podem ser tratados de uma forma unificada no que diz respeito a conflitos de alta intensidade entre as Grandes Potências, dependem de tecnologia, componentes industriais e pessoal qualificado. Esses recursos só podem ser fornecidos por um Estado que disponha de uma estrutura industrial complexa, um grande sistema educacional e de ciência e tecnologia, uma densa infraestrutura de transportes e comunicações, e grande poder financeiro e administrativo. Para tudo isso se requer legitimidade e estabilidade política do Estado, o que só é possível via alguma medida de proteção socioeconômica generalizada. Além disso, ainda existe a possibilidade de conflitos convencionais de alta intensidade, ainda que limitados, entre as Grandes Potências, dado que não é factível supor que qualquer país irá responder com um ataque nuclear total uma invasão convencional, pois isso poderá acarretar a sua própria destruição completa. O risco de uma guerra convencional entre potências nucleares é bem exemplificado pelos conflitos indo-paquistaneses e pelo próprio investimento em forças convencionais pelas Grandes Potências desde 1949 (Mearsheimer, 2001).

As operações irregulares, isoladamente ou em conjunto com operações convencionais, também não alteraram o primado dos Poderes Militares Nacionais nessa fase histórica. Assim como aconteceu no caso do poder nuclear, as forças irregulares também dependiam da estrutura de apoio estatal. Ainda que fossem muito menos tecnológicos e capital-intensivos que as forças estratégicas, os enfrentamentos irregulares requerem, sobretudo uma grande capacidade de persuasão ideológica, o que, por sua vez, dependia da atratividade do modelo socioeconômico geral dos países patrocinadores tanto das insurreições quanto dos regimes que as combatiam. A Guerra do Vietnã foi um claro conflito híbrido, no qual forças irregulares como os Vietcongs lutavam ao lado das Forças Armadas regulares norte-vietnamitas e sob o incentivo econômico, ideológico e proteção nuclear sino-soviético contra as forças regulares de uma potência nuclear.

Ao final dos anos 1960, é possível dizer que o Poder Militar Nacional possuía uma estrutura tríplice, combinando forças dedicadas

ao combate regular, forças nucleares e forças especiais, focadas no estímulo e combate às insurgências. A necessidade de combater ou dissuadir nessas três dimensões se reflete nas estruturas estatais dos anos 1950 e 1960. Os Estados desse período fortaleceram seus instrumentos de apoio ao desenvolvimento econômico, com destaque para os países do Leste Asiático e o Brasil, e ampliaram suas redes de proteção social, foco dos países da Europa ocidental. Apesar das prioridades regionais diferenciadas, o desenvolvimento econômico e a proteção social eram preocupações generalizadas. Assim, os Estados europeus aderiram às políticas industriais, inclusive com a criação e fortalecimento das suas empresas estatais em áreas básicas da economia (Medeiros, 2013). Na América Latina e Extremo Oriente, por sua vez, foram fortalecidas as redes de proteção social.

3 INTERRUPTÃO PARCIAL E POSTERIOR RETORNO AO PROCESSO MILENAR DE CONSTRUÇÃO DO PODER MILITAR NACIONAL

No início dos anos 1970, o poder militar nacional soviético rivalizava com os EUA na esfera nuclear, convencional e irregular. Na primeira, atingiu a paridade estratégica com as forças americanas (Petrelli; Pulcini, 2018). Na segunda, possuía contingente, material e capacidade industrial quantitativamente superior, o que compensava a defasagem tecnológica com relação aos Estados Unidos (Bitzinger, 1989). Finalmente, na dimensão irregular, a URSS era patrocinadora e modelo de uma miríade de grupos armados em todos os continentes, inclusive na Europa.

A partir desse momento, verifica-se um declínio relativo do poder militar nacional soviético. Em primeiro lugar, a balança de poder convencional passou a pender para o lado ocidental através da incorporação de munições de precisão (*Precision Guided Munitions*, ou PGM), computação e sensores avançados, resultado do projeto *Assault Breaker* da *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA) e da nova doutrina *Air-Land Battle* (Krepinevich, 2002; Adamsky, 2013). Além das mudanças no perfil da força e na dimensão operacional, amplia-se, nos anos 1970 e 1980, a disparidade econômica entre os blocos Ocidental e Oriental, ao mesmo tempo em que a China se

torna uma aliada tácita dos EUA. Na dimensão irregular, por sua vez, as forças soviéticas se desmoralizam no Afeganistão e os movimentos pró-soviéticos passam a se enfraquecer ou ter a concorrência daqueles alinhados com Pequim.

Já nos anos 1970 e 1980, o declínio do poder soviético permite uma maior margem de manobra para a estratégia estadunidense. Assim, a ausência do risco de uma deserção dos aliados ocidentais ou de uma rebelião armada pró-soviética na Europa Ocidental permite aos EUA destruírem o sistema de Breton Woods e forçarem a liberalização financeira internacional, o que golpeia as estratégias de desenvolvimento econômico nacionais e o Estado de Bem-Estar na Europa. A liberalização financeira também permite uma maior capacidade de endividamento e gasto do Estado americano (Serrano, 2004). Os recursos adicionais são empregados na Revolução Técnica Militar, que transborda para o setor civil levando à liderança mundial dos EUA no setor de tecnologia de informação (Ruttan, 2006).

Com o colapso da URSS, em 1991, a balança de poder que estava desequilibrada deixa de operar quase que completamente. Nos anos 1990, assim, os EUA, na condição de novo poder “imperial”, patrocinam uma agenda intensa de desestruturação política, econômica e militar dos Estados Nacionais soberanos. Na primeira dimensão, são enfatizados os arranjos de segurança coletiva e o papel preponderante das Organizações Internacionais sobre os direitos soberanos dos Estados. Na segunda dimensão, os instrumentos econômicos dos Estados são desarticulados através da política de austeridade fiscal, privatizações e abertura comercial e financeira. Na terceira dimensão, a agenda americana passa a se pautar pelo combate às chamadas “novas ameaças” (Saint-Pierre, 2007). A priorização das “novas ameaças” leva, logicamente, à deterioração das caras Forças convencionais, o que é complementar também com a pauta da austeridade fiscal. A tendência, conformada pela soma de todos os elementos da nova agenda americana e viabilizada pela destruição da Balança de Poder, apontava para a substituição do sistema interestatal por um “sistema imperial” comandado desde Washington.

A tendência apontada acima, contudo, não se confirmou historicamente. Ao contrário, o século XXI está sendo pautado, desde o

seu princípio, por um conjunto intenso de reações nacionais ao projeto imperial americano. As duas mais importantes partiram das Grandes Potências restantes, Rússia e China, que entenderam (e até hoje entendem) sua posição como ameaçada pelos desígnios imperiais de Washington. No caso da Rússia, o governo Vladimir Putin nacionalizou as reservas energéticas do país e utilizou essa nova capacidade como instrumento diplomático para evitar novos avanços da OTAN e para financiar a reconstrução das Forças Armadas russas. O Estado chinês, por sua vez, ignorou completamente os apelos ocidentais pela quebra do monopólio político do Partido Comunista, pela eliminação do controle de capitais e do câmbio e pela privatização das empresas estatais. Ao contrário, manteve um modelo de sistema político centralizado e de capitalismo de Estado como base para uma industrialização acelerada e para a articulação de instrumentos econômicos de influência política sentidos mundialmente (Medeiros, 2008; Blackwill; Harris, 2006).

A reação dos EUA a esse estado de coisas se materializa, já no primeiro governo de Barack Obama, quando Washington elege, veladamente, a China como seu novo adversário militar, através da estratégia do “Pivô para a Ásia”, proposta pela chanceler Hillary Clinton. A partir daí as “novas ameaças” deixaram de ser o foco da estratégia americana e o planejamento militar do país volta-se para a guerra de alta intensidade entre as Grandes Potências, com a formulação do conceito de *Air Sea Battle* e as avaliações do impacto político-econômico de um conflito bélico com a China (Amitai, 2013; Gokpart; Cevallos; Garafola, 2016). O componente econômico na nova estratégia de contenção de Pequim, por sua vez, seria dado pela *Trans-Pacific Partnership* (TPP), que buscava combater a penetração chinesa na Bacia do Pacífico através da observação de regras liberais de comércio e investimentos. Ao mesmo tempo, Washington buscava se aproximar de Moscou, tentando reverter o jogo de alianças feita por Henry Kissinger nos anos 1970. O fracasso das negociações do TPP e da aproximação com a Rússia, o continuado crescimento e projeção econômica chinesa, e a eleição de Donald Trump à presidência dão início a uma nova fase da estratégia de contenção da China.

A estratégia *America First*, de Donald Trump, desvela as contradições de um Estado que teve como ponto central de sua

estratégia, nas últimas décadas, a sua conversão em um império global, mas que viu essa mesma estratégia fracassar diante da reação Russo-Chinesa. Assim, a Estratégia de Segurança Nacional de Trump declara China e Rússia adversárias dos EUA, enquanto o Pentágono, além de identificar Moscou e Pequim como rivais militares, inicia um esforço de revisão doutrinária focada na guerra interestatal de alta intensidade, da qual surge a concepção de *Multi-Domain Operations* (United States, 2017; Tradoc, 2018). A reversão da prioridade às Novas Ameaças em direção ao combate interestatal não se limita somente à dimensão política externa e doutrinária, mas envolve também a reconstituição da base econômica e política interna do poder militar nacional.

Na primeira dimensão, Washington avalia que é necessária a reconstrução da Base Industrial do país, que foi duramente golpeada pelo cosmopolitismo econômico e pela concorrência chinesa e que gerou uma situação no qual as cadeias de abastecimento industrial do Pentágono hoje se encontram parcialmente desnacionalizadas ou descontinuadas (United States, 2018). Na dimensão política interna, faz-se mister recuperar a lealdade da população do *hinterland* americano, que tinha perdido importância dentro do projeto de império cosmopolita centralizado em Washington, Nova York e Califórnia, mas que é essencial para se viabilizar os EUA enquanto Estado Nacional. Para garantir o primeiro ponto, a reconstrução industrial americana, Trump recorre ao nacionalismo econômico, o que inclui a guerra tarifária com a China e mesmo a perseguição, na melhor tradição mercantilista, de empresas estrangeiras rivais específicas, como é o caso da Huawei. Já a reconstituição do apoio popular doméstico passa pelo combate à entrada de migrantes e refugiados, assim como pelos valores culturais considerados cosmopolitas e apartados da identidade nacional americana.

Ao mesmo tempo em que o governo Trump parece marchar no sentido da reconstituição dos EUA como Bloco Nacional, ao invés de Estado Imperial, as estruturas herdadas das décadas anteriores impedem que o projeto neonacionalista avance sem resistências significativas. Assim, existe um enorme bloco financeiro, cultural e militar que considera ainda viável a retomada do projeto imperial, em vigor até os anos 2000, e para quem o governo Trump é, portanto, um

elemento de desestabilização. Entretanto, parece cada vez mais claro, mesmo que os aspectos associados às chamadas “Guerras Culturais” sejam alterados em futuros governos americanos, que os elementos de competição militar e econômica entre as Grandes Potências que se consolidou na presente década permanecerão. Tais elementos, como ressaltado neste trabalho, representam um retorno à uma competição interestatal de raízes milenares e devem moldar a guerra e a preparação para a guerra, pelo menos nas próximas décadas, senão no século XXI como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas próximas décadas, o sistema interestatal se pautará pela preparação para uma guerra interestatal de alta intensidade entre Estados Unidos e China. Um conflito como esse, ainda que catastrófico, é inteiramente possível.

Na dimensão econômica, o sistema interestatal já testemunhou, ao longo dos séculos, uma miríade de conflitos entre países com alta integração financeira e comercial entre si. Na dimensão militar, um conflito direto entre China e EUA, ou entre outras Grandes Potências, muito provavelmente terá, devido à existência dos arsenais nucleares, o espaço interurbano como campo de batalha, preservando as principais cidades de ambos os lados. Ou seja, uma guerra como essa não levará, necessariamente, à destruição civilizatória gerada pelas “guerras no meio do povo”, no ambiente urbano.

Ao contrário, as guerras em ambientes urbanos ocorrerão nos países satélites das Grandes Potências, desprovidos de capacidade de dissuasão nuclear, de forças convencionais altamente preparadas e equipadas e Estados capazes de garantirem a lealdade da sua população.

É possível que essa guerra entre China e EUA permaneça num plano virtual, como aquela entre EUA e URSS. De qualquer forma, será essa a referência para o poder militar dos Estados e, portanto, para a sua posição na política mundial.

Tais Estados se dividirão em três categorias. A primeira delas são as Grandes Potências aliadas de Pequim ou Washington, como Rússia

e, provavelmente no médio prazo, Índia. A segunda categoria são as Potências Médias que são capazes de aportar recursos próprios a uma coalizão capitaneada por uma ou outra Superpotência. Tais países são, juntamente com as Grandes Potências, o que chamamos aqui de Poderes Militares Nacionais, possuindo Forças Armadas equipadas, uma indústria de defesa ampla, forte parque científico-tecnológico, capacidades estatais e lealdade da população, como França e Inglaterra. Finalmente, existem os Estados-satélites, aqueles países que possuem Forças Armadas mal equipadas, não tem indústria de defesa própria, nem instituições científicas e tecnológicas de ponta, administração estatal capaz e profissional ou lealdade da população.

Cada categoria apresenta possibilidades específicas. As Grandes Potências podem escolher o lado que tomarão na disputa entre as Superpotências, ou mesmo sustentar, dependendo das circunstâncias, uma estrita neutralidade. As Potências Intermediárias são parceiros valiosos, e assim podem negociar seu apoio ou neutralidade benevolente à Superpotência-líder do seu Bloco, sem, entretanto, ter possibilidade de se associar à outra Superpotência. Finalmente, a terceira categoria são os Estados completamente dependentes, destinados a se tornarem campos de batalha, diretos ou *proxy*, das Grandes Potências, nas “guerras híbridas”, ou “guerras no meio do povo” do século XXI, que podem ser o prelúdio de um enfrentamento global entre Pequim e Washington.

Cabe ao Brasil decidir qual posição buscará de agora em diante. Atualmente, é impossível ao Brasil, no curto ou médio prazo, se posicionar como uma Grande Potência, o que, somado à sua inserção geopolítica, significa que o país deve negociar algum tipo de aliança estratégica ou neutralidade benevolente com a sua superpotência vizinha, os EUA. Entretanto, nessa relação, o Brasil pode aportar capacidades próprias ou pode se contentar em ser um protetorado militar americano e potencial palco das guerras indiretas entre Washington e Pequim.

Caso o Brasil escolha o primeiro caminho, precisa desenvolver seu poder militar ao ponto de ter capacidade de participar de conflitos interestatais de alta intensidade entre as Grandes Potências, ao lado dos EUA, ou ao menos dissuadir de forma autônoma a projeção das

Grandes Potências sobre a América do Sul, caso opte pela neutralidade.

Para isso se requer forte investimento público, na área de Defesa, para desenvolver sistemas avançados e, na área Civil, para criar uma estrutura de comunicações, de transportes, de ciência e tecnologia, bem como uma estrutura industrial, capazes de apoiar as Forças Armadas e a indústria de Defesa. Esse investimento, ainda que demande grande esforço financeiro, se retroalimenta, dado que promove o crescimento do PIB e da tributação.

Ao mesmo tempo, para garantir a lealdade da população, é necessário que sejam respeitados e ampliados os direitos individuais e sociais. Ao longo do último milênio, não ocorreu, na trajetória das Grandes Potências, oposição entre direitos e deveres dos cidadãos. Ao contrário, foram os Estados que garantiram os melhores salários e a melhor proteção social que obtiveram a maior lealdade e os maiores sacrifícios das suas populações e, assim, prevaleceram nas guerras. Ademais, os direitos individuais e sociais dependeram, historicamente, da existência de instituições democráticas consolidadas.

A retomada do investimento público em defesa, na indústria, infraestrutura e parque científico-tecnológico, bem como no sistema de proteção social brasileiro, significa a retomada da construção do Poder Militar Nacional Brasileiro. Esse movimento estaria afinado com os desafios da atual conjuntura sistêmica, pautada pela volta ao conflito entre Estados nacionais pela supremacia mundial após a interrupção ocasionada pelo colapso soviético.

Historicamente, o Brasil foi capaz, desde 1930, de enfrentar desafio semelhante, construindo sua burocracia profissional, desenvolvendo um parque industrial autônomo e integrado e ampliando os direitos dos seus cidadãos. Não é possível garantir que o país, se conseguir repetir em nível superior esses feitos do passado, esteja livre da guerra. Porém, é possível assegurar que, se o fizer, verá diminuídas as chances de se tornar um campo de batalha das Grandes Potências.

REFERÊNCIAS

ADAMSKY, Dmitri. The 1983 Nuclear Crisis: lessons for deterrence theory and practice. *Journal of Strategic Studies*, v. 36, n. 1, 2013.

BITZINGER, Richard. *Assessing the Conventional Balance in Europe, 1945-1975*. Santa Monica: RAND, 1989.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: geoeconomics and statecraft*. Cambridge: Harvard University, 2016.

CREVELD, Martin Van. *The Transformation of War*. New York: Free Press, 1991.

CREVELD, Martin Van. *Rise and decline of the State*. New York: Cambridge University Press, 1999.

UNITED STATES. Department of Defense. *Assessing and Strengthening the Manufacturing and Defense Industrial Base and Supply Chain Resiliency of the United States*. Report to President Donald J. Trump by the Interagency Task Force in Fulfillment of Executive Order 13806 Washington, DC: Department of Defense, 2018.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

ERTMAN, Thomas. *Birth of the Leviathan*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ETZIONI, Amitai. Who Authorized Preparations for War with China. *Yale Journal of International Affairs*. v. 8, n. 2, 2013.

UNITED STATES. The White House. *National Security Strategy of the United States*. Washington, DC: White House, 2017.

FIORI, José Luís (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís (org.). Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GERSCHEKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

GOMPART, David C; CEVALLOS, Astrid S; GARAFOLA, Cristina L. *War with China: Thinking through the Unthinkable*. Santa Monica: RAND, 2016

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, v.2, n. 2, 1950, p. 157.

HOBBSBAWN, Eric J. *Industry and Empire: From 1750 to the present*. New York: New Press, 1999.

KREPINEVICH, Andrew F. *The Military-Technical Revolution: a preliminary assessment*. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessment, 2002.

LUTTWAK, Edward. *Strategy: the logic of war and peace*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1987.

MEARSHEIMER, John. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Lisboa: Gradiva, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento Econômico e Ascensão Nacional: Rupturas e Transições na Rússia e na China. In: FIORI, José Luís. *O Mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Estratégias Nacionais de Desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Padrões de desenvolvimento econômico (1950 – 2008)*. Brasília: CGEE, 2013.

PETRELLI, Niccolò; PULCINI, Giordana. Nuclear Superiority in the Age of Parity: US Planning, Intelligence Analysis, Weapons Innovation and the Search for a Qualitative Edge 1969–1976. *The International History Review*, v. 40, n. 5, p.1191-1209, 2018.

RUTTAN, Vernon. *Is War Necessary for Economic Growth? Military procurement and technology development*. New York: Oxford University Press USA, 2006.

SAINT-PIERRE, H. L. As “Novas Ameaças” às democracias Latinoamericanas: uma abordagem teórico conceitual. *In: Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007. p. 59-82

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Dolar Flexível. *In: FIORI, José Luís (org.). O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 1990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRADOC. *The US Army in Multi-domain Operations 2028: Tradoc Pamphlet 525-3-1*. [S. l: s. n.], 2013.

IMPLICAÇÕES DA EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS

Alexandre Gonçalves¹

Diogo Barcellos da Silveira²

João Spencer Ferreira da Costa Junior³

1 INTRODUÇÃO

Com as crescentes inovações tecnológicas, o contato dos seres humanos com inteligência artificial tem ganhado contornos quotidianos, e facilitado a condução de tarefas monótonas ou que demandam consulta repetitiva a extensos bancos de dados. Em nosso espectro de convivência digital, a Inteligência Artificial (IA) encontra-se presente em softwares de reconhecimento de fala, de tradução automatizada, ferramentas de busca online e filtros de *spam* em *e-mails* e outros *softwares* de comunicação (Brundage, 2018, p. 9).

Como toda tecnologia oriunda de pesquisas avançadas, com resultados amplamente difundidos em meio digital, através da Internet, a aplicação da inteligência artificial encontra caráter dual, limitado unicamente pelas intenções de seu usuário final (Russell, 2015, p. 415).

-
- 1 Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Oficial da especialidade do Magistério do Ensino Superior de Relações Internacionais da Força Aérea Brasileira. Docente da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). Contato: goncalvesag@fab.mil.br.
 - 2 Mestrando em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea. Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores da Força Aérea Brasileira. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (PPGCA/UNIFA). Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR, 2019-2020). Contato: diogodbs@fab.mil.br.
 - 3 Mestrando em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea. Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores da Força Aérea Brasileira. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (PPGCA/UNIFA). Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR, 2018-2020). Contato: spencerjsfcj@fab.mil.br.

Exemplos de testes conduzidos por usuários que encontraram a tecnologia disponível *online* incluem a manipulação de jogos eletrônicos, controlados com os mesmos parâmetros disponíveis aos seres humanos, porém com performances superiores (Russell, 2015, p. 415).

Por outro lado, há relatos do emprego dessa inteligência artificial em conversações e interações em redes sociais, ao automatizar e customizar táticas de persuasão, visando ao convencimento, à manipulação social, à coleta de dados sobre usuários e aos sistemas – *phishing*⁴ – e outras técnicas que demandam adaptabilidade à interação tipicamente humana (Brundage, 2018, p. 5). Essas aplicações – pouco típicas – demonstram o amplo espectro de aplicações e customização que a tecnologia, em seu estado da arte, possibilita.

O objetivo desse trabalho é esboçar algumas considerações sobre o impacto do incremento do uso de inteligência artificial no emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), especialmente no que tange às operações militares. Para tanto, ao realizarmos uma revisão de literatura, abordaremos o assunto em três fases: após uma breve contextualização e harmonização dos conceitos de trabalho, passaremos a discutir as implicações da IA no emprego não cinético de ARP, sucedendo-se pelas implicações no emprego cinético e, finalmente, as implicações de cunho jurídico e político, no atinente à ética militar.

Ressalta-se, porém, que essa pesquisa ainda se encontra em andamento, estando em estágio preliminar, permitindo-se somente esboçar algumas considerações e análises, além de conclusões preliminares.

4 *Phishing* é uma técnica de crime cibernético que usa fraude, truque ou engano para manipular as pessoas e obter informações confidenciais. O usuário, crendo de se tratar de uma fonte segura de comunicação (geralmente por e-mail) acessa um link (ou seja, é “fiscado”, daí o trocadilho com a pescaria – fishing – em inglês) contendo códigos maliciosos, que permitem a invasão de seu dispositivo, e por meio dele, pode dar acesso ao fraudador a uma rede. (N.A.)

2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS

Em primeiro lugar, a fim de que possamos prover maior precisão na discussão das funcionalidades e aplicações que são possibilitadas pela utilização, em conjunto, dessas diversas tecnologias, é necessário delimitar algumas definições.

Para fins desse trabalho, consideramos como veículo não tripulado todo mecanismo eletromecânico, exceto munições de artilharia, mísseis e similares, que, ao serem desenhados para que sejam resgatados e reutilizados, são operados sem que haja um humano a bordo (JOHN, 2014, p. 7); o ARP é um desses veículos autônomos que se desloca pelo ar.

Embora o grau de sofisticação tecnológica nos faça crer que o veículo não tripulado é uma criação contemporânea, suas origens e aplicações datam do final do século XIX: a experiência de Nikola Tesla, ao construir e manejar um pequeno barco controlado por ondas de rádio, em 1898, inaugura essa categoria (John, 2014, p. 7).

Por sua vez, adotamos o conceito de IA como sendo o uso de tecnologia digital para a criação de sistemas que são capazes de fazerem atividades que, comumente, requerem inteligência, isto é, capacidade de produzir informação através de dados e de tomar decisões, executando tarefas como consequência dessas. As tarefas podem ser herméticas, sendo repetidas ou iteradas em um mesmo formato, desenhado por um programador humano, ou podem ser dinâmicas, onde a própria IA melhora sua performance em uma dada atividade, através do tempo, valendo-se de experiência (Brundage, 2018, p. 9).

Embora tenha avançado severamente ao longo dos anos, a IA também não é, em si, uma tecnologia nova: suas primeiras aplicações datam do final da Segunda Guerra Mundial, com o advento de uma máquina eletromecânica desenhada por Alan Turing, capaz de quebrar o código de criptografia da Enigma naval, máquina de comunicação segura desenvolvida pela Alemanha nazista, ainda em 1940 (Edwards, 1996).

O grau de independência dos sistemas que se valem de IA também é categorizado em outra dicotomia: os sistemas autônomos,

aqueles que são dotados de um conjunto de sensores para a obtenção de dados, possuem a capacidade de processar tais dados e transformá-los em informações, bem como um conjunto de algoritmos capazes de girar todo um processo decisório e agir de acordo com essa decisão, prescindindo de controle humano para tal; e os aparatos automáticos que se valem da IA para facilitar algumas ações rotineiras ou processar dados em informações, mas não definem objetivos e nem o caminho a ser percorrido, necessitam da decisão humana de qual próximo passo deve ser seguido, ou da validação de uma estratégia ou ação (John, 2014, p. 7).

O crescente avanço na tecnologia de IA – e naquelas que dependem de capacidade de processamento – é consequência de uma observação empírica, divisada, pela primeira vez, por Gordon Moore, sobre – mantidas as capacidades de pesquisa e desenvolvimento (*ceteris paribus*) – a tendência de duplicação da quantidade de componentes em um circuito integrado, em períodos curtos, que podem variar de um ano a dois e meio, aumentando exponencialmente sua capacidade, bem como a variação – inversamente proporcional – dos custos de sua produção e emprego (Mora, 2018, p. 10-11).

Esse aumento na capacidade de processamento e seu barateamento impactam na popularização da manipulação da IA, em computadores destinados ao usuário final, tornando-a acessível para o público em geral e possibilitando empregá-la nas mais diversas tarefas de automação. As possibilidades são crescentes: originando-se do parâmetro de eficiência da IA, encerrada na capacidade de executar corretamente uma tarefa de maneira mais rápida e barata do que um ser humano, alguns autores, ao consultarem a comunidade epistêmica envolvida na pesquisa e desenvolvimento desse ramo, estimam que a IA será mais eficiente do que os mais talentosos humanos, nas áreas de aplicação, em um horizonte de 50 anos (Grace *et al*, 2017; Brundage, 2018, p. 16).

2.1 APLICAÇÕES NÃO CINÉTICAS

A partir dos avanços tecnológicos relacionados ao emprego da IA em ARP, percebemos diversas aplicações não cinéticas, isso é,

aquelas aplicações que, ao contribuírem para objetivos estratégicos, não empregam diretamente a força bruta na sua consecução (Wilson, 2006).

Primeiramente, destacamos o potencial e o já corrente emprego de ARP, de nível militar ou de acesso franqueado à população civil, nas atividades de Inteligência, Vigilância, Escolha de Alvos e Reconhecimento – ou, em seu acróstico em inglês – ISTAR⁵. A experiência atual no emprego dessa tecnologia permite ao usuário o reconhecimento de terrenos, correção de fogos de artilharia, aquisição e acompanhamento de alvos e produção de informações que auxiliam o processo decisório e o planejamento de operações (John, 2014). ARP tem a capacidade de utilizar diferentes instâncias do espectro eletromagnético – invisíveis ao olho humano – para tal atividade e vencer terrenos inóspitos aos combatentes, incluindo aqueles que foram previamente preparados para tal, pelo oponente (Brundage, 2018, p. 40).

A prática corrente, a partir de plataformas de uso militar, mais robustas em tecnologia e com maior capacidade de permanência, abrange o uso de múltiplas aeronaves, em posições de interesse, monitorando continuamente o terreno e gerando muitas horas de imagens que, para seu aproveitamento em prol do princípio da surpresa, necessitam ser rapidamente processadas e interpretadas (John, 2014).

No atual momento de desenvolvimento da tecnologia de IA, as ainda existentes limitações de processamento e sensoriamento implicam na necessidade de emprego intensivo de mão de obra humana nessa atividade, já que a geração de informações ainda depende fortemente do discernimento de dados manual, baseada na experiência humana (Long *et al*, 2018, p. 10835A-1).

A acuidade da capacidade de processamento dos dados da IA em ARP depende de características ambientais da captura de imagens, como iluminação, horizonte e eixo de aproximação, dificultando a identificação de silhuetas de equipamentos militares

5 Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance, cf. Hartmann; Giles, 2016, p. 207.

e discernimento entre amigos e inimigos. Para que isso possa ser superado – uma identificação positiva por aparato inteligente seja, de fato, efetiva – há de se prover uma larga biblioteca de imagens e características de alvos, implicando em uma consequente maior carga de processamento de dados (Long *et al*, 2018, p. 10835A-2). Contudo, o crescente desenvolvimento de rotinas de classificação e reconhecimento de imagens – já populares em aplicações quotidianas – aliadas ao correto desenho de parâmetros de desenvolvimento de *softwares*, poderá facilitar, em muito, essa tarefa, permitindo aos planejadores e executores militares não só uma melhor consciência situacional do campo de batalha, mas o reconhecimento e escolha de alvos em uma velocidade maior⁶, possibilitando ações imediatas e a mais eficiente condução de operações cinéticas (Brundage, 2018).

O uso dessa tecnologia para ISTAR não está restrito às Forças regulares, durante a condução das hostilidades. A popularização de ARP de uso civil⁷ – mais disponíveis comercialmente e acessíveis a custos mais baixos do que as de tipo militar – possibilitam a uma gama de usuários, inclusive os não-estatais e os envolvidos em conflitos irregulares, não-convencionais ou híbridos, obter auxílio similar aos descritos acima (Lang; Schott; Van Munster, 2018, p. 1). A flexibilidade de tal tecnologia permite, inclusive, a customização e modificação da tecnologia disponível em prateleira, atendendo aos mais diversos propósitos, com autonomias de voo diferenciadas, como denotado pela recente utilização dos mesmos, no conflito entre Rússia e Ucrânia, desde 2014 (Hartmann; Giles, 2016).

Ainda podem ser empregados em enxame: a capacidade de sensoriamento e tomada de decisão baseada no compartilhamento de informação entre uma maior quantidade de veículos não tripulados com

6 Os padrões atuais de desenvolvimento dessa tecnologia denotam resultados promissores: em 2017, a capacidade de determinados softwares em categorizar imagens rápida e corretamente atinge índices de 98%, enquanto a capacidade humana, de indivíduos com treinamento em inteligência e processamento de imagens, atinge a marca de 95% de eficiência (Brundage, 2018, p. 13).

7 Estima-se que a venda de ARP, em 2015, para uso civil, somente nos Estados Unidos encontra-se na grandeza de 15.000 a cada mês (Hartmann; Giles, 2016, p. 209).

sensores embarcados permite um sem número de monitoramentos de larga escala, como a implementação, a menor custo, de um escudo anti-mísseis balísticos, detecção de submarinos, uso de armas químicas e biológicas e diversos cenários onde se necessita de larga coleta de dados, rapidez de resposta e grandes dados a serem processados em informações. (Kallenborn, 2018, p. 1).

A versatilidade dessa tecnologia tem demandado a busca ativa por mecanismos ativos de defesa e negação da sua utilização⁸. A principal saída para o desenvolvimento de contramedidas parte da premissa de que embora ARP de uso militar possuam, embarcadas, tecnologias de defesa eletromagnética e de encriptação de sinal, bem como de detecção de invasão e contramedidas ativas, as tecnologias para ARP de uso civil são menos elaboradas e, a todo tempo, transmitem uma assinatura eletromagnética que, por ser constante, permite a localização da aeronave e a localização de seu operador (Hartmann; Giles, 2016, p. 210-2).

Embora parte da solução envolva operações cinéticas, com o uso de fogos de artilharia para bater posições onde se encontrem os operadores, a inovação nas medidas de negação do uso de ARP passa pelo emprego da própria tecnologia: é divisada uma facilidade de se interferir (ou hackear) os ARP de uso civil, pela sua profunda dependência de um controle central; bem como dos dados advindos de seus sensores, em tempo real, para o atingimento de seus objetivos (Hartmann; Giles, 2016, p. 206).

A recente experiência do emprego de ARP de uso civil com finalidade militar, no conflito russo-ucraniano, demonstrou que são efetivas as técnicas de *GPS jamming*⁹, modificação intencional do sinal de GPS para dificultar a navegabilidade desses ARP, mais vulneráveis, e a transmissão de ruído na sua frequência de operação, dificultando ou

8 Registra-se, inclusive, estudos em progresso para alteração de concepções doutrinárias na Organização do Tratado do Atlântico Norte, para ampliar o conceito de superioridade aérea, a fim de ajustar o controle do ar à negação do uso de ARP (Hartmann; Giles, 2016, *passim*).

9 Interferência intencional nos sinais do Sistema de Posicionamento Global (GPS), visando impedir o correto funcionamento aparelhos receptores de GPS (Hunkeler; Colli-Vignarelli; Dehollain, 2012. p. 1)

eliminando a comunicação entre o veículo e seu operador (Hartmann; Giles, 2016, p. 212).

Ainda, a profunda dependência de sensores óticos para o processamento da informação permite introduzir informações intencionalmente para induzir os algoritmos ao erro, dificultando para a IA classificar a informação, colocando-a em uma categoria distinta da real (Brundage, 2018, p. 17).

Inclusive, essa solução tem aberto campo para inovações de caráter tecnológico ainda maior, com aprofundamento da interação entre ARP menores, IA e Guerra Cibernética. O uso de IA embarcada nesses vetores facilita invasões de *softwares*, levando a plataforma invasora para dentro do raio de alcance de comunicações do invadido, simplificando tarefas que envolvam rotinas de tentativa e erro – associadas a características intrínsecas dos sistemas operacionais –, explorando algumas vulnerabilidades de softwares ou contaminando rotinas de IA, através dos dados ou da interferência na captação de informações (Brundage, 2018, p. 5).

Assim sendo, os ARP não se limitam a serem utilizados para contaminar as comunicações e os sensores de outros ARP, localizados por suas assinaturas eletromagnéticas (Hartmann; GILES, 2016), mas possibilitam que pequenas aeronaves com essa tecnologia embarcada se aproximem do aparato de Comando e Controle do oponente (até de suas infraestruturas críticas) para injetar códigos maliciosos em seus sistemas operacionais e possibilitar posteriores invasões com o objetivo de negá-las ou degradá-las (Brundage, 2018).

Finalmente, a permeabilidade e baixa capacidade de detecção desses ARP – mais populares e menos robustos – dificulta e encarece, sobremaneira, a defesa contra essas tecnologias. A defesa requer aparato físico e digital apropriado, em larga escala e com orçamento aumentado, enquanto as soluções, advindas do produto de outras pesquisas, são amplamente difundidas no meio digital, e de fácil aquisição¹⁰ (Brundage, 2018, p. 37).

10 A diferença de orçamento entre defesa e ataque, observada no conflito russo-ucraniano, exemplifica essa relação assimétrica: sistemas de 7 milhões de dólares, empregados na Ucrânia por parte de forças russas ou simpatizantes, visavam interferir em sistemas que custam menos de 1 por mil de seu valor (Hartmann; Giles, 2016, p. 212).

A defesa, portanto onerosa, exige a alocação de uma grande quantidade de meios, sejam vetores aéreos, aparato antiaéreo ou de sensoriamento que, nos permite inferir, em uma primeira análise, uma possível inversão do balanço relativo entre defesa e ataque, proposto por Clausewitz (1976): a vantagem intrínseca da Defesa sobre o Ataque, aplicável as forças de superfície, se esvai e se inverte no emprego dessa modalidade do Poder Aéreo; nesse caso, quem necessita de mais meios, para uma operação bem sucedida, é o defensor.

Nota-se, ainda, que essa assimetria entre o ataque e defesa no emprego de ARP com crescente IA, em favor do primeiro, é uma das possibilidades aventadas por analistas para se tentar, por parte de potências concorrentes, como a China e Rússia, sublevar a superioridade militar norte-americana (Mora, 2018, p. 22).

2.2 APLICAÇÕES CINÉTICAS

Assomadas a gama já aludida de aplicações de ARP em atividades não-cinéticas, conforme supracitado, amplia-se também o espectro de operações mais efetivas quando utilizados ARP com sistemas de armas embarcados, visando destruir alvos que contribuam para a degradação de centros de gravidade estratégicos ou operacionais.

Sua ampla e fácil utilização, aliada ao baixo custo de aquisição e ao relativo baixo impacto de baixas humanas derivados do seu emprego, dão azo a uma multiplicidade de utilizações cinéticas; inclusive infere-se que, a partir dessa tecnologia, a capacidade de carregar carga explosiva para atingir alvos a longa distância¹¹ não é mais exclusividade de Estados com orçamento para desenvolver ou

11 O raio percorrido por um ARP é definido pelo alcance de seus controles e a capacidade de armazenar energia para a alimentação de seus sistemas e periféricos. Pela classificação da OTAN, ARP táticos e civis, de peso de até 600 kg são configurados de fábrica para alcance de 200 km. ARP com um peso maior poderão levar mais equipamento embarcado, expandindo as variáveis listadas. Alguns ARP, operados via satélite e com unidades geradoras embarcadas podem alcançar até 3.000 km (Demir; Cicibas; Arica, 2015). Ademais, no recente conflito russo-ucraniano, foram percebidos ARP de uso civil com alterações na sua composição de fábrica, tendo sua capacidade de recepção de controles e energia aumentados (John, 2014).

adquirir e empregar baterias de artilharia de mísseis e até mísseis balísticos (Allen; Chan, 2017).

Entretanto, o emprego cinético dessas plataformas, para além dos incrementos tecnológicos já citados, ainda é incerto. Alguns autores e atores de governança internacional tem aventado a possibilidade de que tais sistemas evoluam, de uma situação de meramente automáticos – quando ainda operam sob a constante intervenção humana – para a condição de autônomos, quando executam o ciclo completo das funções demandadas na missão, sem a necessidade de participação de um operador (Russell, 2015).

O conceito de *Lethal Autonomous Weapons Systems (LAWS)*¹², inclusive aplicado a ARP, prevê um sistema autônomo que, quando informado de parâmetros de diferenciação amigo-inimigo e do objetivo da missão, é capaz girar um ciclo de planejamento da operação, discernir entre diferentes cursos de ação e executar a missão, informando ao operador seu resultado. Exemplo de sistema autônomo de LAWS, ainda em desenvolvimento, é o projeto norte-americano chamado *Collaborative Operations in Denied Environment (CODE)*, como uma subrotina para operar ARP que estejam em situações de não-comunicação com a base, permitindo-o cumprir, ainda assim, a missão pré-determinada, estando em condições de, autonomamente, bem como encontrar, localizar, seguir, identificar positivamente, escolher um alvo, engajar e avaliar o resultado da ação (Russell, 2015, p. 415; John, 2014).

Entretanto, ainda há algumas barreiras a serem vencidas até que tal possibilidade torne-se concreta: além das limitações tecnológicas de identificação positiva de alvos, as restrições aos sistemas autônomos ainda não permitem uma perfeita cognição e avaliação dos parâmetros da missão, para que fossem capazes de autonomamente planejá-la, implementarem uma estratégia e readaptarem-se em um contexto de incerteza e imprevisibilidade, sem considerável intervenção humana (John, 2014, *passim*).

12 Sistemas d'Armas (Letais) Autônomos. Embora, por definição, o conceito de arma implique o de letalidade, há no jargão especializado o conceito de armas não-letais ou *less-lethal weapons* (armas menos letais), coadunando com a noção de que qualquer arma pode ter efeitos fatais (Tumbarska, 2017, p. 139).

Abundam exemplos, na literatura e na História, de insucessos de sistemas de armas autônomos – ainda que em fases menos tecnologicamente avançadas do que a atual – incapazes de transformarem, claramente, os dados em informações úteis, acuradas, e adotarem o correto curso de ação apropriado sem a interação com o operador. Destacamos, didaticamente, dois exemplos oriundos da obra de John (2014): a primeira, dos primórdios do uso de sistemas semiautônomos pelos norte-americanos, centralizados no NORAD¹³, em 1960; e a segunda pela também marinha norte-americana, em 1988.

O primeiro exemplo relembra os primórdios da operação de radares visando a proteções contra mísseis balísticos – soviéticos – a fim de poder responder, rapidamente, a um pretenso ataque nuclear e garantir a dissuasão através da doutrina da destruição mútua assegurada. Ao iniciar a operação, logo após sua ativação, em 1960, o radar sinalizou o aviso de um possível ataque maciço, por ocasião da detecção de um imenso objeto surgindo no horizonte – a Lua –: a rotina de programação dos radares não permitia a distinção entre objetos celestes e mísseis balísticos intercontinentais (John, 2014, nota 218).

Outro caso emblemático, cujo desfecho transformou-se em tragédia, diz respeito a um incidente ocorrido entre o navio USS Vincennes e o A300 da *Iran Air Flight*, em 3 de julho de 1988. A belonave, através de seu sistema antiaéreo *Aegis*¹⁴, identificou o que seria a ameaça de um caça F-14 iraniano aoximando-se, no que poderia se configurar um ataque, e sugeriu a solução de tiro. A tripulação do Vincennes, confiando na fidedignidade dos resultados externados pelo sistema, acatou a sugestão e abateu a aeronave, resultando na morte de 290 passageiros e tripulação, a bordo do voo 655 da *Iran Air Flight* (John, 2014, nota 219).

As situações ilustram não só a deficiência – ainda presente – na cognição e consciência situacional dos sistemas autônomos, mas denotam a ausência de transparência desses sistemas: sequência facilmente interrogável em um decisor humano. O requisito da transparência da

13 North American Air Defense: Sistema de Defesa Aeroespacial conjunto entre os EUA e o Canadá (N.A.).

14 Sistema automatizado de detecção, comando e controle (C2) e controle de armas a bordo de navios da Marinha dos EUA (N.A. cf. <https://www.military.com/equipment/aegis-weapon-system>).

tecnologia autônoma determina que, para fins de ser auditada e transmitir confiabilidade, ela deve ser projetada – desde a concepção – para poder, em caso de necessidade, ser interrogada e ser informado ao usuário ou operador sobre as decisões tomadas, seus objetivos e subobjetivos de maneira clara e inteligível, bem como o processo decisório e a razão empregada no mesmo (Roff; Moyes, 2016, p. 2-3).

Essa carência de capacidade decisória, lógica e consciente das variáveis, e seus enquadramentos nas Regras de Engajamento definidas pelos escalões superiores, e alinhadas com os objetivos dos diversos níveis de condução do conflito, implica em uma série de consequências de cunho político e jurídico, que passaremos a discorrer a seguir.

2.3 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E JURÍDICAS

Um dos cerne do Regime Internacional do Direito Internacional Humanitário (DIH) – destinado a proteger a humanidade dos excessos dos conflitos armados, dos meios cruéis e desumanos, desnecessários aos objetivos militares e proteger os não-combatentes, os fora de combate e os civis – é o princípio presente naquilo que seria consagrada como *Clausula Martens*, na Segunda Convenção de Haia, em 29 de julho de 1899 (Russell, 2015).

Until a more complete code of the laws of war is issued, the High Contracting Parties think it right to declare that in cases not included in the Regulations adopted by them, populations and belligerents remain under the protection and empire of the principles of international law, as they result from the usages established between civilized nations, from the laws of humanity and the requirements of the public conscience (Vázquez-Bermúdez, 2017, nota 7).¹⁵

15 Até que um código mais completo das leis de conflitos armados seja elaborado, as Altas Partes Contratantes consideram correto declarar que nos casos não incluídos nos Regulamentos por elas adotados, as populações e os beligerantes permanecem sob a proteção e império dos princípios do direito internacional, pois resultam dos usos estabelecidos entre as nações civilizadas, das leis de humanidade e das exigências da consciência pública.

A cláusula, além de visar orientar que a condução da guerra deveria ser orientada pelo princípio da Humanidade, também divisou que os limites para tal atuação seriam definidos pelas leis da humanidade e pelos requerimentos da consciência pública. Questiona-se, portanto, se uma plataforma autônoma, desprovida de cognição como a humana, e de mecanismos de contextualização e heurística próprios, poderia razoavelmente dentro dos parâmetros impostos pela supracitada norma cogente (Pagallo, 2011).

Ademais, essa carência cognitiva é extrapolada para outros princípios caros ao DIH. Como o sistema de processamento de dados fundado em IA baseia-se na categorização – sistema que utiliza parâmetros para enquadrar a informação e divisar, dentro de categorias definidas o curso de ação (John, 2014) – e não na alteridade, como é o humano, o risco intrínseco de categorizações equivocadas apresenta uma possível infração aos princípios da Necessidade Militar e da Distinção¹⁶ (Grut, 2013).

Ainda, essa cognição, para ser aderente ao DIH, positivo e consuetudinário, e especialmente ao princípio da Proporcionalidade¹⁷, também precisaria ser capaz não só de calcular o risco e probabilidade de dano colateral, mas também julgar se esse dano é aceitável (Schuller, 2017; Grut, 2013). A ausência de empatia – própria dos seres humanos –, consequência de uma cognição meramente lógica da plataforma, poderia, por ocasião de um engajamento, ferir o princípio citado, ao agir de forma extremamente utilitarista: a missão, em questão, poderia ser justificada por qualquer número de baixas.

16 O princípio da necessidade militar versa que somente devem ser considerados alvos, e receberem o emprego da violência, aqueles que efetivamente contribuirão para o atingimento dos objetivos. Quaisquer outros alvos, sejam de natureza protegida ou não, que não venham a contribuir para o esforço nem o atingimento de vantagem militar ou de objetivo, não deverão ser atacados ou destruídos. Já o princípio da distinção é aquele que separa alvos legitimamente militares (aqueles combatentes e não-protegidos, ou aqueles utilizados para o esforço do conflito) dos bens e pessoas civis e outros bens e pessoas protegidos, como pessoal sanitário, campo de prisioneiros, bens de caráter civil, forças perigosas etc. Para maiores informações sobre os princípios, ver Cinelli, 2011.

17 O princípio da proporcionalidade debruça-se o trade-off entre a importância do alvo militar para o atingimento dos objetivos da campanha versus o possível dano colateral – a vida de civis e pessoas fora de combate, bem como o patrimônio de terceiros e outros bens protegidos – oriundo desse ataque. Para maiores informações, ver Cinelli, 2011.

Em suma, há que se pontuar a profundidade da mudança no fenômeno da guerra. Segundo John (2014), o emprego de plataformas autônomas, que dominariam todo o ciclo da missão sem a interferência humana, extrapolaria o conceito de Revolução nos Assuntos Militares (RAM). John (2014, p. 13) destaca que as RAM são eventos que propiciam que o impacto da tecnologia implique no caráter da guerra, alterando o tipo e maneira de como as operações militares são conduzidas, trazendo maciças mudanças na doutrina e nos conceitos operacionais e organizacionais das Forças Armadas. Para o autor, entretanto, o emprego de plataformas autônomas – e não meramente automáticas – não é um impacto somente no caráter ou na forma como se luta a guerra, mas quem, de fato, a trava.

Embora a substituição da presença de uma massa de combatentes por militares mais equipados e intensivos em tecnologia e menos numerosos no campo de batalha seja um fenômeno já amplamente observado, ao longo do tempo, (Ignatieff, 2000), aventase a existência de dilemas éticos oriundos dessa nova condução das hostilidades, sendo feita por parte de máquinas autônomas, resultando na perda de vidas humanas: a quem responsabilizar por patentes violações do Direito da Guerra, perante o Tribunal Penal Internacional ou outros mecanismos de garantia do DIH (Cinelli, 2011)? Como evitar que tal tecnologia seja utilizada, tendo como parâmetros inseridos grupos étnicos eventualmente indesejados, formuladores de opiniões contrárias ou populações de maneira indiscriminada, levando a genocídios (Grut, 2013; Pagallo, 2011; Schuller, 2017)?

Uma das soluções apresentadas está no âmbito do “Painel Informal de Especialistas sobre LAWS” na “Convenção sobre Certas Armas Convencionais”¹⁸, que é a “Doutrina do Controle Humano

18 Convenção das Nações Unidas sobre Certas Armas Convencionais (CCWC, siglas em inglês), concluída em Genebra (1980), que visa proibir ou restringir o uso de certas armas convencionais consideradas excessivamente prejudiciais ou efeitos indiscriminados. O título completo é “Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas Excessivamente Prejudiciais ou de Efeitos Indiscriminados”. A convenção cobre minas terrestres, armadilhas, dispositivos incendiários, armas laser e eliminação de restos de guerra explosivos.

Significativo”. Essa versa que é inaceitável que qualquer máquina aplique força e opere sem nenhum controle humano; esse deve ser exercido em plena consciência situacional e clareza cognitiva – das consequências e dano colateral –, não bastando que esse processo decisório consista em simplesmente apertar um botão de “fogo” (Roff; Moyes, 2016, p. 1). Dessa forma, portanto, haveria alguém a ser responsabilizado pelo (mau) uso de plataformas autônomas com armamento embarcado.

Contudo, mesmo no âmbito da Convenção, é difícil – de maneira intencional ou não – a adoção de um consenso sobre o que é, de fato, “significativo” e qual o grau de supervisão humana necessária para o emprego dessa plataforma.

Lang, Schott e Van Münster (2018) destacam que, dos 86 Estados-membros da Convenção, 22 já se pronunciaram a favor do banimento de LAWS completamente autônomas, sem supervisão humana. Entretanto, o progresso desse instrumento do regime de Controle de Armamentos encontra-se estagnado pela ausência de consenso sobre as definições de controle mínimo, baseadas, mormente, na posição de seis Estados, pioneiros desenvolvedores dessa tecnologia – dentre eles Estados Unidos, Reino Unido, China e Japão –, que não permitem a formulação de definições de trabalho e princípios minimamente claros (Lang, Schott; Van Munster, 2018).

Para tais Estados, seria dispensável a formulação de um dispositivo internacional de controle desse tipo de armamento, uma vez que, domesticamente, todos esses Estados já possuem processos de *compliance* da utilização de armamentos com o DIH. Aparentemente, não há discussões sobre a possibilidade desses armamentos serem utilizados por atores não-estatais e as possíveis consequências do mesmo, nem sobre a utilização de tal aparato em tempos de Paz, na Segurança Pública (Russell, 2015, p. 416).

Cabe, finalmente, ressaltar que já se fazem presentes sinais de uma pretensa corrida armamentista: os investimentos dos Estados Unidos em plataformas autônomas com armamento embarcado são da ordem de 18 bilhões de dólares no período de 2016-2020 (Lang; Schott; Van Munster, 2018, p. 1). A China, também, já desenha requisitos específicos para a constituição, a curto prazo, da plataforma, a partir de tecnologias já existentes (Long *et al*, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a tecnologia de veículos não tripulados e a de IA não sejam de desenvolvimento recente, os contemporâneos incrementos na capacidade de armazenamento de dados e seus processamentos, bem como na programação de *softwares*, permitiram a conjunção dessas tecnologias, mitigando, de maneira crescente, a necessidade de intervenção humana na operação dessas plataformas.

Ao empreendermos essa revisão de literatura, percebemos que as progressões tecnológicas caminham no sentido de uma maior automação dos ARP, principalmente em missões de ISTAR, atenuando a necessidade de processamento humano dos dados gerados, facilitando uma identificação positiva de alvos e o apoio ao planejamento.

A possibilidade de embarque de IA voltada para a Guerra Cibernética amplia, inclusive, a capacidade de combate ao emprego do ARP altamente automatizado ou autônomo, na medida em que torna mais vulnerável o sistema de Comando e Controle do oponente. Inclusive, a proliferação de ARP capazes de embarcar essa tecnologia impõe-se como variável que denota a disparidade entre os custos – crescentes – de contramedidas *vis-a-vis* a facilidade e disponibilidade de vetores de ataque.

Entretanto, a evolução da tecnologia ainda não permite profunda confiabilidade no emprego de ARP autônomos com sistemas de armas embarcados. A cognição dessas plataformas, baseadas no estado da arte IA, ainda não permite dominar o ciclo completo da missão, com capacidade de adaptação a cenários de rápida mobilidade e incerteza. Os componentes de identificação de imagens, seu processamento e classificação, ainda não permitem, inclusive, uma identificação tão positiva de alvos que o seu engajamento prescindia de avaliação e intervenção humanas.

Essa ausência de acurácia implica na discussão sobre a capacidade de tais plataformas conformarem-se ao DIH, mantendo princípios claros e sendo capaz de distinguir entre os Estatutos protegidos e qual o dano colateral aceitável, em cada situação. A ausência de consenso claro nos mecanismos de tomada de decisão do “Regime Internacional de Controle de Armamentos” denota, entre outros fatores, que há

a perseguição de desenvolvimento dessa tecnologia, por parte das grandes potências e que, por tal fato, não estão dispostas a restringir, nesse momento, o desenvolvimento e emprego desses vetores.

Cabe ressaltar que a preocupação – seja com a confirmação positiva do alvo, seja com as implicações para o Direito Internacional e a limitação da Guerra – podem não ser compartilhadas ou relevantes para grupos mal-intencionados. A vasta difusão dos resultados de pesquisas de ponta dessas tecnologias, na *internet*, e a disponibilidade de vetores, a preços menos onerosos, permitem que atores não-estatais ou outros, simplesmente mal-intencionados, valham-se do viés de categorização – intrínseco da cognição da IA – para empreender projetos de genocídio, limpeza étnica ou outros tipos de perseguição.

Por fim, é necessário ressaltar que as crescentes modificações tecnológicas, portanto, apontam no sentido do aprimoramento da automação dos ARP, impelindo-os para serem plataformas com mais recursos de apoio à tomada de decisão e alimentação de planejamentos e ciclos de análise e adequação, do que propriamente para aparatos autônomos. A forte dependência sensorial das plataformas autônomas, e a incapacidade de considerações heurísticas e contextuais dessa IA ainda demandarão novas inovações até que essa proposição possa ser materializada.

REFERÊNCIAS

ALLEN, G. CHAN, T. *Artificial Intelligence and National Security*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2017. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRUNDAGE, Miles *et al.* *The Malicious use of artificial intelligence: forecasting, prevention and mitigation*. Oxford: Oxford University, 2018.

CINELLI, Carlos Frederico. *Direito internacional humanitário: ética e legitimidade na aplicação da força em conflitos armados*. Curitiba: Juruá, 2011.

CLAUSEVITZ, Carl von. *Da guerra*. Brasília, DF: Martins Fontes, 1976.

DEMIR, Kadir Alpaslan. CICIBAS, Halil. ARICA, Nafiz. Unmanned Aerial Vehicle Domain: areas of research. *Defence Science Journal*, v. 65, n. 4, jul. 2015.

EDWARDS, Paul. *The Closed World: computers and the politics of discourse in Cold War America*. Cambridge: MIT Press, 1996.

GRACE, K *et al.* *When will AI exceed human performance? evidence from AI Experts*, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1705.08807>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GRUT, Chantal. The challenge of autonomous lethal robotics to international humanitarian law. *Journal of Conflict & Security Law*, v. 8, n. 1, 2013, p. 5-23.

HARTMANN, Kim. GILES, Keir. UAV Exploitation: a new domain for cyber power. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CYBER CONFLICT AND CYBER POWER*, 2016 Brussel. *Proceedings [...]*. Brussels: OTAN, 2016.

HUNKELER, Urs; COLLI-VIGNARELLI, James; DEHOLLAIN, Catherine. Effectiveness of GPS-jamming and counter-measures. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LOCALIZATION AND GNSS*, 2012. *Proceedings [...]*. [S. l.]: IEEE, 2012.

IGNATIEFF, Michael. *Virtual War: Kosovo and Beyond*. Nova York: Metropolitan, 2000.

JOHN, David F. *Unmanned Systems in Perspective*. Fort Leavenworth: Army Press, 2014.

KALLENBORN, Zachary. The era of the drone swarm is coming, and we need to be ready for it. *Modern War Institute*, 25 Oct. 2018. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/era-drone-swarm-coming-need-ready/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LANG, Johannes. SCHOTT, Robin May. VAN MUNSTER, Rens. Four reasons why Denmark should speak up about lethal autonomous weapons. *Danish Institute for International Studies Policy Brief*, 13 Mar. 2018. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/four-reasons-why-denmark-should-speak-up-about-lethal-autonomous-weapons>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LONG, Su *et al.* Research on intelligent target recognition technology for integrated Reconnaissance/Strike UAV. *Proceedings of SPIE*, v. 10835, 2018.

MORA, Jimmy. *Artificial Intelligence warfare through the integration of cyber, financial and kinetic warfare*. Ann Arbor: Proquest, 2018.

PAGALLO, Ugo. Robots of Just War: A Legal Perspective. *Philosophy of Tecnology*, n. 24, 2011, p. 307-323.

ROFF, Heather M. MOYES, Richard. *Meaningful Human Control, Artificial Intelligence and Autonomous Weapons*. Briefing paper prepared for the Informal Meeting of Experts on Lethal Autonomous Weapons Systems, UM Convention on Certain Conventional Weapons, Apr. 2016.

RUSSELL, Stuart. Ethics of artificial intelligence. *Nature*, v. 521, 28 May 2015.

SCHULLER, Alan. At the Crossroads of Control: The Intersection of Artificial Intelligence in Autonomous Weapon Systems with International Humanitarian Law. *Harvard National Security Journal*, v. 8, 2017.

TUMBARSKA, A. Non-Lethal Weapons: a concept difficult to define. *Security & Future*, v. 1, n. 4, p. 138-141, 2017.

VÁZQUEZ-BERMÚDEZ, Marcelo. *Report of the International Law Commission, A/72/10, annex I* [S.l.: s. n.], 2017. Disponível em: <http://legal.un.org/ilc/reports/2017/english/annex.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

WILSON, Clay. *Information Operations and Cyberwar: capabilities and related policy issues*. Washington, DC: The Library of Congress, 2006.

Este livro foi impresso na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



Escola Superior de Guerra

Av. João Luís Alves, s/nº
Fortaleza de São João - Urca
22291-090 - Rio de Janeiro - RJ
www.esg.br - E-mail: revistadaesg@esg.br

ISBN: 978-65-00-83455-0



9 786500 834550